

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

ESTADOS UNIDOS

O que a eleição de Trump revela sobre o impasse do sistema capitalista



Manifestação operária pelo salário mínimo de 15 dólares por hora

**Centésimo aniversário da revolução russa
Lenine: *As Teses de Abril***



Índice

Notas editoriais	página 3
-------------------------	----------

Análisis

Mais uma vez, as forças produtivas:

O que a eleição de Trump revela sobre o impasse do sistema capitalista	página 7
------------------------------------------------------------------------	----------

Europa: O combate pela ruptura com a União Europeia é, mais do que nunca, o combate pelo governo operário e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa	página 18
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Cuba: após a morte de Fidel Castro Para um primeiro balanço do “castrismo” (1)	página 25
------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Correspondências da IVª Internacional

Afganistão: “Terrorismo” não é um fenómeno exterior à crise do inumano sistema capitalista	página 31
------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Alemanha: Extractos do editorial de <i>Freie Plattform für Arbeiterpolitik</i>	página 31
---------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Azânia (África do Sul): Reconstituída a secção azaniana da IVª Internacional	página 32
-------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Bélgica: Acordo interprofissional (AIP): porquê continuar com o joguinho?	página 33
----------------------------------------------------------------------------------	-----------

Estados Unidos: “Não desistiremos!”	página 33
--------------------------------------------	-----------

França: Face à crise generalizada, como parar a decomposição e reverter a marcha dos acontecimentos?	página 34
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Grã-Bretanha: Por um governo do Labour que dê seguimento ao Brexit defendendo os interesses da classe operária (excertos)	página 34
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Grécia: Que a Grécia saia da União Europeia já!	página 35
--------------------------------------------------------	-----------

Índia: O homem da rua vê-se sem dinheiro no bolso!	página 35
-----------------------------------------------------------	-----------

Itália: Depois do referendo de 4 de Novembro	página 36
-----------------------------------------------------	-----------

Paquistão: Conferência contra a guerra e a exploração em Lahore	página 36
------------------------------------------------------------------------	-----------

Rússia: Carta da Rússia	página 37
--------------------------------	-----------

A nossa história

As Teses de Abril (7 de Abril de 1917)

“A hora do bolchevismo soará; há-de-se ver que a nossa linha é justa. Os oprimidos virão a nós, porque a guerra no-los trará...”	página 38
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

Tribuna de discussão

Japão: Sair dos dias sombrios do século vinte e um!	página 43
------------------------------------------------------------	-----------

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

34, rue Villiers-de-L'Isle-Adam 75020 – Paris (France)

Tiragem: 3 000 exemplares

CPPAP : 0618 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

Notas editoriais

O ano de 2016 terminou com a realização da Conferência Mundial contra a Guerra, a Exploração e o Trabalho Precário em Mumbai (Índia), de 18 a 20 de Novembro, reunindo trezentos e cinquenta militantes operários de todas as tendências, vindos de 28 países. Num mundo dilacerado por guerras imperialistas, repressão anti-operária, planos de austeridade, medidas para integrar as organizações operárias nos aparelhos de Estado... reveste extrema importância que estes militantes tenham podido reunir-se e debater os problemas que os trabalhadores e os povos defrontam.

Que eles, com base no Manifesto de Mumbai — assinado, desde então, por quase 700 militantes de quarenta e cinco países —, tenham podido constituir um Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária (COI), representa indiscutivelmente uma alavanca para o combate da classe operária, para defender a independência de classe. Uma alavanca, quando, neste início de 2017, entramos numa nova fase da situação mundial, caracterizada por uma ofensiva generalizada contra os trabalhadores e os povos.

Para os militantes que constituíram o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI) em Fevereiro de 2016, em Turim, com o intuito de superar a crise que atingiu a IVª Internacional no verão de 2015, o sucesso da Conferência de Mumbai representa igualmente a preservação e a continuidade da orientação que é indissociável da reproclamação da IVª Internacional em 1993: a orientação da conferência mundial aberta e da constituição do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos pela Internacional Operária (1991). Esta orientação teve reflexo material na elaboração comum e democrática do Manifesto, na adesão a ele de todas as componentes que prepararam a conferência e na constituição do Comité Operário Internacional, que representa a diversidade da conferência e a sua unidade em torno do eixo de luta contra a guerra e a exploração.

A constituição do CORQI respondeu à necessidade de assegurar a continuidade organizada da IVª Internacional, implicando, por conseguinte, a defesa, através da

constituição do Acordo e da sua actividade, do adquirido em um quarto de século de lutas. Foi neste espírito que nos empenhámos na preparação da conferência de Mumbai.

Neste ano centenário da revolução de Outubro de 1917, nós, afirmando a actualidade do combate pelo socialismo, pela tomada do poder pela classe operária, procuraremos, preparando a conferência mundial das secções do CORQI (em Novembro de 2017), dar um passo em frente na via da reconstituição da IVª Internacional: é nossa convicção que o partido mundial de que os trabalhadores necessitam não se pode construir com outra base política que não seja a do Programa da IVª Internacional.

Contudo, na crise profunda que o movimento operário vive, temos o saber de experiência feito que a construção desse partido mundial não se operará simplesmente a partir da mais livre discussão entre todos os militantes, correntes e grupos que, sejam quais forem as suas origens no movimento operário, buscam uma saída para a crise do regime assente na propriedade privada dos meios de produção.

“Partidários da IVª Internacional que somos, temos, desde há mais de 25 anos, combinado o combate por construir secções da IVª Internacional com a participação, juntamente com militantes, grupos e organizações saídos de todos os sectores do movimento operário, na acção internacional dos trabalhadores sob a égide do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos. Fossem quais fossem as suas origens, todos eles se reuniram numa luta comum baseada no Manifesto contra a Guerra e a Exploração adoptado na conferência de Barcelona de 1991 sob a égide da palavra de ordem “Abaixo a Guerra! Abaixo a Exploração!” (...). Para a IVª Internacional, a democracia operária não é um assunto de circunstância. O conteúdo da democracia operária está relacionado com o seu objectivo: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Esta verdade histórica, relevada pelos fundadores do marxismo há já quase dois séculos, é para a IVª Internacional mais do que um lema — é programa político.”

(Manifesto aos trabalhadores, jovens e militantes operários do mundo inteiro, a todos os partidários da IVª

Internacional, adoptado na Conferência de Turim de 5 e 6 de Fevereiro de 2016).

A Conferência de Mumbai reuniu-se poucos dias depois da eleição de Trump nos Estados Unidos. Para os militantes reunidos, foi o ensejo de tomar conhecimento do ponto de vista trazido pelos militantes da delegação americana (oriundos do movimento operário e do movimento de libertação dos negros). Os delegados ouviram estes camaradas dos Estados Unidos rejeitar com vigor o pretensu argumento de que, nesta eleição, os trabalhadores americanos terão pendido para a extrema-direita. Demonstrou-se, com base nas elevadas taxas de abstenção nesta eleição registadas, especialmente, nos Estados mais duramente açoitados pela desindustrialização, que a grande maioria dos trabalhadores americanos (e também dos negros) *“não lobrigou a mínima diferença entre republicanos e democratas”*. Foi, aliás, notória, salientaram os camaradas, a pressa dos democratas, com Obama à cabeça, em reconhecer a vitória de Trump e reivindicar a continuidade do Estado burguês... e das suas instituições, nomeadamente o sistema dos “grandes eleitores”, que resultou em Trump ser eleito contra Clinton apesar de receber menos votos em número absoluto. Esta observação leva vários militantes americanos, na discussão da Conferência de Mumbai, a apontarem o dedo acusador à *“subordinação dos sindicatos ao Partido Democrático”*, tendo por necessário *“os sindicatos romperem este laço de subordinação e apresentarem os seus próprios candidatos.”*

Ao darmos a nossa revista ao prelo neste início do ano de 2017, causam inquietação e interrogações entre os trabalhadores, militantes e jovens do mundo inteiro as primeiras medidas levadas a efeito pela administração Trump, tanto nos Estados Unidos como à escala internacional. Que se há-de depreender do discurso do novo presidente dos Estados Unidos, que proclama a quem o queira escutar *“America First”* (“A América em primeiro lugar”)? Estaremos, como dizem alguns, ante o regresso a uma política “isolacionista”? Ou será, por outra, que a burguesia americana, à cabeça da principal potência capitalista do mundo, estará prestes a desistir do seu papel decisivo de defesa da “ordem” mundial (melhor, do caos mundial) assente na propriedade privada dos meios de produção? Estará a dar lugar “a outros”?

Ou será ainda, para recolher a interrogação formulada por militantes operários dos Estados Unidos à vista das primeiras medidas brutais tomadas pela administração para todos os pontos cardeais, de fazer a pergunta: *“Is Trump a fascist?”* (É Trump fascista?).

Ao analisarmos a viragem em curso na situação mundial para dela deduzir as tarefas da vanguarda operária, cumpre-nos, marxistas que somos, partir dos factos, sem afastar os que possam contradizer a nossa análise (e sem pretender fornecer aqui uma análise completa dos processos em curso).

Que características tem a política levada a cabo nestes primeiros dias da nova administração americana?

A primeira característica relaciona-se directamente com as condições em que Trump foi eleito. Posto que investido por um dos dois partidos da burguesia, os republicanos, Trump

não era o candidato escolhido pelos principais sectores do capital financeiro dos Estados Unidos, nomeadamente a Wall Street, que tinha feito saber a sua preferência por Clinton com toda a clareza. É, entretanto, um facto que Trump e a sua equipa fizeram campanha arvorando um problema de maior com que a burguesia americana se debate. Por trás das proclamações demagógicas acerca da *“indústria”*, do *“regresso dos empregos à América”*, em suma, do *America First*, Trump e o sector que o apoiou evidenciam o impasse em que se acha a burguesia mais poderosa do mundo. Sim, biliões de dólares acumulam-se em bolhas especulativas e mercados financeiros, a níveis nunca iguados. Porém, esta bolha especulativa, alimentando-se em larga parte da destruição das forças produtivas (nomeadamente da principal delas: a força de trabalho), ameaça constantemente de ruína geral o sistema no seu conjunto, ao destruir a única fonte de riqueza possível numa sociedade assente na exploração capitalista: a mais-valia extorquida ao operário no âmbito do processo de produção. Como observa o artigo desta nossa revista *“Mais uma vez, as forças produtivas”*, *“o imperialismo mais poderoso do mundo, capaz de despedaçar nações, de intervir militarmente em todos os cantos da terra, de impor a sua vontade aos seus “parceiros” (nomeadamente às potências capitalistas europeias) e de se apropriar dos mercados mais vantajosos, não conseguiu, dez anos após a crise de 2007-2008, superar os efeitos desta e reencontrar o caminho do crescimento económico. Em comparação com o que se passou em crises anteriores, é um facto sem precedentes.”*

A segunda característica consiste em que as primeiras medidas anunciadas pela administração Trump põem de manifesto uma nova ofensiva generalizada do imperialismo contra a classe operária e os povos do mundo inteiro, incluindo os Estados Unidos. Medidas que, se bem que postas em prática enquadradas nas instituições americanas, o são com recurso aos seus mecanismos mais brutais... agravando, deste modo, a crise interna da própria burguesia americana.

As medidas “externas” tomadas pela presidência dos Estados Unidos logo nos primeiros dias de funções não deixam pairar a mínima dúvida quanto a que a burguesia americana esreja ou não a desistir do lugar central que é o seu por conta da sobrevivência do regime capitalista em decomposição.

O caso não é ir ao encontro da aspiração de milhões de americanos de trazer de volta a casa as tropas que Obama — e, antes dele, o republicano Bush e o democrata Clinton — mobilizaram para os quatro cantos do mundo, do Afeganistão ao Haiti. O caso não é privar o complexo militar-industrial americano dos milhares de milhões de dólares retirados aos bolsos dos contribuintes americanos. Pelo contrário.

A administração Trump interroga-se sobre a viabilidade da NATO? Em nenhum caso para os Estados Unidos dela se retirarem ou para aliviar o estrangulamento dos povos... O caso é, pelo contrário, apontar a faca à garganta dos “aliados”: fazê-los meter a mão ao bolso. E os governos europeus, com Merkel e Hollande à cabeça, comprometem-

se a fazer com que os seus orçamentos militares atinjam 2% do PIB, como Washington exige. Washington que anuncia já um eventual aumento dos efectivos militares que ocupam o Afeganistão pelo décimo sexto ano consecutivo...

A administração Trump decide associar Putin, a Turquia e o Irão a uma “solução” na Síria que consiste em restaurar o regime, aliado de Moscovo, e deixar as potências regionais turca e iraniana prosseguirem os seus interesses particulares... e contraditórios. É, indiscutivelmente, uma “viragem”, após anos em que a administração Obama foi deitando óleo ao fogo, transformando a Síria num vasto campo de ruínas e atirando milhões de refugiados para as estradas do êxodo. Enquanto, em Mossul (Iraque), a matança de civis continua sob a égide da coligação militar americana, novas guerras se preparam no Médio Oriente, no Magrebe e em África. Nessa lista, o primeiro alvo é o povo palestino. Trump deu de imediato rédea solta aos dirigentes do Estado sionista, dando-lhes luz verde para uma nova ofensiva de extermínio.

Medidas de guerra, igualmente, no próprio continente americano. O anúncio da construção de um muro na fronteira meridional, para barrar o caminho os imigrantes, é uma medida de guerra contra os milhões de trabalhadores mexicanos arruinados pelo tratado de comércio livre norte-americano (NAFTA), a quem não resta senão emigrar. Medida acompanhada do anúncio de expulsões em massa de trabalhadores indocumentados residentes nos Estados Unidos (em grande parte iniciadas durante a administração Obama). A intimação dirigida ao presidente mexicano de pagar a construção desse muro da vergonha, seguida do anúncio de que a construção poderá ser financiada por uma taxa de 20% sobre os produtos importados do México (o que equivaleria a fazer com que fosse financiado pelos consumidores americanos... ou seja, no essencial, pelos trabalhadores) indicam claramente o sentido em que Trump prometeu que “renegociaria” o tratado de comércio livre NAFTA.

Quanto à decisão de pôr termo às negociações sobre o Tratado Transpacífico (TPP), iniciadas por Bush e prosseguidas por Obama, ela de modo nenhum significa que o imperialismo americano desista de ditar a sua lei a cada um dos países que se envolveram nas negociações, muito particularmente no caso da China. A administração Trump quer, pelo contrário, subir de patamar a política agressiva de “pião para a Ásia” inaugurada em 2009, que visa intimar os dirigentes da China a levarem até às últimas consequências a “abertura da China” ao capital norte-americano. As declarações provocatórias de Washington sobre os ilhéus do mar da China, tal como a visita do ministro da defesa americano à Coreia do Sul e ao Japão, auguram que, para a administração Trump, a guerra comercial se imbricará cada vez mais estreitamente com a guerra pura e simples.

Pôde ler-se por aí que, eleito Trump, as instituições regionais estabelecidas no período anterior para impor a política do capital financeiro, como a União Europeia, se esfrangalhariam. Será assim tão simples? Trump pretende, de facto, impor o tacão de ferro do imperialismo americano, sem contemplações com as diversas

negociações e tratados existentes... Está, de facto, disposto a fazer acordos separados com toda a gente. Não obstante, não há “super-imperialismo”. Reduzidas à expressão mais simples decidida pelo Tio Sam, as grandes potências imperialistas europeias, com a Alemanha e a França à cabeça, precisam, tal como o imperialismo americano, das instituições europeias, verdadeiro estado-maior contra a classe operária. Elas serão mais do que nunca utilizadas por cada burguesia da Europa para tentar manter a sua competitividade face ao *America First*, reforçando, nomeadamente, a ofensiva contra a classe operária na Europa.

É absolutamente indiscutível que estas primeiras medidas anunciam uma ofensiva de uma amplitude sem precedentes contra os trabalhadores e os povos do mundo inteiro. Ofensiva que justifica plenamente o que o Manifesto de Mumbai coloca no seu centro: a luta contra as guerras imperialistas, a necessidade de o movimento operário se reconstituir com um eixo de luta contra a guerra e a exploração, condição para salvar a humanidade ameaçada pela barbárie.

No entanto, para “ganhar” em nome dos interesses gerais da burguesia americana, Trump terá igualmente de demonstrar que é capaz de infligir uma verdadeira derrota à sua própria classe operária. A sua promessa de “trazer os empregos de volta” para os Estados Unidos tem, naturalmente, implícita a condição de o custo do trabalho nos Estados Unidos baixar brutalmente. Há, em primeiro lugar, a vontade não dissimulada da equipa de Trump de generalizar os chamados programas “right to work”, adoptados, desde já, em nada menos de vinte e oito Estados (na maior parte dos casos com o acordo tanto dos republicanos como — sobretudo nos Estados do Sul — dos democratas), que equivalem, na prática, nem mais nem menos do que a proibir os sindicatos de exercerem os direitos mais elementares que permitem aos trabalhadores vender a sua força de trabalho ao melhor preço. Onde já estão em aplicação, estes programas puseram o preço da mão-de-obra ao nível do de certas “maquiladoras”, as fábricas ontem deslocalizadas para o México, onde os trabalhadores são sobre-explorados e os sindicatos ilegais.

Esta vontade de operar um programa contra-revolucionário — no sentido próprio do termo — contra a classe operária americana e contra os direitos democráticos depara-se, porém, com um obstáculo.

Trump bem anunciou um programa de guerra contra os trabalhadores, prometeu para isso fazer reinar um clima de terror e intimidação e dar execução a uma bateria de medidas contra os trabalhadores imigrantes, os negros, contra os direitos democráticos das mulheres... Anunciou a sua intenção de revogar o *Obamacare*, substituindo-o pela liberdade absoluta dos seguros privados (que, sem embargo, lucraram amplamente com o *Obamacare*). Instalou no ministério do trabalho o patrão de uma cadeia de restauração rápida, um dos mais determinados a oporem-se a um salário mínimo de 15 dólares por hora, reivindicação que, em Novembro passado, mobilizou centenas de milhares de trabalhadores para a greve com os seus sindicatos. Mal finda a cerimónia de posse, congelou o

recrutamento de funcionários federais, e a sua ministra da educação não dissimula a vontade de desviar milhões de dólares afectados às escolas públicas, grandemente arruinadas, para o ensino privado, de preferência confessional.

Para, porém, levar a bom porto um tal programa de guerra generalizada contra a população laboriosa, seria necessário ir mais longe do que as instituições americanas permitem. Seria necessário esmagar uma classe operária americana que, se bem que não tenha representação política, dispõe ainda assim de poderosas organizações sindicais (treze milhões de trabalhadores são sindicalizados, a maior parte deles em organizações filiadas na central AFL-CIO). Seria preciso acabar com todos os segmentos de democracia política que, desde a revolução americana, subsistem no quadro das instituições.

Na etapa actual, os principais sectores da burguesia americana ainda não estão dispostos a dar esse passo. É muito significativo que, por exemplo, o decreto de 27 de Janeiro que proibia a entrada nos Estados Unidos de cidadãos de alguns países muçulmanos, pretensamente em nome da “luta contra o terrorismo”, não só tenha dado azo a imensas manifestações espontâneas de cidadãos e trabalhadores que, aliás, se dirigiram até aos aeroportos aos gritos de “*Let them in!*” (“Deixem-nos entrar!”), mas tenha igualmente provocado primeiras clivagens na burguesia: juízes, caciques do partido republicano e patrões de empresas de Silicon Valley (que empregam muitos trabalhadores altamente qualificados oriundos daqueles países), opuseram-se-lhes pelas suas próprias razões.

As manifestações imensas de 19, 20 e 21 de Janeiro que “emolduraram” a cerimónia de posse de Trump são um aviso: milhões de americanos manifestaram a sua rejeição do programa reaccionário prometido por Trump. (1) Resistência que os agentes do Partido Democrático não conseguiram desviar para o terreno da preparação das eleições intermédias de 2018. Esta resistência depara-se, porém, com um problema sério: os trabalhadores, os sindicalizados, os militantes apresentaram-se às dezenas de milhares... mas não os dirigentes da AFL-CIO nem os das principais organizações sindicais (com algumas notáveis excepções), que tomaram a decisão deliberada de que a classe operária não se apresentasse como classe organizada. Como houvera de ser de outra maneira se, no caso dos dirigentes da AFL-CIO, eles ousam escrever, acerca da vontade de Trump de “renegociar” a NAFTA, que tal representa “*um passo em frente para uma política ao serviço dos trabalhadores e das suas famílias*”? (2) Mais

uma ilustração de que a política do “mal menor”, que ontem fazia esses dirigentes apoiarem Clinton, a candidata da Wall Street, os faz hoje encontrar virtudes em Trump... A discussão que hoje ressurgue nos Estados Unidos, de que os militantes do CORQI são parte integrante, acerca da necessidade de uma representação política dos explorados e oprimidos, de um Labor Party apoiado nos sindicatos, de um Partido Negro independente, enquadra-se na ajuda à reorganização do movimento operário com um novo eixo, interessando aos militantes do mundo inteiro que procuram uma saída à crise do regime capitalista na agonia, fator de barbárie, de guerra e de miséria sem fim.

Não se duvide que os trabalhadores, militantes e jovens que começaram a reagrupar-se em redor do Comité Operário Internacional contra a Guerra e a Exploração, pela Internacional Operária (COI), constituído em Mumbai, saberão prestar atenção a estes processos determinantes da luta de classes internacional dos próximos meses.

Pela nossa parte, pomos os documentos publicados neste número d’*A Internacional* à reflexão de todos, como primeiras contribuições para a preparação da conferência mundial das secções do CORQI de Novembro de 2017.

A redacção

(1) Nesse mesmo momento, milhões de trabalhadores levantavam-se, no México, contra as medidas antipopulares do governo Peña Nieto decorrentes da privatização da Pemex (a empresa petrolífera nacionalizada), consequência directa da subordinação do regime e das instituições do Estado mexicano ao imperialismo americano.

Os nossos camaradas do Comité Mexicano do CORQI relatam que “*todos os dias, nos trinta e dois Estados do país, realizam-se marchas, ocupações, protestos de todas as formas. No dia 8 de Janeiro, em Estados como Aguascalientes e Chihuahua, os edifícios governamentais regionais foram ocupados. (...) No Estado da Baixa Califórnia, viveu-se uma mobilização de amplitude sem igual, com 80.000 manifestantes em 15 de Janeiro, obrigando o governo local a recuar numa medida de privatização: a nova lei sobre a água.*”

Tais acontecimentos, ateados pelas provocações de Trump, alimentam a explosão revolucionária a vir. Aos gritos de “*Fora Peña!*” (o presidente mexicano), as massas em movimento procuram o choque com as instituições do Estado burguês. Ajudar as massas a tomar o seu destino nas próprias mãos para cumprir as suas aspirações exige formular, como o fazem os nossos camaradas do CORQI no México, a perspectiva da Assembleia Constituinte soberana que rompa com as instituições corruptas ao serviço do imperialismo yankee.

(2) *The Labor Wire*, de 23 de Janeiro de 2017, publicação da direcção da AFL-CIO.

Mais uma vez, as forças produtivas

O que a eleição de Trump revela sobre o impasse do sistema capitalista

Por Pierre Cise e Daniel Gluckstein

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels estabelecem que a história de qualquer sociedade — que “até aos nossos dias não foi senão história de lutas de classes” — é caracterizada por uma sucessão de modos de produção, distinguindo-se cada um do anterior pela sua capacidade de dar novo impulso ao desenvolvimento das forças produtivas que sufocavam no quadro anterior (1).

Assim, “a burguesia (...) criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais que todas as gerações passadas somadas”. Como se desenvolveram elas, porém? “Os meios de produção e de troca em cujo fundamento se edificou a burguesia foram criados dentro da sociedade feudal. A certo grau de desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições em que a sociedade feudal produzia e trocava, a organização feudal da agricultura e da manufatura, numa palavra, a origem feudal da propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas em pleno desenvolvimento. Entravavam a produção, em vez de a fazer progredir. Transformaram-se noutras tantas cadeias. Era preciso quebrá-las. E quebraram-se. Ao seu lugar elevou-se a livre concorrência, com uma constituição social e política apropriada, com a supremacia económica e política da classe burguesa. Hoje, assistimos a um processo análogo”.

Com efeito: “Há dezenas de anos que a história da indústria e do comércio mais não é do que a história da revolta das

forças produtivas modernas contra as relações modernas de produção, contra o regime de propriedade que condiciona a existência da burguesia e a sua dominação. (...) Cada crise destrói regularmente não só uma massa de produtos já criados, mas ainda grande parte das próprias forças produtivas já existentes. Abate-se sobre a sociedade uma epidemia que, em qualquer outra época, se teria afigurado um absurdo — a epidemia da sobreprodução. A sociedade vê-se de repente reconduzida a um estado de barbárie momentânea (...); dir-se-ia que a fome, uma guerra de extermínio, lhe cortou todos os meios de subsistência; indústria e comércio parecem aniquilados. E porquê? Porque a sociedade tem demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiadas indústrias, demasiados comércios. As forças produtivas de que dispõe deixam de favorecer o regime de propriedade burguesa; tornaram-se, pelo contrário, demasiado potentes para esse regime, que então se lhes torna obstáculo (...). O sistema burguês tornou-se demasiado estreito para conter as riquezas criadas no seu interior. Como supera a burguesia estas crises? Por um lado, destruindo pela violência uma massa de forças produtivas; por outro, conquistando novos mercados e explorando mais a fundo os antigos. Aonde leva isso? À preparação de crises mais gerais e mais formidáveis e à diminuição dos meios de preveni-las”. Mas Marx e Engels previnem: “A burguesia não forjou apenas as armas que lhe darão a morte, produziu também os homens que manejarão essas armas, os operários modernos, os proletários.”

“Como supera a burguesia estas crises? Por um lado, destruindo pela violência uma massa de forças produtivas; por outro, conquistando novos mercados e explorando mais a fundo os antigos.”

A necessidade do socialismo tem base científica

Nisto se articula a questão decisiva que ainda hoje está por resolver. Por um lado, a burguesia, no seu próprio desenvolvimento, cria condições objectivas para o desaparecimento do capitalismo: as forças produtivas que o seu modo de dominação — assente na propriedade privada

dos meios de produção — permitiu desenvolver revelam-se demasiado poderosas para o modo de produção. Estão destinadas a abatê-lo. Nisto consta a base científica, objectiva, em que assenta a necessidade do socialismo. Por outro lado, porém, este não se imporá sozinho. O seu triunfo depende da combinação daquelas condições objectivas com o factor subjectivo: a classe operária, que tem de constituir-se como classe organizada para poder realizar a tarefa histórica que é a sua. As forças produtivas não se limitam, contudo, a sufocar: *“Ao desenvolverem-se as forças produtivas, chega-se a um estágio em que nascem formas produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no quadro das relações existentes e deixam de ser forças produtivas, para passarem a ser forças destrutivas (o maquinismo e o dinheiro)”*. (2)

A noção de forças destrutivas é uma questão chave (geralmente ignorada, e até negada, por todas as variedades de revisionismo, que, embora reclamando-se de Marx, tentam pô-lo a dizer o contrário do que ele defendeu).

No início do século XX, em *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, Lenine observou que um dos dois meios de que, na descrição de Marx, a burguesia lança mão para superar as crises — *“a conquista de novos mercados e a exploração mais a fundo dos antigos”* — tende a esgotar-se. O mercado mundial está constituído, partilhado entre as várias potências imperialistas. De crónica, a destruição de uma massa crescente de forças produtivas tornou-se tendência maior do sistema capitalista em estagnação, putrefacção mesmo. Na mesma época, Rosa Luxemburgo analisa o papel do armamento e da guerra como roda tractora artificial da economia capitalista.

O século XX assiste à erecção em característica eminente do capitalismo da tendência para a transformação das forças produtivas e dos meios de produção em forças destrutivas. A *“barbárie momentânea”* do Manifesto de 1848 passa a ser *“barbárie permanente”*. Em 1938, redigindo a *A Agonia do Capitalismo e as Tarefas da IVª Internacional (o Programa de Transição* que serviu de base à fundação da IVª Internacional), escreve Trotsky que *“as forças produtivas da humanidade deixaram de crescer”*. Após a Segunda Guerra Mundial, que, apesar da tremenda destruição em massa de forças produtivas — 50 milhões de mortos, destruição de economias inteiras — só permitiu, todavia, alguns anos de recuperação económica, estimulada pelas necessidades da reconstrução e pela necessidade de contenção do impulso revolucionário das massas, o regime capitalista recorre de modo crescente ao meio parasitário da economia de armamento para tentar diferir a crise de desmoronamento.

A transformação das forças produtivas em forças destrutivas...

No final dos anos sessenta, ao dar uma conferência sobre *“A Actualidade do Programa de Transição”*(3), Pierre Lambert nota a dificuldade em extrair *“em hora e meia (...) a*

extraordinária riqueza de princípios de um programa que diz respeito à mais do que secular experiência histórica do proletariado internacional”. Depois de seleccionar seis questões, chega à seguinte conclusão: *“Acabo por ter de me limitar a versar um único problema, a tese de base do Programa de Transição de que as forças produtivas deixaram de crescer”* e *“se transformam em forças destrutivas”*.

Relacione-se esta escolha com a necessidade de responder à ofensiva revisionista destruidora da IVª Internacional, na altura dirigida por Pablo, sucedido por Mandel. A capitulação destes ante o aparelho estalinista — que encarregam de *“construir o socialismo à sua maneira durante séculos de transição”* — vinha, com efeito, embrulhada numa embalagem teórica: a tese de Mandel sobre a *“terceira idade do capitalismo”*, negando a tendência à estagnação-putrefacção das forças produtivas e a sua transformação em forças destrutivas.

Porém, a própria economia armamentista tem os seus limites. Isso mesmo salientava a declaração publicada pela OCI em Agosto de 1971, quando o presidente americano Nixon decide dissociar definitivamente o dólar do ouro. Denunciando o *“gigantesco desperdício de trabalho humano, com as forças produtivas aplicadas pelos explorados a transformarem-se em forças destrutivas”*(4), a declaração nota que *“a crise económica clássica é, assim, contida, até certo ponto, graças à destruição em massa de forças produtivas, utilizadas para fins de armamento”*. Só, porém, *“até certo ponto”*: *“Os limites do mercado estruturado pela propriedade privada dos meios de produção na época do imperialismo acabam, mais tarde ou mais cedo, em não sendo a guerra a sua lógica conclusão, por limitar o sector da economia do armamento, como todos os outros sectores da economia capitalista.”* Em não sendo a guerra a sua lógica conclusão... Hoje já é, e cada vez mais

tende a sê-lo.

Em razão destes limites, a partir de 1971, as medidas tomadas pelo imperialismo conjugam o recurso à economia de armamento — que se transforma cada vez mais em economia de guerra — com o recurso à constituição de um autêntica indústria da especulação financeira e bolsista, que alimenta montanhas, em constante expansão, de capitais (em grande parte fictícios), no intuito de contornar a dificuldade em valorizar o capital no processo de extracção de mais-valia. Em vários textos publicados há uma vintena de anos, analisámos este encadeamento, que leva da crise de 1971 à desregulamentação financeira e monetária que se desata e generaliza no último quartel do século XX.(5) E nos traz até à situação actual, que combina a ofensiva de destruição das nações e dos Estados com a ofensiva generalizada contra o valor da força de trabalho. De crise em crise, de bolha especulativa em bolha especulativa, capitais — por vezes reais, por vezes fictícios, mas *“sempre efervescentes”*, pegando numa fórmula de Marx — transformam-se cada vez mais em forças destruidoras de

De crise em crise, de bolha especulativa em bolha especulativa, capitais — por vezes reais, por vezes fictícios, mas “sempre efervescentes”, pegando numa fórmula de Marx — transformam-se cada vez mais em forças destruidoras de forças de produção, especialmente da principal destas: a força de trabalho do proletariado.

forças de produção, especialmente da principal destas: a força de trabalho do proletariado.

...constitui “o critério objectivo fundamental da revolução social”

Há décadas que a análise supra tem representado o fio condutor dos textos e documentos da nossa corrente política, combatendo pela reconstrução da IVª Internacional com o camarada Lambert, depois reproclamando a IVª Internacional, com ele, em 1993, e até à crise de 2015 de que nasceu o CORQI. Assim, o relatório escrito submetido à discussão (6) da conferência de reproclamação define logo no seu primeiro capítulo que *“para examinar, por um lado, as posições do movimento operário oficial e, por outro, as das correntes que se reclamam do trotskismo, é preciso referi-las ao critério objectivo fundamental da revolução social (as forças produtivas deixaram de crescer, na era do capitalismo em putrefacção transformam-se em forças destrutivas)”*.

Mais perto de nós, escrevíamos, em Setembro de 2010: *“A fase actual da crise em que se adentrou o regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção — digamos, factualmente, a fase aberta pela crise das subprimes em 2007 — mais não é do que o coroamento, a uma escala sem precedentes, dos vários episódios por que o sistema capitalista em decomposição passou no século passado. Esta fase confirma de maneira flagrante (e, no mais, dramática) a validade do marxismo (...). No primeiro ano de crise aberta das subprimes, de Agosto de 2007 a Agosto de 2008, o montante dos valores destruídos foi superior ao PIB mundial, superior, utilizando os próprios termos de um economista burguês, ao custo de uma guerra mundial generalizada. (...) O desencadeamento de forças destrutivas mediado pela combinação entre economia armamentista, agora economia de guerra, e esta desmultiplicação de montanhas de produtos financeiros tóxicos (o que Marx denominava de dinheiro como força destrutiva), que devoram sectores inteiros da economia mundial, e a que se há-de acrescentar o “maquinismo”, para pegar na fórmula de Marx (isto é, a internet como força destruidora das forças produtivas), tudo isto reflecte com uma clareza nunca vista o facto de o capitalismo só poder sobreviver concentrando a sua política na destruição da principal força produtiva, a força de trabalho. Pela destruição quer de centenas de milhares de postos de trabalho e de tudo o que faz o valor da força de trabalho, as conquistas sociais, as conquistas operárias, os regimes de segurança social, quer igualmente do quadro das nações, das garantias democráticas”*. (7) Escritas em 2010, estas linhas conservam inteira actualidade nestes primeiros dias de 2017.

Este é o método a aplicar, ao olhar para a eleição de Trump. A contrario dos prognósticos e do jogo institucional, esta reflecte a crise do regime político dos Estados Unidos. Ficar por tal avaliação seria, contudo, ficar pela superfície das coisas. Um acontecimento desta ordem, cujas ondas de choque estão a destabilizar a situação mundial, não pode ser entendido sem ir às raízes. Estas podem resumir-se assim: o imperialismo mais poderoso do mundo, capaz de despedaçar nações, de intervir militarmente em todos os cantos da terra, de impor a sua vontade aos seus “parceiros” (nomeadamente às potências capitalistas europeias) e de se apropriar dos mercados mais vantajosos, não conseguiu, dez

anos após a crise de 2007-2008, superar os efeitos desta e reencontrar o caminho do crescimento económico. Em comparação com o que se passou em crises anteriores, é um facto sem precedentes.

Este facto radica na resistência da classe operária americana e das classes operárias do mundo inteiro. Não obstante os golpes sofridos e os recuos impostos (devidos, especialmente, aos problemas internos do movimento operário), tal resistência tem obviado a que a destruição de conquistas, direitos e garantias atinja grau consentâneo com a reconstituição de condições — momentâneas embora — para a valorização do capital. Esta situação remete, portanto, também ela, para as leis do capital agonizante.

Crescimento em baixa

Em finais de 2016, o FMI reviu uma vez mais em baixa as suas previsões de crescimento mundial para 2016 e 2017 (8). As suas previsões para os Estados Unidos foram rebaixadas a 2,2% (de 2,5%). Ora, não nos tinham os peritos e instituições do capital financeiro gabado os pretensos excelentes resultados da “locomotiva americana”, que havia de rebocar o mundo até aos espaços radiosos do pós-crise? Avançaram-se determinadas estatísticas para esse efeito — e esconderam-se outras. Assim, a taxa de desemprego dos Estados Unidos terá caído para 4,9%, uma das mais baixas do mundo. Mas a taxa de participação no mercado de trabalho — que mede a relação entre população activa (trabalhadores e desempregados registados) e conjunto da população em idade de trabalhar (trabalhadores, desempregados, registados ou não, e inactivos) — caiu, por seu turno, para 63% (contra mais de 67% há quinze anos). Deveras ao número de desempregados registados se hão-de acrescentar os trabalhadores cujos direitos expiraram e os desanimados de procurar trabalho (pelo menos pelas vias oficiais). Reintegrando todas as categorias de trabalhadores afectados, a taxa de desemprego real dos Estados Unidos situa-se em 10% (9).

Para tentar sobreviver, milhões de trabalhadores alimentam a economia informal, os biscates e os tráficos e vivem de expedientes de toda a natureza. A percentagem da população que vive de senhas alimentares do governo enquadradas no SNAP (Supplemental Nutrition Assistance Program) está em aumento constante: 15% hoje (contra 9% em 2008 e 6% em 2000). Esta taxa é a mais alta desde a criação do programa em 1939. A taxa de pobreza atinge em 2015 13,5% da população, abaixo do pico de 2010-11 (15%), mas acima de 2007 (12,5%). Atinge 15 a 16% nos Estados com forte componente industrial, em numerosos Estados do Sul (onde pode exceder 18%), entre os negros (24,1%) e os latinos (21%). Hoje, uns 90 milhões de americanos estão recenseados como pobres ou no limiar da pobreza.

O que é verdadeiro no caso dos Estados Unidos é-o também no das outras grandes potências imperialistas (10). E não são melhores as previsões para os países emergentes — para quem o FMI traça *“perspectivas (...) desiguais e geralmente mais sombrias do que no passado”* —, nem para os países produtores de petróleo, que sofrem as consequências da queda das cotações.

A crise aberta em 2007-2008 está longe de estar encerrada. As medidas tomadas pelo capital financeiro para se tentar

desenvencilhar dela preparam condições para uma crise de maior magnitude. As respectivas consequências são já devastadoras para os trabalhadores e povos do mundo inteiro. “*Mais pobres que os pais?*”, interrogava um estudo publicado em 2016 pelo Global McKinsey Institute acerca da evolução dos rendimentos das famílias dos países ditos mais avançados do mundo (ou seja, as metrópoles imperialistas).

E no entanto... investiram-se meios enormes

E não foi, no entanto, por terem faltado os meios afectados pelos governos, a reboque das instituições do capital (OCDE, FMI, União Europeia, etc.). O imperialismo caracteriza-se pela fusão do capital bancário e do capital industrial, com primazia do primeiro. A sobrevivência da economia capitalista chegada ao seu estágio imperialista passa, pois, antes de mais nada, pela valorização do capital financeiro (11). É isso que informa as primeiras medidas tomadas logo em 2007 para tentar salvar os grandes bancos e outras instituições financeiras (companhias de seguros, organismos de crédito predial, etc.), que custaram valores nunca vistos antes e foram acompanhadas de vastas purgas do sistema, destinadas a eliminar os mais fracos. No fim de 2008, o plano Paulson permitiu injectar 885 mil milhões de dólares no sistema financeiro americano. Este irá acabar por receber um total entre 1,5 e 2 biliões (milhões de milhões) de dólares no período 2008-2009. Seguiram-se os planos lançados na Europa: os três principais países (Alemanha, França, Grã-Bretanha) injectaram um total de 1,224 biliões de euros num sistema financeiro pesadamente implicado no mercado das “subprimes”. Os países ditos emergentes não ficaram atrás: Índia (9 mil milhões de euros), Singapura (75 mil milhões) ou, ainda, Arábia Saudita (30 mil milhões).

A par destas injeções maciças, deu-se o desaparecimento dos sectores mais débeis da “indústria bancária”: mais de 500 bancos americanos declarados em falência desde 2007 (7% dos bancos do país); quase outros tantos desaparecidos por fusão ou integração noutros grupos bancários; redes de agências drasticamente reduzidas; actividades abandonadas. Na Europa, apesar de algumas falências de estrondo (Royal Bank of Scotland, Fortis Bank, Dexia, etc.), o fenómeno teve menos amplitude. Nem por isso se resolveu o que quer que fosse. No seu relatório sobre a estabilidade financeira (Outubro de 2016), FMI salienta a grande fragilidade do sistema bancário mundial, especialmente na Europa (12), e debilidades persistentes nos Estados Unidos. Conclui, apelando à liquidação pura e simples dos bancos mais frágeis e das agências menos rentáveis, à reforma da sua organização e do seu balanço, de modo a assegurar a estabilidade financeira geral e, sobretudo, a rentabilidade dos bancos. A purga continua; não está para acabar tão cedo. A agência Bloomberg calculou, assim, que, em finais de 2015, o sector bancário registava, a nível mundial, 600.000 supressões de postos de trabalho desde 2008 (13). Neste processo, quem manobra o leme é o capital financeiro americano, que exerce pressões cada vez mais fortes sobre os seus concorrentes (14).

A ajuda dos governos aos bancos e a reestruturação destes fizeram-se à custa de um endividamento maciço dos Estados, por sua vez utilizado pelas instituições do capital financeiro (dominado pelos Estados Unidos) como alavanca para impor as “reformas estruturais” que se supõem capazes de

restabelecer taxas de lucro aceitáveis. Esta dívida foi igualmente inchada pelas “ajudas” dadas a certos sectores da indústria, para que se reestruturassem. Segundo o Global McKinsey Institute, a dívida pública mundial experimentou, entre 2007 e 2014, um crescimento anual de 9,7%; uma progressão, portanto, de 25 biliões de dólares.

Permitiram estas medidas reerguer a indústria dos Estados Unidos? Não. Resume-se a isto todo o problema dos capitalistas. Face à crise de 2007-2008, a administração Bush atirou-se primeiro a uma ajuda maciça à destruição de capacidades de produção: basta lembrar os 80 mil milhões de dólares oferecidos ao sector automóvel, principalmente à Chrysler e à General Motors. O seu corolário foi o desaparecimento de um terço dos efectivos assalariados do sector, a assinatura de acordos de redução de salários com os sindicatos, o encerramento de fábricas, a deslocalização de toda ou parte da produção para o México. Noutros lados, seguiu-se caminho idêntico (15).

Nos Estados Unidos, destruíram-se 2,3 milhões de postos de trabalho industriais em 2008 e 2009, principalmente nos sectores automóvel, metalúrgico e metalomecânico. Dez anos mais tarde, a produção industrial acaba de alcançar, a custo, o nível anterior à crise. Porém, tendo gerado apenas 850.000 empregos, ficam em falta um milhão e meio. A produção da indústria manufacturera experimentou, nos últimos anos, um crescimento quatro vezes superior ao do emprego: os “ganhos de produtividade” — ou, por outra, a extracção de cada vez mais mais-valia — realizaram-se graças à estagnação dos salários e até à sua redução absoluta ou relativa, ao aumento do horário de trabalho, à flexibilidade e à supressão de postos de trabalho (16).

O mito das realocações e da compensação da perda de emprego

Estes desenvolvimentos torcem o pescoço a dois mitos. O primeiro é o mito da compensação: de que as perdas de postos de trabalho num sector serão compensadas por ganhos noutros. Encontrar-se-ia um novo equilíbrio mediante reconversões a novos “ofícios”. Peguemos no caso dos Estados Unidos: os sectores mais afectados pela destruição de emprego entre 2008 e 2014 foram o sector manufacturero, a construção, o comércio por maior e retalhista e o emprego em escritórios, num total de 6,45 milhões de postos de trabalho. No mesmo período, os sectores mais dinâmicos em matéria de emprego foram os da restauração e hotelaria, da saúde/sector social, técnicos e científicos e, uma vez mais, o emprego em escritórios e no comércio retalhista.

A criação de emprego nestes sectores somou 6,25 milhões. Perda líquida: 201.000 empregos. Além disso, o salário anual médio dos trabalhadores dos sectores mais dinâmicos no plano do emprego está 15% abaixo do dos sectores menos dinâmicos. Só os sectores do emprego em escritórios e do comércio retalhista demonstram saldo positivo, de 180.000 empregos (2,2 milhões suprimidos e 2,38 milhões criados); mas o salário médio dos novos empregos é metade do dos “antigos” postos de trabalho suprimidos (17).

O outro mito, mais recente, é o das realocações e da criação de emprego que delas adviria. É verdade que há alguns anos se observa o regresso, nomeadamente aos

Estados Unidos, de produções anteriormente deslocadas para países com baixo custo do trabalho. A principal razão invocada é que, com os custos salariais nos “países emergentes” com tendência para aumentarem (o que só pode alegrar qualquer militante operário), se estará a tornar mais rentável repatriar a produção para as metrópoles imperialistas. É um facto que, nos Estados Unidos, essas realocações se fazem para zonas sinistradas (graças às deslocizações anteriores), açoiadas por taxas de desemprego bem acima da média do país e, portanto, com muito maiores possibilidades de pressão sobre os salários; ou então para Estados que, como o Wisconsin, acabam de adoptar legislação “Right to Work”, que, na prática, põe em xeque o direito de sindicalização... com idênticas consequências quanto à baixa dos salários. Porém, ao ler estatísticas e estudos nesta matéria, observa-se que, por exemplo, a criação de 100.000 empregos engendrados pela realocação de algumas produções (entre 2010 e 2013) mal tem compensado a perda de emprego provocada, no mesmo período, pelas deslocizações que vão continuando. Além de que a dita compensação não se faz à mesma taxa salarial.

Não há pois, repita-se, dez anos após o rebentamento da crise dita das *subprimes*, nenhum tipo de recuperação real da economia capitalista americana. Nem da economia capitalista mundial, que, conforme os países, varia entre uma rebarbativa estagnação, assente na destruição maciça de postos de trabalho, e uma recessão profunda.

Foi neste contexto que Trump se conseguiu fazer eleger. Embora pessoalmente bem representativo do capital financeiro norte-americano, Trump fez campanha como campeão do relançamento da máquina produtiva pela repatriação para os Estados Unidos das implantações industriais americanas no México, na Ásia, etc. Se esta demagogia conseguiu colher o voto de alguns sectores desesperados da classe operária branca, foi por ele ter diante de si Hillary Clinton, identificada por amplos sectores da classe operária americana como representante oficial de Wall Street e dos grandes trusts destruidores de empregos — não obstante dirigentes da central sindical AFL-CIO a terem apoiado (dirigentes que, finda a eleição, se mostram em companhia de Trump, cantando-lhe loas!). Dez anos volvidos sobre o rebentamento da crise dita das *subprimes*, “o armamento, o dinheiro, o maquinismo” funcionam cada vez mais como alavancas maiores da “transformação das forças produtivas em forças destrutivas”.

A economia do armamento como força destrutiva

Num estudo que incidiu em 168 países, o SIPRI (Instituto Internacional de Estocolmo de Investigação pela Paz) indica que “as despesas militares no mundo atingiram o mais alto nível dos últimos dez anos” — “viragem nas despesas militares mundiais” em 2015 que deverá ver-se “confirmada” em 2016. Em 9 de Julho de 2016, a NATO, reunida em cimeira em Varsóvia, publicou um comunicado em que se congratulava por ter “doblado um cabo”, apelando a que

todos os países membros se alinhassem “com a directiva da NATO que recomenda um nível mínimo de despesas com defesa de 2% do produto interno bruto”. Desde então, a pressão não parou (18). O aumento das despesas militares nas principais metrópoles imperialistas — que desvia uma fracção crescente dos orçamentos públicos para o gasto militar (19) — terá, evidentemente, de ser relacionado com o empenhamento crescente nas guerras na Síria, no Iraque, em África, por conta dos interesses bem entendidos das multinacionais.

O seu efeito é empurrar a economia para uma militarização crescente. Assim autorizou Barack Obama um programa de modernização da força nuclear operacional americana por um valor de 1 bilião de dólares até 2030. Quanto a Trump, uma semana após a tomada de posse, ele foi ao Pentágono anunciar “um decreto para encetar uma grande reconstrução das forças armadas dos Estados Unidos, desenvolver um plano para novos aviões, novos navios, novos recursos e novas ferramentas para os nossos homens e mulheres em uniforme”.

Dez anos volvidos sobre o rebentamento da crise dita das subprimes, “o armamento, o dinheiro, o maquinismo” funcionam cada vez mais como alavancas maiores da “transformação das forças produtivas em forças destrutivas”.

O dinheiro como força destrutiva

Desde 2007 que a montanha de capitais ávidos de revalorização não pára de crescer, fruto combinado das medidas tomadas pelos governos para repor a flutuar banqueiros e capitalistas, das políticas para esmagar o valor da força de trabalho e da própria actividade especulativa. 2016 foi um novo ano de euforia bolsista. Na Bolsa de Nova Iorque, até ao fim do ano de 2016 e, de novo, ao início de 2017, os índices Dow Jones, Nasdaq, SP500 foram batendo constantemente os seus próprios recordes históricos. O mesmo aconteceu com o índice CAC40 em França (20).

Cumprir acrescentar a isto que, para colmatar défices orçamentais e servir juros da dívida, os Estados europeus estão cada vez mais a pedir emprestado aos “hedge funds”, fundos particularmente especulativos. Assim, nos anos a vir, as economias dos Estados capitalistas europeus mais poderosos ver-se-ão em dependência crescente das pressões, chantagens, ameaças e manobras dos principais fundos especulativos, com todo o impacto inerente na magnitude dos capitais que elas precisarão de desembolsar para a banca ano após ano e dos golpes que consequentemente dirigirão contra os trabalhadores e os povos.

Novas bolhas explosivas se preparam, alimentadas pela política do “quantitative easing”, que compra tempo, injectando massivamente liquidez nos mercados enquanto se espera pela restauração de um nível “normal” ou “aceitável” de valorização do capital no ponto de vista dos lucros e, portanto, das condições da exploração capitalista. Mas até quando?

O “maquinismo” (internet) como força destrutiva

Quando Marx evocava o papel do “maquinismo” como factor que contribuía para a transformação das forças produtivas em forças destrutivas, estava em causa a destruição, massiva

mas temporária, de forças produtivas tornadas “excedentárias”. Hoje, a economia internet desempenha um papel crescente na destruição de emprego, na desqualificação e desmantelamento das garantias colectivas arrancadas pela luta de classe (21). Isto com o único fito de fazer baixar aquilo a que os capitalistas chamam o “custo do trabalho”, que outra coisa não é do que o valor da força de trabalho tal como reconhecido à classe operária depois de por ela imposto pela sua luta de classe em condições históricas determinadas.

Não se revisitarão aqui os aspectos da economia internet que já tivemos ocasião de versar. Por exemplo, a utilização da informática para favorecer deslocalizações para países de baixo custo, ou transferências e externalizações de actividades como as plataformas telefónicas e o teletrabalho. Mais genericamente, a substituição de trabalho humano pela informática desenvolve a uma escala até então desconhecida a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, agravando a composição orgânica do capital e acentuando a tendência à baixa da taxa de lucro. Vem agora acrescer-lhe o desenvolvimento de “novas formas” de emprego, especialmente o que se denomina de “trabalho colaborativo”. Segundo o sítio governamental francês Vie Publique, esta noção “assenta na partilha ou troca de bens (carro, habitação, estacionamento, berbequim, etc.), serviços (coviaturagem, trabalhos caseiros, etc.) ou conhecimentos (cursos de informática, comunidades de aprendizagem, etc.) entre particulares, mediante transacção monetária (venda, aluguer, prestação de serviço) ou sem transacção monetária (dom, troca directa, voluntariado), mediada por uma plataforma digital de relacionamento”.

Este sector representará hoje um mercado mundial de 15 mil milhões de dólares, esperando-se que atinja um volume de 335 mil milhões dentro de dez anos (22). 90.000 start-ups trabalham em todo o mundo neste segmento, que gera generosíssimos lucros (23). Estas formas de emprego, que atomizam os trabalhadores e os retiram do salariado, têm para os capitalistas a vantagem de reduzir os seus custos. À sua frente encontram trabalhadores isolados, “livres” de determinarem os seus horários, mas dependentes da “plataforma” a que tenham aderido. Esta não tem qualquer obrigação, a não ser assegurar o mais baixo custo ao cliente final. Assim, a Uber prevaleceu-se da sua posição dominante para impor reduções de tarifas aos condutores que aderiram à sua plataforma e para quem é “pegar ou largar” (24).

Tudo remonta às leis do capital

A base em que assenta a análise do capital e das suas leis de Marx é resumida do seguinte modo num passo das *Teorias sobre a Mais-Valia*: “Trabalho produtivo para efeitos da produção capitalista é o trabalho assalariado que (...) produz (...) mais-valia para o capitalista (...). Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isto significa que ele reproduz, aumentando-a, a soma desembolsada para o trabalho ou, por outra, que ele supre mais trabalho do que recebe na forma de salário (...). A simples existência de uma classe capitalista e, por consequência, do capital, baseia-se na produtividade do trabalho: não na sua produtividade absoluta, mas na sua produtividade relativa. Por exemplo, se

Cada vez mais a mais-valia relativa é extorquida à custa da destruição massiva de forças produtivas

uma jornada de trabalho só fosse suficiente para conservar a vida do operário, ou seja, para reproduzir a sua potência laboral, o trabalho seria produtivo no sentido absoluto, ao ser reprodutivo, substituindo, portanto, constantemente os valores consumidos (iguais ao valor da sua própria potência laboral). Mas não seria produtivo para efeitos capitalistas, pois não produziria mais-valia.” (25)

Uma vez a mais-valia produzida, ainda é preciso realizá-la. E que a mercadoria em que ela se encerra seja, portanto, vendida. Passa-se da esfera da produção para a do consumo. Ora, o que fixa os limites à capacidade de consumo da sociedade? Não, escreve Marx, “a força produtiva absoluta” e muito menos “a capacidade absoluta de consumo”, pois não se vê onde haveriam de estar os limites objectivos de uma ou da outra. Não: “capacidade de consumo”, segundo as leis do capital, é uma “capacidade de consumo baseada em relações de distribuição antagónicas que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo que só varia em limites mais ou menos estreitos” (26). De modo que, esclarece Marx, “quanto mais a força produtiva se desenvolve, mais ela entra em conflito com a base estreita em que assentam as relações de consumo”. Consequência: “A produção capitalista tende constantemente para ultrapassar estas suas barreiras imanentes, mas só o consegue, empregando meios que, de novo e a mais formidável escala, lhe opõem as mesmas barreiras. A verdadeira barreira à produção capitalista é o próprio capital” (27).

Em obra publicada há dezoito anos (28), mostrávamos como o imperialismo decomposto e putrefacto do fim do século XX se deparava com a dificuldade crescente de encontrar campos de investimento para um trabalho produtor de mais-valia. Quanto mais se acrescenta a gigantesca massa de capitais ávidos de valorização, mais se contraem — ou, em todo o caso, menos se desenvolvem à escala necessária — os campos possíveis para esta valorização na produção de mais-valia.

Assim, as leis do capital tal como analisadas por Marx — especialmente a lei da baixa tendencial da taxa de lucro e do aumento constante da composição orgânica do capital — exercem-se em um quadro em que cada vez mais a mais-valia relativa é extorquida à custa da destruição massiva de forças produtivas: destruição de fábricas e ramos de indústria completos e, sobretudo, ofensiva destruidora contra o proletariado (liquidação de milhões de postos de trabalho, redução brutal do valor reconhecido da força de trabalho através da desqualificação, de atentados às garantias colectivas, códigos do trabalho, contratos colectivos, estatutos, normas salariais, protecção social, etc.). É a “ reacção em toda a linha” — para usar a fórmula de Lenine — que caracteriza o estágio supremo do capitalismo, impotente para suscitar o desenvolvimento das forças produtoras de mais-valia. Donde a busca crescente de subterfúgios que permitam apropriar partes da mais-valia produzida sem passar pelo processo de produção. Ora, tais evasivas não aumentam a massa de mais-valia produzida. Limitam-se a agravar as contradições inerentes ao sistema capitalista.

Nunca será demais repetir: o socialismo científico assenta em dados objectivos. Marx define a mais-valia extorquida pelos capitalistas como o resultado da redução do *“tempo de trabalho necessário à conservação do operário”*, obtida, não *“reduzindo o seu salário a menos do que o valor da sua força, mas unicamente reduzindo esse dito valor”*(29). Para o operário passar menos tempo a produzir um valor correspondente ao que consome (deixando livre um tempo de trabalho suplementar gratuito e, conseqüentemente, fonte de mais-valia suplementar para o patrão), é preciso que o valor do que ele consome tenha ele próprio sido produzido em menos tempo. O capital procurará, portanto, constantemente extrair esta mais-valia relativa, aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo o valor médio das mercadorias. À época, Marx descartava como marginal (ainda que existente) a prática que visava reduzir o valor da força de trabalho pela redução do salário operário abaixo desse valor, já que ela tinha o inconveniente *“de só reproduzir deficientemente a força de trabalho do operário”*. Em *Lutte des classes et mondialisation*, observámos que esse dado se modificou com o prolongamento, para além de todas as expectativas, da decomposição do sistema capitalista chegado ao seu estágio imperialista: a extorsão de mais-valia relativa por redução do salário para menos do que o valor da força de trabalho passa a dominar cada vez mais. Esta forma de mais-valia relativa (que designáramos de *“mais-valia relativa de tipo 2”*) combina-se com a primeira, redundando cada vez mais em *“reduzir o valor da força de trabalho (...) de maneira absoluta, reduzindo as capacidades de consumo dos trabalhadores”*. Esta tendência crescente do sistema capitalista agonizante, escrevíamos, *“ameaça a totalidade da humanidade trabalhadora com já só poder reproduzir a sua força de trabalho em condições cada vez mais deficientes”*, apontando para uma sociedade *“em que o direito ao trabalho é substituído pelo direito ao emprego, o salário substituído pelo subsídio ou pelo assistencialismo”* (30).

Esta análise — que mais não é do que a actualização dos fundamentos do marxismo, da análise do imperialismo de Lenine e da análise de Trotsky no *Programa de Transição* — marcou todos os textos dos congressos mundiais desde a reproclamação, especialmente os dos 4º, 5º e 6º congressos mundiais. Note-se, nesta matéria, que, no *Programa de Transição*, Trotsky estabelecia uma relação estreita entre a afirmação de que as forças produtivas da humanidade tinham deixado de crescer, por um lado, e o facto de as direcções tradicionais do movimento operário conduzirem a classe operária de derrota em derrota (donde decorria a tarefa central, para a IVª Internacional, de ajudar a resolver a crise da humanidade, que se reduzia à crise da direcção revolucionária do proletariado), por outro. Na época do imperialismo decomposto, não resta margem para amaciar estas leis, humanizá-las, socializá-las. Mais do que nunca, a alternativa é: socialismo ou barbárie, expropriação do capital ou submissão ao capital.

Olhar a eleição de Trump neste contexto

É esta a base para se poder compreender o significado da eleição de Trump. O falhanço da administração Obama é expressão concentrada da incapacidade do mais poderoso dos capitalismo para ir buscar condições para uma

“recuperação económica” nas condições *“normais”* que existiam antes, apesar da destruição em massa de forças produtivas. Era, portanto, preciso passar a qualquer coisa de diferente. Foi o que Trump prometeu e reafirmou nos seus anúncios tonitruantes e belicosos dos primeiros dias do seu mandato, exibindo abertamente intenções de guerra generalizada contra os trabalhadores e os povos do mundo inteiro e contra os trabalhadores e os jovens dos próprios Estados Unidos. O futuro dirá no que dará a capacidade de Trump para ser, como ele modestamente proclamou, *“o maior criador de emprego que Deus criou”*. Certo é que, se criação de emprego houver, será à custa da destruição massiva de emprego existente no México e da desvalorização da força de trabalho do proletariado americano, pondo em xeque as suas conquistas colectivas.

Esta ofensiva colidirá, todavia, com toda a certeza, com os desenvolvimentos vindouros da luta de classes. Resta que a razão por que o falhanço da administração Obama não reverteu numa saída positiva no ponto de vista operário está no completo alinhamento dos dirigentes da AFL-CIO com a candidatura Clinton, que era simultaneamente a candidatura de Wall Street. O que nos traz de volta à crise da humanidade, reduzida à crise da direcção revolucionária.

O “renegado anónimo” e o seu irmão gémeo

É o momento de revisitar, se não as posições desenvolvidas pelo *“renegado anónimo”* de que trata François Fogue no artigo publicado neste número da nossa revista (31), as do seu gémeo na renegação, Lucien Gauthier. Apenas Trump eleito, assinou ele um artigo, publicado, facto pouco habitual, na primeira página de *Informations ouvrières* e imediatamente difundido, em todas as línguas, à escala internacional. Com o título *“Estados Unidos, Trump eleito presidente... a crise”*, Gauthier articula a hipótese — de rara temeridade! — de a eleição de Trump ter relação com a realidade *“de uma crise económica e social — refracção, dentro do imperialismo mais poderoso, da crise de todo o sistema da propriedade privada dos meios de produção”*.

O queixo cai-nos diante de análise tão profunda. Então há *“uma crise económica e social nos Estados Unidos”*? E essa crise *“refracta a crise de todo o sistema da propriedade privada dos meios de produção”*? *“Crises económicas e sociais”* nos Estados Unidos, houve-as nos anos de 1860, 1880, antes da Primeira Guerra Mundial, em 1929, nos anos 80, em 2000... Quanto à *“crise de todo o sistema da propriedade privada dos meios de produção”*, é uma verdade geral que caracteriza o sistema capitalista desde há pelo menos um século, se não mais. Ora, na altura, Trump não foi eleito!

Qual é então a natureza desta crise de hoje, no ano de 2016? Gauthier não responde a esta pergunta. A destruição de forças produtivas, as forças destrutivas, o lugar central da economia armamentista, do dinheiro e do maquinismo? Nem uma palavra. A elaboração teórica e política pacientemente construída por Marx, Engels, Lenine, Trotsky, Lambert, sobre estas questões decisivas? Esquecidas! Há uma *“crise geral do sistema”*: olha que giro! Neste terreno, Gauthier poderá encontrar-se de acordo com muita gente que não tem estritamente relação nenhuma com o marxismo ou mesmo com o movimento operário. Quem ousará hoje

negar que há crise económica e social? Ninguém. Quem ousará hoje negar que há crise do capitalismo? Ninguém, na realidade. Lucien Gauthier é realmente irmão gémeo do renegado anónimo que, como assinala François Forge, reivindica, no que diz respeito à ruptura com a União Europeia, deitar para o lixo as análises e posições dos congressos mundiais da IVª Internacional, cujas resoluções, todas elas, na época porém votara. A mesma renegação de todo o património teórico e político de décadas caracteriza as posições de Gauthier relativamente ao estádio atingido pela crise de decomposição do capitalismo imperialista e, nessa base, ao lugar que nessa crise ocupam os aparelhos, suporte principal da sobrevivência desse sistema decomposto.

Isto porque há um outro ausente do seu artigo de difusão planetária. Para uma corrente que não se cansa de proclamar que, no mundo inteiro, a principal — se não mesmo a única — representação política da classe operária são os sindicatos, fica-se estupefacto quando se dá pela ausência das seguintes palavras deste artigo de *Informations ouvrières*: organizações operárias, movimento operário, sindicatos. Não haverá organizações sindicais nos Estados Unidos? Ora essa! Os sindicatos agrupam 17 milhões de filiados, 13,2 milhões filiados na AFL-CIO. Não terá este desempenhado papel algum nesta campanha? Claro que desempenhou! Pôs todos os seus recursos financeiros, militantes, ao serviço da campanha de Hillary Clinton. Assim como, oito anos antes, por formas várias, havia acompanhado e apoiado toda a política de Obama. Não terão os dirigentes da AFL-CIO alguma responsabilidade na situação actual? Têm, claro que têm! Não será ela terem-se eles alinhado com as cúpulas de Wall Street, responsáveis, aos olhos das massas, pela destruição em massa das forças produtivas, reflexo, eco, a um século de distância, do alinhamento dos dirigentes das organizações operárias com o imperialismo nascente, que Lenine já em 1914 punha no centro da sua demonstração? Não haverá, enfim, relação entre a negação que o centro revisionista faz do carácter decisivo da destruição de forças produtivas e a sua tentativa de escamotear o lugar e o papel dos dirigentes das organizações operárias na situação actual (32)?

Debate sem novidade

Repita-se: na conferência de reproclamação da IVª Internacional (1993), na conferência mundial das secções (1996) e nos 4º, 5º e 6º congressos mundiais da IVª Internacional reproclamada (1999-2002-2006), adoptaram-se resoluções que caracterizavam claramente a ofensiva do imperialismo decomposto e o foco desta ofensiva na destruição do valor da força de trabalho, assim como o papel decisivo desempenhado pelos aparelhos nesta ofensiva. Estes documentos foram adoptados na época por Lucien Gauthier e pelos renegados de hoje. Votaram tudo, todos eles... até ao desaparecimento do camarada Pierre Lambert. Mal este morreu (Janeiro de 2008), desatou-se a ofensiva. Entre as primeiras renegações reivindicadas, assinala-se a discussão que se desenrolou em Julho de 2010 por ocasião da reunião do secretariado internacional da IVª Internacional. Vários meses antes, iniciara-se, laboriosamente, uma discussão preparatória de uma declaração da IVª Internacional, sem se conseguir chegar a

acordo. Lucien Gauthier persistia em querer “fazer passar” uma linha que punha em causa as nossas análises anteriores. No dia 1 de Julho, Lucien Gauthier apresenta, assim, em seu próprio nome, um texto que apresenta como “eixo político que deve servir de base a uma resolução da IVª Internacional”. Não era caso, esclarecia, de “escrever uma resolução sobre a crise do capitalismo em geral”, mas “de partir da crise de dominação da classe capitalista americana”. O texto, muito longo, publicado mais tarde (33), afasta toda a elaboração anterior do nosso movimento sobre a natureza e a crise do sistema capitalista na época do imperialismo, substituindo-a pela “crise de dominação política do imperialismo”... A discussão desenvolve-se. Outro membro do SI objecta: “O projecto labora (...) numa confusão constante entre crise de dominação do imperialismo americano e crise do sistema assente na propriedade privada dos meios de produção. O projecto passa indiferentemente de uma crise para a outra, como se fossem duas designações equivalentes de um mesmo fenómeno. Ora, a meu ver, é, pelo contrário, indispensável fazer a distinção. É o estádio atingido pela decomposição do regime social assente na propriedade privada dos meios de produção que arrasta a humanidade inteira para a barbárie e a destruição.

A crise de dominação do imperialismo americano, que alcança, nisso estamos de acordo, magnitudes inigualadas, é uma das manifestações desta crise de decomposição do regime social assente na propriedade privada dos meios de produção. É uma das suas manifestações, mas uma não se reduz à outra. Confundindo os dois elementos, não se faz distinção entre causa e efeito. A característica da crise actual prende-se, primeiro, com o grau atingido pelo impasse do regime assente na propriedade privada dos meios de produção, com a gigantesca potência das forças destrutivas que esta crise liberta, ameaçando directamente a existência das nações, dos povos, das classes operárias e da humanidade inteira.

Esta confusão entre crise de dominação do imperialismo americano e crise de decomposição do regime social assente na propriedade privada dos meios de produção justapõe-se a uma questão teórica: a do processo de transformação das forças produtivas em forças destrutivas. Devia ser este o ponto de partida e o fio condutor de uma declaração da IVª Internacional. Com efeito, o grau, sem precedentes, a que este processo hoje se erige põe como nunca na ordem do dia a necessidade e a actualidade do combate pela revolução proletária expropriadora e pela apropriação colectiva dos meios de produção. É-me incompreensível que aquilo que há um século tem informado o fio condutor da elaboração da nossa corrente não seja hoje a coluna vertebral do documento que nos é submetido, quando a sua actualidade é mais candente na crise actual do que alguma vez foi. Como se há-de compreender que não seja esse o eixo da declaração da IVª Internacional? Tanto mais devia sê-lo, quanto as forças políticas que, no movimento operário, ocupam as cúpulas dos aparelhos saídos do estalinismo, da social-democracia e do pablismo, definitivamente alinhadas do lado da ordem burguesa, são hoje, no momento em que se desencadeia a transformação das forças produtivas em forças destrutivas, levadas a comprometer-se até ao fim com a sobrevivência do regime capitalista decomposto. O que,

para mim, é significativo é que, nos últimos três anos, o capital, sob domínio americano, tenha multiplicado medidas que se supõem capazes de superarem as consequências da crise e que todas essas medidas, assentes, sem excepção, na destruição em massa de forças produtivas, em particular do proletariado, todas essas medidas não resultem senão em novos desastres, sem sequer sombra de aparência de relançamento da economia, o que não era o caso nas grandes crises anteriores.

É preciso dizê-lo? É preciso tirar a conclusão de que a urgência da revolução proletária nunca foi a tal ponto salientada pela crise de decomposição do regime social assente na propriedade privada dos meios de produção? Nunca a tese dos marxistas sobre as forças destrutivas se verificou com tal clareza. Porque desaparece ela então do documento que nos é proposto, quando ela devia, pelo contrário, constituir o eixo do diálogo com trabalhadores, correntes e militantes comprometidos conosco no combate pela independência de classe?

Há consequências no plano político. (...) Primeiro, a avaliação da “política dos aparelhos”. Não, não se pode ficar por dizer que os partidos sociais-democratas e os partidos saídos da explosão da burocracia estalinista “põem-se a jeito para travar e desviar a mobilização dos trabalhadores, que tende a provocar um levantamento dos povos”. Não, a coisa é outra. Na apresentação de O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo, Lenine tem o cuidado de relacionar a natureza do imperialismo com a existência “de autênticos agentes da burguesia dentro do movimento operário, de assistentes operários da classe capitalista”. Acrescenta Lenine: “Sem compreender a origem económica deste fenómeno, sem medir o seu alcance político e social, é impossível dar um passo que seja no cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social vindoura.”

O que era verdade para Lenine em 1920, data em que ele escreveu este prefácio, ainda é mais verdade noventa anos mais tarde. Quem, para melhor os combater, quiser compreender os mecanismos que levam os dirigentes do PS, do PC, do SU não apenas a desistir do combate pela revolução, mas a desistir até da independência de classe, não apenas a colaborar com a burguesia, mas, bem mais ainda, a fazer directamente sua a ofensiva corporativista de integração das organizações operárias e de liquidação da democracia política e das nações, quem quiser compreender esta situação, tem de relacioná-la com as suas raízes económicas, para pegar na fórmula de Lenine, ou seja, no grau de decomposição atingido pelo regime social assente na propriedade privada dos meios de produção, no significado da reacção em toda a linha e, mais geralmente, na tendência generalizada para transformar as forças produtivas em forças destrutivas como fonte principal de mais-valia relativa. Se não se relacionarem estes fenómenos entre si, tender-se-á a não compreender correctamente quer o movimento dos aparelhos, quer as contradições que emergem, nomeadamente quando os aparelhos são solicitados a destruir as reformas adquiridas pela classe na fase ascendente do capitalismo (34).”

A negação do carácter reaccionário em toda a linha do imperialismo é o embrulho “teórico” do alinhamento pelos aparelhos

Pouco depois desta intervenção (de que acabamos de citar alguns extractos), tomou a palavra um membro do SI (hoje filiado no centro revisionista): para ele, a discussão era central, era preciso descodificar a intervenção para poder levá-la a cabo. Esquivando a discussão, Gauthier anuncia então precipitadamente que retira o seu texto. O SI entende, contudo, que o diálogo que acaba de ocorrer não pode desaparecer. A discussão não pode ser escamoteada. Toma-se a decisão de publicar um boletim interno de discussão do Conselho Geral, que reproduz o projecto de texto (como contribuição) e o texto escrito da intervenção contraditória supracitada.

Esta discussão encerrava em germe os problemas de fundo que estão no cerne da crise de 2015. Vê-se que são antigas as raízes da cristalização desta corrente revisionista em processo de capitulação diante dos aparelhos. Aqueles que estavam a preparar a crise cisionista tudo fizeram por que a discussão não se desenvolvesse. A negação do carácter reaccionário em toda a

linha, destruidor de forças produtivas, do capitalismo chegado ao estágio do imperialismo putrefacto é hoje o embrulho “teórico” necessário à sua política de alinhamento com os aparelhos, como outrora o foi aos pablistas. Um exemplo entre outros: sabe-se que, em França, a reforma El Khomri passou. Passou após meses de combates obstinados de uma classe operária confrontada com a pertinaz recusa dos dirigentes em ir além de jornadas de luta segmentadas de 24 horas, em travar o combate global pela retirada.

Que disseram então os dirigentes da CCI? Nas organizações sindicais, os seus militantes e responsáveis, ao mais alto nível, têm dito, escrito e repetido à sociedade, centenas de vezes: “As direcções confederais fizeram um percurso sem faltas.” Do resultado da luta de classe disseram e escreveram: “O essencial foi ter-se preservado o eixo FO-CGT”. Incontestavelmente, a classe operária francesa combateu. Porém, escancarou ou não escancarou a reforma El Khomri brechas no Código do Trabalho? Foi ou não foi a orientação dos dirigentes que tornou isso possível? Deve-se ocultá-lo?

Claro que, se já não existem forças destrutivas, se a tendência geral já não é para a destruição das forças produtivas, o capitalismo terá então porventura muitos e belos dias à sua frente! A ser assim, esses mesmos dirigentes — que a direcção da CCI entende terem feito um percurso sem faltas na luta de classe — não estão enganados, ao apelarem ao relançamento da produção industrial, como se esta não estivesse subordinada às exigências (destrutivas) do capital financeiro. Se for esse o caso, então as condições para a revolução não estão maduras, não soou a hora da IVª Internacional? Compreende-se melhor porque tanto vinca o centro revisionista que as organizações sindicais, incluindo os aparelhos que estão na sua cúpula, são a única representação da classe operária. A revisão da análise marxista do imperialismo faz do “comité de correspondência” uma variedade de neopablistismo que não diz o seu nome. No entanto, a luta de classes tem as suas leis. Ela põe diante de nós a necessidade de uma luta independente que, partindo das reivindicações mínimas,

transporte ao combate pela ruptura com a dominação política e económica da classe capitalista, ou seja, ao combate para arrancar os meios de produção das mãos dos capitalistas, única maneira de permitir um surto das forças produtivas da humanidade baseado na socialização dos meios de produção. E esta não é possível sem o poder passar para as mãos da classe operária.

É hoje um debate central no movimento operário, que nos repõe diante da alternativa a que Rosa Luxemburgo deu expressão, “*socialismo ou barbárie*”. Ou ainda: ou luta pela expropriação do capital, ou acompanhamento da exploração capitalista. No que nos diz respeito, as coisas são claras. É, mais do que nunca, a hora da IVª Internacional e, portanto, do combate pela sua reconstrução. •

(1) As forças produtivas da humanidade reflectem o grau de domínio da humanidade sobre a natureza. Inclui-se nelas tudo o que permite ao homem produzir: os meios de produção (ferramentas, máquinas), os recursos naturais, a riqueza acumulada e, primeiramente e antes de tudo o mais, o próprio homem produtor. Marx considera que “*a principal força produtiva é o homem*”, pois é em última análise do homem-força produtiva que decorrem todas as outras forças produtivas.

(2) Marx, Engels: *A Ideologia alemã*, 1846.

(3) CEM de 24 de Janeiro de 1969, exposição reproduzida em *La Vérité* n° 604, de Junho de 1989.

(4) *La Vérité* n° 554-555, Outubro de 1971, reproduzido em anexo a *Lutte des classes et mondialisation*.

(5) Leia-se, nomeadamente, *Lutte des classes et mondialisation*, de Daniel Gluckstein, publicado em 1999.

(6) *Deve a conferência mundial das secções proceder à reproclamação da IVª Internacional?* (*La Vérité*, n° 613 de Agosto de 1993).

(7) Boletim do Conselho Geral, contribuição do camarada Seldjouk, Setembro de 2010.

(8) *Perspectivas da Economia Mundial* (Outubro de 2016).

(9) Todas as estatísticas citadas para os Estados Unidos provêm do Bureau of Labor Statistics, uma dependência do Ministério do Trabalho dos Estados Unidos. Note-se que o desemprego de longa duração passou de 20% para 30%, com um pico de 40% em 2012.

(10) Para a Europa, as previsões do FMI também são em baixa (1,5% em vez de 1,8%). A situação criada à classe operária, não estando tão degradada como nos Estados Unidos, graças à existência de conquistas operárias importantes (alvo, todavia, dos piores ataques), deteriora-se a ritmo acelerado. A União Europeia conta actualmente um pouco mais de 20 milhões de desempregados (8,2% da população activa). Esta proporção está em baixa há um ou dois anos, mas a quota-parte de trabalhadores com emprego a tempo parcial, amiúde por imposição, explodiu. Somando aos desempregados registados os 17 milhões de trabalhadores em sub-emprego ou desaparecidos da procura de emprego oficial por desânimo, chega-se a 41 milhões de trabalhadores que não têm trabalho a sério ou de espécie alguma.

(11) E, à falta de valorização, pelo menos a sua não-depreciação. Daí o uso aberrante, mas real, que há anos vem sendo feito das famosas taxas de juro negativas, que permitem às grandes instituições financeiras pôr uma parte dos seus capitais “a salvo”, ainda que tenham de pagar para os poderem emprestar a Estados e instituições financeiras para se garantirem contra qualquer convulsão prejudicial.

(12) Os bancos europeus anunciam deter nos seus balanços mais de 1 bilião em créditos malparados, número que, segundo a OCDE,

oculta uma situação real bem pior, que prepara numerosas falências por vir.

(13) Só em 2015, suprimiram-se 99.000 postos de trabalho. Em 2016, foram anunciados planos de redução no Crédit Suisse, no Lloyds Bank e no Barclays. O Citibank, que cortou um terço dos efectivos (cerca de 140.000 assalariados), anuncia 2.000 despedimentos este ano. A Deutsche Bank acaba de anunciar 26.000 reduções de posto de trabalho até 2018, o HSBC 50.000 até 2017, 30.000 no Royal Bank of Scotland e no Barclays, algo menos de 1.000 no BNP Paribas até 2018, 3.000 na Société Générale.

(14) Não há outra maneira de compreender as multas record aplicadas a vários bancos, nomeadamente europeus (BNP Paribas, HSBC, Deutsche Bank, em breve, provavelmente, outros bancos), que fazem entrar dinheiro no erário da administração fiscal dos Estados Unidos e espicaçam a reestruturação do sector financeiro.

(15) Assim, em França, o governo deu igualmente ajudas de todo o jaez ao sector automóvel. O resultado foi o mesmo que nos Estados Unidos. 75.000 postos de trabalho suprimidos no sector desde 2008, isto é, um quarto dos efectivos com contratos sem termo certo ou a termo certo. Isto provocou igualmente a destruição de 40.000 empregos entre os fornecedores da indústria automóvel e o desaparecimento de muitos deles. O trabalho temporário, nova “variável de ajustamento”, disparou. De 2013 à 2015, passou de 4,5% a 16,8% dos empregos na Renault e atingiu 20% do efectivo da PSA. Puseram-se em execução acordos ditos de competitividade, que congelaram os salários, ao passo que aumentavam o horário de trabalho. E procedeu-se, claro, à deslocalização de algumas partes da produção, nomeadamente para a Turquia e para países da Europa Central.

(16) Na Europa (União Europeia), o emprego industrial recuou 3,5 milhões de unidades entre 2008 e 2014. Em França, onde se destruíram 570.000 empregos industriais, a produção industrial é 10% inferior ao seu nível de 2009.

(17) Segundo o US Census Bureau, citado em *L'industrie américaine: simple rebond ou renaissance?* de Thibaut Bidet-Mayer, Philippe Frocraïn – La Fabrique de l'Industrie (2015).

(18) Poucos meses mais tarde, em França, o chefe de estado-maior dos exércitos exigia publicamente que se aplicasse esta consigna. O Presidente da República, François Hollande, submeteu-se ao diktat duas semanas mais tarde.

(19) O montante total das encomendas adjudicadas a empresas de defesa americanas tem aumentado sem parar (tal como em França e noutros países produtores de armas). Isto só é possível por esta indústria beneficiar de um mercado cativo dos Estados, pago com a contracção das outras despesas públicas, nomeadamente as que vão para os serviços sociais. Por outro lado, aquela é uma indústria de forças destrutivas por excelência. O seu “consumo” pressupõe a destruição em massa de forças produtivas e da principal delas: a força de trabalho humana. Instrumento de pilhagem e esfacelamento das nações sob a égide do imperialismo americano, a guerra está no coração da situação mundial. Tal como, para os trabalhadores e para os povos, está no coração da situação mundial a luta contra a guerra, eixo central da conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário que se realizou em Mumbai (Índia) em Novembro de 2016.

(20) Em 2016, as empresas do CAC40 distribuíram cerca de 56 mil milhões de euros em dividendos e recompras de acções próprias, um aumento de 30% para o ano anterior.

(21) A questão não está, evidentemente, na internet em si. Na exposição que fez ao CEM de Janeiro de 1969, Lambert evocava o aparecimento do computador nos Estados Unidos e a sua utilização em substituição dos professores, rumando a “*uma juventude votada ao desemprego e à desqualificação*”.

Explicava: “*É certo que a introdução da automatização, num regime liberto da propriedade privada dos meios de produção, reintegraria*

efectivamente o trabalho humano no seu significado real, abolindo a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. É certo que a automatização é a prova palpável de que as forças produtivas chegaram a tal grau de desenvolvimento, que precisam do socialismo, que precisam da revolução proletária.” Recordando de seguida que, “quando afirmava que as forças produtivas deixaram de crescer, Trotsky não estava a contestar que a técnica continuasse a desenvolver-se; estava a dizer que o progresso das técnicas já não engendraria desenvolvimento das forças produtivas, resultando, pelo contrário, na transformação dessas forças de produção em forças de destruição”.

(22) Equivalente ao mercado armamentista (370 mil milhões de dólares) e ao mercado da droga (uns 335 mil milhões de dólares).

(23) Sendo os Estados Unidos e a França os países de ponta no sector. Os primeiros, por serem o país de origem de vários “número um”, como a Uber ou a Airbnb e por a flexibilidade do trabalho lá estar muito espalhada; a França, por possuir alguns “pesos pesados” (Le Bon Coin, BlablaCar) e beneficiar de um quadro jurídico favorável, com o estatuto de auto-empresário instituído em 2008 pelo governo Sarkozy-Fillon e outras formas de emprego deste tipo, como o “portage salarial” (“intermediação salarial”) na indústria e nos serviços, reforçadas pela lei trabalho do governo Hollande-Valls.

(24) Contudo, a luta de classes tem as suas leis. Em França, no final do ano de 2016, assistiu-se ao desenvolvimento de um movimento social colectivo dos motoristas da Uber, que não têm estatuto de assalariados, mas que, através de associações de tipo sindical, se viraram contra a Uber para exigir garantias colectivas, especialmente a redução da taxa cobrada sobre os seus emolumentos.

(25) *O Capital*, livro IV (“Teorias sobre a mais-valia”), capítulo 4 (“Teorias sobre o trabalho produtivo e o trabalho”).¹ (26) *O Capital*, livro III, capítulo 15 (“Desenvolvimento das contradições internas da lei”).

(27) *Ibidem*.

(28) Daniel Gluckstein, *Lutte des classes et mondialisation (Luta de*

Classes e Globalização).

(29) *O Capital*, Livre 1, capítulo 12, “A Mais-Valia Relativa”.

(30) *Lutte des classes et mondialisation*, capítulo 8, “A destruição massiva de forças produtivas torna-se na base mesma do “funcionamento” do regime da propriedade privada dos meios de produção”.

(31) “O combate pela ruptura com a União Europeia é, mais do que nunca, o combate pelo governo operário e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa”.

(32) Confirmação desta relação: na revista *La Vérité*, nº 92, de Dezembro de 2016, as notas editoriais assinadas pela redacção intitulam-se “Com a eleição de Trump, abre-se uma nova etapa do imperialismo”.

À parte uma referência de carácter muito geral (e sem aplicação à situação concreta) ao *Imperialismo, Estádio Supremo do capitalismo*, de Lenine, este editorial “teórico” tem as mesmas características de superficial vacuidade do editorial de Gauthier em *Informations ouvrières*. Ainda assim, acha-se lá uma referência ao papel da AFL-CIO: “Há dezenas e dezenas de anos que os dirigentes da central sindical AFL-CIO se vêm opondo a uma velha reivindicação do movimento operário, de 1930. Com efeito, a exemplo do que fizeram os TUC britânicos, a AFL-CIO devia constituir o seu próprio partido, o Labor Party”. O Labor Party, reivindicação do movimento operário? Não. Eixo do combate dos militantes revolucionários da IVª Internacional, combatendo, ao lado de outros, por que os dirigentes da AFL-CIO rompam com os dirigentes democratas.

Reivindicação do movimento operário... compreendendo as suas direcções... compreendendo, portanto, os dirigentes da AFL-CIO? Isto tem nome: truque de prestidigitação para baralhar pistas, embotar o gume de uma política autenticamente revolucionária, tentar cobrir a tinta vermelha a política amarela dos dirigentes.

(33) Boletim interno do Conselho Geral, nº 1, Setembro de 2010.

(34) Boletim interno nº 1 de discussão do Conselho Geral da IVª Internacional, Setembro de 2010, intervenção do camarada Seldjouk no SI de 1 de Julho de 2010.

Europa

O combate pela ruptura com a União Europeia é, mais do que nunca, o combate pelo governo operário e pelos Estados Unidos Socialistas da Europa

Por François Forgeue

O ano começa com ameaças que se acumulam, pesando sobre a precária estabilidade do sistema capitalista no seu conjunto (diagnóstico partilhado por todos os comentários dos meios de comunicação internacionais, seja qual for a sua orientação política). O mesmo é dizer, as classes operárias — a população trabalhadora no seu conjunto —, terá, tanto à escala internacional como em cada país, de fazer frente a ataques redobrados contra os seus direitos e condições de vida. Da aplicação da lei-trabalho El Khomri em França às consequências da “desmonetização” na Índia, numerosos factos o atestam.

Por outras palavras, 2017 será um ano marcante na luta de classes, na confrontação mundial entre exploradores e explorados.

As consequências da crise mundial do sistema capitalista a todos os níveis reflectem-se com especial poderio no próprio centro do sistema imperialista, nos Estados Unidos, mas também na Europa, onde se concentra a maior parte dos demais Estados imperialistas e onde, há quase trinta anos, se constituiu a União Europeia (e se instituiu, na maioria dos países que a integram, a moeda única europeia, o euro).

A “crise da Europa” está no cerne das preocupações das burguesias e dos seus governos. Impregna todos os comentários. Assim, o *New Statesman*, de Londres,

evocando o rescaldo do Brexit, conclui um artigo do seguinte modo: *“A Europa entrou numa fase de turbulências prolongadas. Quer saber como nos há-de o nosso governo conseguir tirar da Europa sem demasiados estragos? Comparado com o que se está a passar no continente, não é nada.”*

Os desafios que espreitam a zona euro

O diário *Le Monde*, de 3 de Janeiro, garante que as ameaças que pesam sobre a Europa *“serão menos económicas e financeiras que políticas”*. Para o jornal, *“cinco desafios esperam a zona euro em 2017”*. Em primeiro lugar, *“a dúvida pública pesará sobre o investimento privado (...) As finanças públicas sairão fragilizadas”*. A seguir vem o retorno da inflação. Tudo estará para aumentar, menos os salários. *“Em terceiro lugar, a subida das taxas de juro poderá penalizar o euro e custar caro às economias mais frágeis, especialmente a Itália e a Portugal.”* Por isso o BCE decidiu *“prorrogar as suas compras de dívida pública em 2017”* — 80 mil milhões de euros todos os meses.

“Em quarto lugar, os bancos italianos continuam a preocupar, com 360 mil milhões de euros em crédito malparado.” Por fim, relativamente à dívida grega, tudo continua por resolver.

Tomar-se-á boa nota de que os *“cinco desafios”* enumerados pelo diário francês se enquadram, todos eles, no prolongamento da crise aberta em 2008, que é o terreno em que se intensifica a luta de classes — termo jamais mencionado, mas subjacente a todos os pontos relevados por *Le Monde*. O impasse de que a economia capitalista não consegue sair faz com que as classes exploradoras lancem mão de todos os meios para intensificar a exploração e atacar mais ferozmente do que nunca todas as conquistas e direitos operários. O papel que nesta ofensiva desempenham as instituições europeias adquire especial relevo no exemplo grego. Com um governo, o governo

Tsipras, que aceita até à última vírgula todas as exigências dos “credores” — isto é, dos bancos — veiculadas pela União Europeia, exigências desastrosas para o povo grego. Para suavizar a dor imediata provocada pelos seus planos de austeridade, este governo tentou recentemente administrar uma pílula para diminuir o impacto das medidas decididas sobre os reformados mais pobres. A resposta não tardou: se se meter por esse caminho, o governo grego terá os empréstimos destinados a pagar a sua dívida recusados.

O que ilumina o que se dizia em artigo publicado no número anterior d’A Internacional acerca de Espanha: *“Se caso há em que plenamente se verifica não serem as instituições reaccionárias da União Europeia apenas um espartilho externo, mas, do mesmo passo, uma dimensão indispensável à estabilidade e perpetuação das instituições reaccionárias nacionais, esse caso é o da Espanha. A monarquia “continuista” só pôde sobreviver integrada na União Europeia.”* (A Internacional, nº 4)

O que se dizia de Espanha vale para todos os países da Europa. Por exemplo, no caso da França, o combate contras as instituições antidemocráticas da Vª República não se pode travar sem o conjugar com acção contra as instituições europeias, pela ruptura com a União Europeia.

É, assim, muito natural que, da parte de todos os que, cada um à sua maneira, defendem a ordem estabelecida, se desembeste uma campanha para que nada ponha em xeque a União Europeia e suas instituições.

Ninguém pôde deixar de reconhecer a dimensão “anti-União Europeia” da esmagadora derrota do primeiro-ministro italiano Renzi no referendo sobre a reforma constitucional que propunha. Toda a gente compreendeu uma vez mais que era a União Europeia que estava a ser posta em xeque. Toda a gente se preocupou. Assim, em Itália, o movimento 5 estrelas de Beppe Grillo, que durante muito tempo procurou aproveitar a oposição de grande parte do povo italiano à União Europeia, um movimento que se proclama “inimigo dos partidos”, campeão de “uma nova maneira de fazer política” ignorando as classes, e que se proclamou “eurocéptico”, deu a conhecer que, para ele, a União Europeia era questão secundária, tentando, em manobra inédita, selar uma aliança com o grupo “Federalista e Liberal” no Parlamento Europeu, um dos grupos mais apegados à União Europeia. O fracasso da manobra nada retira ao seu significado.

Assim, um largo espectro de forças institucionais e outras que afirmam não sê-lo concorrem seja em defender directamente a União Europeia, em declarar ser questão de somenos, com a União Europeia a implodir e alvo de críticas depreciativas da parte do novo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, seja para denunciar quem a combate, acusado de praticar o mais reaccionário nacionalismo. Revejamos o que é exactamente a União Europeia e o que é a orientação da Tendência Comunista Internacionalista e do CORQI nesta matéria.

Um dos alvos principais, comum a todos, é precisamente o Brexit, apresentado como falto de todo o conteúdo de classe, simples elemento do ataque ao “establishment”, ou, até,

servidor dos interesses de uma fracção retrógrada da burguesia imperialista britânica.

Repor os factos

Quem propaga a confusão tende a arrumar acontecimentos dissemelhantes na mesma rubrica, o que tem a vantagem de apagar todo o critério de classe: assim, a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, a vitória do não às

propostas de reforma constitucional apresentadas por Renzi, a decisão dos eleitores britânicos de abandonar a União Europeia são, todas elas, reduzidas a uma bofetada ao “establishment”.

A eleição de Donald Trump nada tem de vitória dos trabalhadores dos Estados Unidos. A vitória eleitoral — relativa — de Trump é inexplicável sem levar em linha de conta a atitude das cúpulas do movimento operário, do aparelho dirigente da AFL-CIO, que despejou milhões de dólares — tirados das quotas dos sindicalizados — e todo o

peso da sua autoridade do lado de Hillary Clinton, a candidata favorita de Wall Street, privando os trabalhadores americanos, os negros, os oprimidos, de qualquer possibilidade de imporem uma saída consentânea com os seus interesses no quadro desta eleição presidencial.

A derrota de Renzi, com a rejeição em referendo da reforma constitucional que ele propunha, tendo as organizações sindicais italianas apelado a votar não, é uma vitória da classe operária, um golpe assestado na estabilidade da dominação da burguesia em Itália e na União Europeia.

Apesar de as direcções do movimento operário britânico (a direcção do Labour Party, dos antigos colaboradores de Blair a Corbyn, a direcção confederal do TUC e as direcções dos principais grandes sindicatos) terem apelado a votar pela permanência na União Europeia, o voto maioritário pelo Brexit é uma vitória da classe operária. Vitória arrancada contra uma campanha de intimidação sem precedentes, com o presidente Obama a apelar para que os eleitores britânicos se pronunciassem pela União Europeia e com as direcções das principais centrais sindicais dos países da União Europeia, por iniciativa da Confederação Europeia dos Sindicatos (CES), a apelarem igualmente ao voto pela permanência na União Europeia.

Apesar disso, a maioria dos trabalhadores (75% dos operários) votou pela saída da União Europeia, dando a este voto um carácter de classe indiscutível, como foi levado a fazer constar *The Financial Times*. Foi por as direcções do Labour Party e do TUC se terem oposto à vontade dos trabalhadores de romperem com a União Europeia (considerando estes, com razão, que a União Europeia era o garante das disposições contrárias aos interesses dos trabalhadores — como, por exemplo, a proibição de qualquer renacionalização) que representantes da direita e da extrema-direita puderam pretender que o resultado do Brexit era uma vitória sua (1).

Constituição e evolução da União Europeia

Os primeiros passos para uma unificação da Europa capitalista num único grande mercado e uma cooperação, codificada em diversos tratados, entre as burguesias europeias e os seus governos, dão-se nos anos imediatamen-

te a seguir ao fim da Segunda Guerra Mundial e dão-se sob a direcção do imperialismo americano, coincidindo com o plano Marshall e com o início da guerra fria. Os objectivos fixam-se logo em 1949 numa reunião da OCDE: “A substância de tal integração deve consistir na formação de um mercado único donde sejam permanentemente eliminadas as restrições quantitativas aos movimentos de bens, as barreiras monetárias aos fluxos de pagamentos e, por fim, todos os direitos aduaneiros” (Paul Hoffmann). Paul Hoffmann era, na altura, responsável pelo organismo encarregado de efectuar a repartição das verbas fornecidas pelo plano Marshall. A evolução dos diferentes países da “Europa Ocidental” dependerá, no terreno económico, das necessidades do imperialismo americano. Será igualmente assim nos planos militar e diplomático. A integração na NATO irá a par da “integração europeia”. Esta integração, na sua forma desenvolvida (tratado de Maastricht, criação do euro) é, também ela, colocada sob a égide do mais poderoso imperialismo mundial. Realidade assim resumida em *Luta de Classes e Globalização* do camarada Daniel Gluckstein: “A NATO, por um lado, e o euro, por outro, passam a ser os dois instrumentos fundamentais e complementares da polícia imperialista — sob o domínio dos Estados Unidos — na Europa” (2).

As declarações tonitruantes de Donald Trump, se são testemunho da profundidade da crise nos próprios Estados Unidos no contexto de uma crise mundial, não mudam a importância daquelas instituições complementares para o imperialismo mundial — e, logo, para o imperialismo americano.

A vontade de Trump de “fazer os europeus pagarem”, arriscando o agravamento da crise de todas as instituições existentes, não tem nada que ver com estas desaparecerem. A política de Trump acentuará, pelo contrário, o carácter da União Europeia como instituição que, em cada país da Europa, concentra os ataques à classe operária. Ataques necessariamente redobrados pela obrigação que cada burguesia europeia terá de manter a sua competitividade face ao “America First”.

A União Europeia, tal como a conhecemos, é finalmente estabelecida em 1992, em Maastricht, pelo tratado do mesmo nome, que prevê a criação da moeda única. Esta última será instituída no dia 1 de Janeiro de 1999. Entretanto, o tratado de Amsterdão virá completar o de Maastricht, integrando-lhe uma “vertente social”: a política social dos governos passa a estar oficialmente sob a vigilância da Comissão Europeia.

A União Europeia constituiu-se desde sempre como máquina de guerra contra os direitos e conquistas da classe operária, contra a independência das suas organizações, contra a democracia (mais exactamente contra todos os pontos de apoio baseados na soberania popular existentes nos vários Estados nacionais). O pretenso Parlamento Europeu representa uma mera fachada. Os organismos que têm poderes de decisão, como a Comissão Europeia, são formados sem qualquer legitimidade democrática. Sabe-se que um dos papéis da Comissão é de produzir directivas que são depois de transcrição obrigatória para a legislação de todos os países da União Europeia.

A dimensão antidemocrática de todo o edifício da União Europeia concentra-se no papel do Banco Central Europeu.

Este, segundo escreve o autor de um estudo sobre as instituições europeias, “ao contrário da Reserva Federal americana, não presta contas ao Congresso. O BCE fixa as taxas de juro para toda a zona euro, apoiado num pacto de estabilidade que exige que os governos nacionais alcancem objectivos orçamentais difíceis. Por outras palavras, a definição da política macroeconómica ao mais alto nível passou das capitais nacionais para Franqueforte (sede do Banco Central Europeu) ou Bruxelas (sede da Comissão Europeia). O que significa que as questões que, precisamente, mais interessam os eleitores, emprego, impostos e protecção social, caem directamente na alçada do banco central e da Comissão Europeia.” (3)

O que desde então se tem incessantemente reforçado é este carácter antidemocrático, a multiplicação de directivas obrigatoriamente aplicáveis a todos os Estados, pois os tratados que fundam a União Europeia obrigam os Estados membros a transcreverem essas directivas na legislação nacional. Directivas que tocam nos aspectos mais directamente ligados às condições de vida e de trabalho dos povos trabalhadores da Europa, isto é, à exploração, ao desemprego, à educação e à saúde. Estes aspectos foram-se aperfeiçoando até ao projecto de Constituição europeia de 2005, projecto que teve de ser retirado enquanto tal, ao ser rejeitado em todo o lado em que havia obrigação de o submeter ao voto popular. Porém, o conjunto de disposições antidemocráticas que continha manteve-se, requalificando-se a pretensa “Constituição” de tratado, imposto aos povos que a rejeitaram. O que este processo mais directamente agride não é o facto em si mesmo de os Estados burgueses abandonarem uma parte da sua “soberania” para fazerem frente à população trabalhadora, é o facto de ser desprezada a simples expressão da vontade popular por meio de eleições ou referendos.

A União Europeia, tal como hoje existe, não será uma construção harmoniosa, espelho dos planos de arquitectos geniais. É um imbróglio constitucional e jurídico que justapõe elementos que se podem qualificar como da ordem da cooperação intergovernamental e instituições que se enquadram numa ordem supranacional. Porém, o essencial não está na imperfeição jurídica ou nas contradições constitucionais. Está neste resumo de um economista, todavia partidário do sistema capitalista: “A União serve primeiro e antes de mais para promover a liberdade dos mercados. Os grupos de interesses que mais a apoiam são constituídos pelas multinacionais, categoria em que as empresas americanas não são as últimas.” Não se pode combater a exploração capitalista sem combater esse instrumento privilegiado das classes exploradoras que é a União Europeia. Não se pode pretender defender a democracia política sem rejeitar a negação de democracia que a União Europeia representa.

A União Europeia forjou-se na corrente viva da luta de classes: cada passo em frente no trilho que levou a instituí-la, como formação oposta aos direitos de todos os povos da Europa e como mecanismo da exploração, tem esbarrado na resistência dos trabalhadores e dos povos.

Os desenvolvimentos, especialmente desde 2008, têm, no seu conjunto, reforçado ainda mais este carácter antidemocrático da União Europeia no contexto de uma crise profunda e duradoura do sistema capitalista no seu

conjunto. Todas as disposições que se vão engrenando nos regulamentos e medidas já tomados vão no sentido de subtrair cada vez mais as instituições europeias a qualquer controlo ou mesmo a qualquer opinião que se enquadre no exercício da democracia e da soberania das nações.

A política da Tendência Comunista Internacionalista

Evidentemente que as instituições da União Europeia não constituem uma entidade independente que paire acima da realidade dos vários Estados e das diferentes burguesias.

Representam, bem pelo contrário, o coroamento do mais considerável esforço envidado pelos imperialismos debilitados — sob a égide do mais poderoso imperialismo mundial — para se apetrecharem de meios comuns para enfrentarem a crise que os açoita a todos e investirem contra as classes operárias do continente. Sem essa vontade das burguesias, afirmada através dos seus Estados nacionais, que não desapareceram, não haveria União Europeia.

Foi nesse contexto que a Tendência Comunista Internacionalista deu o seu pleno apoio ao apelo *“Pela ruptura com a União Europeia e a Vª República”*. Apelo que começa por observar que *“o movimento que se iniciou contra a destruição do código do trabalho confirma — contrariamente aos discursos oficiais — que a luta de classes está na ordem do dia”*, antes de afirmar que para os signatários, *“para além das formas imediatas que reveste, o movimento em curso suscita uma necessidade: a de ruptura com a ditadura do capital financeiro, ou seja, do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção”*.

É nesta base que o apelo põe a questão da ruptura com as instituições da União Europeia e da Vª República:

“Elas estão na origem das medidas de desregulamentação, de privatização, de destruição das conquistas colectivas da classe operária, medidas há trinta anos executadas pelos sucessivos governos, que, da direita ou da esquerda, se submetem a essas instituições.

Estas medidas agridem todas as conquistas da civilização humana: não somente o Código do Trabalho, mas as leis sociais no seu conjunto, a Segurança Social, os regimes distributivos de reforma, os hospitais públicos, os serviços públicos, a escola republicana, etc.. As medidas abatem-se ano após ano, engrossando sem cessar as fileiras dos desempregados, dos trabalhadores precários, dos assalariados condenados a contratos a termo certo e ao tempo parcial imposto e dos pequenos camponeses arruinados.”

O renegado sem rosto

No sentido estrito do termo, renegado é o que renega daquilo em que antes crera. É isso que, a nosso ver, faz o conferencista — cujo nome não é desvendado — que oficiou no “círculo de estudos marxistas” organizado em 25 de Novembro de 2016 em Paris — extractos da sua intervenção foram publicados em *“La Lettre de la Vérité”*, nº 883.

O conferencista fez questão de atacar a política da TCI, nomeadamente no que concerne à União Europeia. Resumimos esta política mais acima. O conferencista anónimo tinha o absoluto direito de manifestar os seus desacordos com ela. Isso teria permitido abrir, e travar, um autêntico debate (as nossas colunas estão-lhe abertas).

Porém, em vez de introduzir tal debate, o conferencista anónimo preferiu travestir a política da TCI de maneira de tal modo grosseira, que se dirá que o objectivo não era convencer quem quer que fosse, mas tentar proibir qualquer discussão séria. Pelo caminho, e a fim de estripar as suas inverdades e calúnias, o conferencista obrou efectivamente como renegado, ao renegar do que tem sido a política da IVª Internacional e da sua secção francesa desde os alvares da instauração da União Europeia. Decerto que um orador se pode sempre deixar entusiasmar pelo seu próprio discurso, embriagar com as próprias palavras e passar à frente do próprio pensamento. Pode-se amiúde falar de “conversa tribunicia” como se fala de conversa de copos. Porém, a direcção da CCI achou por bem gravar essas palavras, se não em mármore, pelo menos na forma dos caracteres tipográficos do que, por antifrasede, se chama *“Lettre de la Vérité”* (*“Carta da Verdade”*, NdT), pelo que é necessário levá-las um pouco mais a sério.

Diz o conferencista: *“Talvez no passado se tenha abusado um pouco da palavra de ordem de ruptura com a União Europeia, à maneira de slogan esvaziado de conteúdo.”* Eis onde se anicha a renegação explícita.

Quando terão então a IVª Internacional e a sua secção francesa *“abusado um pouco da palavra de ordem de ruptura com a União Europeia”*?

O conferencista não responde a esta interrogação. Ora, seria importante determinar o momento e a forma em que nos teríamos deixado arrastar para excessos na luta contra a União Europeia.

Terá sido logo de início, quando, na altura do tratado de Maastricht, apelávamos ao voto não, e *Informations ouvrières* escrevia, em 15 de Abril de 1992: *“Contra Maastricht, contra a Europa do capital, da desregulamentação, das privatizações, da destruição dos serviços públicos, da desertificação rural e do desemprego. Pela Europa dos trabalhadores e dos povos (...). Pela democracia, pela revogação das instituições antidemocráticas da Vª República, pela convocação de uma Assembleia Constituinte soberana que dê a palavra ao povo”*? Terá sido em 26 de Setembro de 2001, ao revisitarmos, no nº 506 de *Informations ouvrières*, o tratado de Maastricht e explicarmos que *“no coração de Maastricht está, em paralelo, o desmantelamento dos quadros nacionais dentro dos quais as classes operárias arrancaram e consolidaram conquistas democráticas, assim como direitos e conquistas sociais”*?

Terá sido quando o camarada Lambert, dirigindo-se aos camaradas alemães numa *“Contribuição para a discussão internacional”* (5 de Novembro de 2006, texto preparatório do VIº Congresso Mundial da IVª Internacional), fazia o reparo de que o combate político pela liquidação da União Europeia e das suas instituições devia estar no centro da nossa actividade? *“As secções europeias centram insuficientemente as suas intervenções políticas na ruptura com a União Europeia. É claro que a estratégia de frente única é, para cada secção, uma necessidade, para ajudar a luta de classe. É claro que isto não implica que cada intervenção na luta de classe se subordine necessariamente à exigência de integrar a ruptura com a União Europeia na luta de classe directa pelas reivindicações, como condição de intervenção política. A frente única é condição para realizar*

a unidade na acção, no combate, por reivindicações precisas e motivadas. Mas a ausência de combate concreto contra a União Europeia faria com que deixássemos de definir os meios políticos para quebrar os entraves levantados à luta de classe pelos aparelhos e pelas suas filiais esquerdistas e pablistas. Pela nossa parte, não podemos abandonar a nossa independência política. Assim, pela nossa parte, com formas adaptadas, com toda a independência, devemos avançar a ruptura com a União Europeia em todas as circunstâncias. Não levar a cabo a nossa política de construção sob esta orientação equivaleria a dissolver-nos na prática como secções da IVª Internacional.”

Terá sido no lugar que, em 2005, a IVª Internacional ocupou no combate contra o projecto de Constituição Europeia, combate que desembocou na vitória do não no referendo, levando *La Vérité*, então revista teórica da IVª Internacional, a consagrar ao assunto a capa do seu n° 44 (Junho de 2005)? O título de *La Vérité*: “A vitória do voto não em França no dia 29 de Maio, viragem da situação mundial”.

Terá sido quando Andreu Camps escreveu em *La Vérité* de Agosto de 2004: “Ninguém pode ignorar a rejeição pelos povos do espartilho da União Europeia, do tratado de Maastricht, das directivas e, por conseguinte, a rejeição dos governos que levam à prática a política que decorre do tratado de Maastricht (...). Uma questão é essencial neste tratado, a da transferência de soberania das instituições nacionais para as instituições europeias”?

Terá sido, mais recentemente, no artigo de Marc Lacaze, publicado em Junho de 2015 em *La Vérité* n° 86? A União Europeia “foi a tentativa de erguer instituições supranacionais que impusessem aos governos de cada nação europeia — com o seu acordo — o abandono, em nome do interesse superior da paz e da defesa da civilização europeia, do essencial das suas prerrogativas soberanas e de fazer desta submissão o instrumento fundamental do combate pela destruição de qualquer veleidade de exercício, pelos povos, da sua soberania, como acabou de ser espectacularmente atestado pela maneira como se tratou o voto do povo grego”?

Hoje, para o conferencista, “o fundo da questão é que, para eles (isto é, a TCI), tudo fica condicionado à ruptura com a União Europeia e a Vª República”. O que o leva a dizer, um pouco mais à frente, que “não se pode tomar nenhuma medida de urgência sem ruptura com a União Europeia! Posição pequeno-burguesa, exterior à luta de classes, que faz condição do retorno ao Estado nacional”. E ainda: “Será que a luta de classes, para chegar a algum lado, precisa de obter previamente a ruptura com a União Europeia e a ruptura com a Vª República? Não, a lei El Khomri podia ser retirada sem romper com a União Europeia.”

Só que a lei Khomri não foi retirada: passou. Não haverá relação entre isso e o sacrossanto respeito de todas as forças institucionais pelo quadro fixado pela União Europeia?

Recordemos que os porta-vozes da União Europeia diziam, a respeito da lei El Khomri, que ela era o mínimo que o governo francês podia empreender para respeitar as regras da União Europeia. Se a lei El Khomri tivesse sido retirada — o que teria requerido que as direcções do movimento operário

As reivindicações da classe operária estão, todas elas, em contradição com os planos da União Europeia

renunciasses à estratégia das jornadas de luta sucessivas, empenhando-se antes na organização de uma acção geral, única maneira de levar a decisão de vencedora — , teria sido a União Europeia enquanto tal a ficar enfraquecida. E no que à Vª República diz respeito, Hollande e Valls consideraram, lucidamente, que, em vésperas de eleição presidencial, o mais pequeno recuo pô-la-ia em xeque.

A ruptura com a União Europeia não é uma condição prévia para arrancar esta ou aquela reivindicação. As reivindicações da classe operária, porém, estão, todas elas, em contradição com os planos da União Europeia. Cada vitória parcial é um golpe contra esses projectos e essas instituições reaccionárias em que a União Europeia consiste. Uma política revolucionária — dirigida, portanto, contra o Estado burguês — compreende necessariamente a intervenção pela ruptura com a União Europeia, pois esta representa hoje uma dimensão indispensável ao funcionamento de cada Estado burguês. Desistir de intervir pela ruptura com a União Europeia equivale, na prática, a desistir de avançar na construção de um partido operário indispensável aos trabalhadores, equivale a desistir, do mesmo passo, de conferir ao movimento que se desenvolve contra os planos anti-operários, à acção pelas reivindicações, a dimensão política que lhes é indispensável.

Com o balanço, o conferencista proclama que, para nós — para a TCI, entenda-se — , *a União Europeia é uma força supranacional que dita a sua lei aos Estados membros da União Europeia* (“que a força esteja connosco!”). Uma força, pois, impessoal, desirmanada dos Estados seus membros, que impõe a sua lei divina a todos (4). Misturam-se as confusões — intencionais ou não — com as mentiras flagrantes. Desafiamos o conferencista anónimo ou quem quer que seja a apresentar um documento que seja do CORQI ou da TCI em que a União Europeia seja definida como “força” independente dos Estados que a constituem, que não necessite do concurso de cada uma das burguesias e seus Estados (5).

Repita-se, não obstante, que as instituições da União Europeia têm efectivamente uma dimensão supranacional. Em primeiro lugar, porque as obrigações que delas decorrem se aplicam a todos os Estados membros — seja qual for o seu governo, seja qual for o seu parlamento — e, também, porque essas instituições suprem todos os Estados de meios comuns para combater a classe operária e as suas organizações, no propósito de investir contra o que de democracia política resta e coarctar o direito dos povos a decidirem do seu destino.

Dir-se-ia que, para o conferencista, hoje, não há que combatê-las — não obstante ele repetir: “*Nós opomo-nos às instituições da União Europeia*”. É precisamente quando estas instituições desvendam toda a sua nocividade, quando elas aparecem cada vez mais aos povos e trabalhadores da Europa como obstáculo a todas as suas reivindicações democráticas e sociais, que o conferencista decreta que elas são apenas um factor secundário.

“*Se há uma força supranacional que dita a sua lei aos Estados, então estes são nações oprimidas que cumpre defender*”, acrescenta o conferencista. Os Estados e as

nações são realidades diferentes. Mesmo quando o Estado burguês francês estava efectivamente sob o domínio de uma “força” bem real que lhe ditava a sua vontade sem apelo, quando o Estado burguês em França era o regime de Vichy, estreitamente subordinado à força do imperialismo alemão, ao regime nazi e às suas tropas de ocupação, nem por isso deixava de ser o Estado de um país imperialista — por enfraquecido que estivesse. Sem que isso quisesse dizer que o povo francês não estivesse sujeito a uma opressão de carácter nacional, o Estado francês (o governo de Pétain e Laval) continuava a exercer o seu papel imperialista, nomeadamente para com o essencial do império colonial. A fracção da burguesia que se tinha alinhado com os “aliados” tencionava desempenhar o mesmo papel. Representava uma fracção imperialista, não a direcção de um “movimento nacional” de um país oprimido. Desse carácter imperialista da burguesia francesa e, logo, do seu Estado — ainda que reduzido a Estado fantoche — decorria não ser a situação, mesmo sob a ocupação, equiparável à de um país colonial ou semicolonial, em que, como explica Trotsky, a burguesia nacional permanece classe semidirigente e semi-oprimida. Por isso os militantes da IVª Internacional, embora participando nas acções contra a ditadura nazi e o seu auxiliar, o Estado de Vichy, recusaram qualquer união nacional com a burguesia imperialista francesa: isso explica a sua recusa em filiar-se no Conselho Nacional da Resistência, o que implicaria aceitar a autoridade do governo de Londres, primeiro, seguidamente de Argel, do general de Gaulle, o que iria de encontro à defesa da independência política da classe operária e das suas organizações (6).

O conferencista continua: *“Serão a França imperialista, a Alemanha, a Inglaterra, nações dominadas pela União Europeia? Exija-se então o regresso ao Estado nacional, ao franco e, porque não, já agora, à colonização francesa.”*

Mais adiante, o conferencista declara: *“A luta contra a União Europeia é a luta em cada país contra os governos imperialistas, pela luta de classes.”* Pois é, mas para combater eficazmente o inimigo que está no nosso próprio país, é necessário ter uma visão clara de quais são as armas desse inimigo nos nossos dias. É, sim, no ponto de vista da luta de classes que se há-de avaliar o papel das instituições europeias na ofensiva desferida contra os trabalhadores em cada país. É no ponto de vista da sua luta internacional que é necessário situá-la: o combate contra a União Europeia é a base da unidade dos trabalhadores de toda a Europa, é a via que conduz aos Estados Unidos Socialistas da Europa.

As “directivas” da União Europeia, promulgadas em nome da “concorrência livre e não falseada” e da “redução da dívida pública”, remontando a tratados que obrigam os vários Estados a traduzi-las na sua política e na sua legislação, resultaram num desastre. Por exemplo, no caso da França, numa autêntica derrocada industrial. De 2000 a 2015, perderam-se 900.000 empregos industriais. No mesmo período, proliferou uma vaga de privatizações sem fim. Entre 1985 e 2011, a parcela do emprego público no emprego assalariado passou de 10,5% a 3,4%.

Desistir de combater pela ruptura com a União Europeia equivale a desistir de lutar contra cada um dos governos que levam à prática as directivas da UE

Em França, a decisão da Comissão Europeia de introduzir a concorrência nos transportes ferroviários esteve na origem do processo de privatização da SNCF (a empresa nacional que gere o transporte ferroviário no seu conjunto) e, conseqüentemente, da empresa de destruição do estatuto dos ferroviários, quando, em França, como na quase totalidade dos Estados da União Europeia, os transportes ferroviários eram monopólio do Estado. A última directiva nesta matéria data de 14 de Dezembro de 2016. Especifica que *“Cumpra-se perfazer o espaço único dos transportes ferroviários europeus.”*

O mesmo se aplica aos serviços postais, em que o processo de privatização deu em que *La Poste* (correios franceses) seja hoje uma “sociedade anónima de capitais públicos”.

Muitos outros exemplos se poderiam dar. Realce-se que o que subjaz aos planos de austeridade, à origem dos cortes orçamentais é o “enquadramento europeu das finanças públicas”, criado a partir de 2011. Este determina um novo aperto do espartilho da União Europeia, já que os Estados membros da UE passam a ter a obrigação de transmitir à Comissão Europeia, no mês de Abril, um programa de estabilidade e de convergência que apresenta a sua estratégia orçamental a médio prazo, bem como um “programa nacional de reformas”. Foi este quadro que, no caso da França, deu nos 50 mil milhões de cortes orçamentais em três anos correspondentes ao pacto de responsabilidade e a reformas estruturais como a lei El Khomri de destruição do Código do Trabalho.

Tudo isto faz parte, da maneira mais óbvia e exacta, da luta de classes. E é precisamente quando se afirma com clareza jamais igualada o carácter reaccionário em toda a linha da União Europeia, quando cada reivindicação, cada combate encontra no seu caminho as directivas e a acção da União Europeia, que o nosso conferencista entende por bem “desactivar” a acção pela ruptura com as instituições da União Europeia. Repita-se: isso equivale a desistir da luta contra cada um dos governos que levam a efeito as medidas elaboradas pelas instâncias da União Europeia. Equivale a desistir de, face a esses governos e à sua ofensiva comum, abrir concretamente o objectivo de um governo dos trabalhadores, de um governo operário assente no respeito da soberania popular e na execução de medidas de salvaguarda da população trabalhadora.

Equivale também, como mais acima se demonstrou, a renegar do combate pela IVª Internacional de há décadas, combate que se prendia com a análise do imperialismo decomposto e com as conseqüências deste para a democracia política e a existência das nações.

Para a “gente” que o conferencista denuncia, isto é, para os militantes do CORQI e da TCI, o combate pela ruptura com a União Europeia, indissolúvelmente ligado, no caso da França, ao combate contra as instituições reaccionárias da Vª República, é a forma concreta do combate que leva à expropriação do capital, aos Estados Unidos Socialistas da Europa.



Notas:

1.- Aqueles que apelam a desistir de toda a luta efectiva contra as instituições da União Europeia proclamam que a saída da União Europeia não impede a burguesia britânica de tentar assestar novos golpes à classe operária. Claro que a vitória que a votação maioritária dos trabalhadores por deixar a União Europeia representa não resolve todos os problemas. A classe dirigente britânica, fragilizada pelo voto “leave”, não pode fazer outra coisa que não seja investir com violência contra a classe operária para estabilizar as condições políticas da sua dominação, abalada pelo Brexit. O problema posto à classe operária é traduzir socialmente o Brexit em todos os domínios. O que uma vez mais põe, com intensidade, a questão da direcção do combate da classe operária.

2.- É útil recordar aqui, sucintamente, as principais etapas daquilo a que se chamou a “construção europeia”. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), primeira instituição supranacional europeia, é lançada em 9 de Maio de 1950. Alguns anos mais tarde é assinado o tratado de Roma, que constitui a Comunidade Económica Europeia. Esta compreende a França, a República Federal da Alemanha, a Bélgica, os Países Baixos, o Luxemburgo e a Itália. Em 1972, a CEE alargar-se-á ao Reino Unido, à Irlanda e à Dinamarca. Em Março de 1979, cria-se o Sistema Monetário Europeu (SME), que fixa os limites dentro dos quais as moedas dos vários Estados europeus podem variar entre si e institui uma unidade de conta comum a toda a Europa, o ECU. O período aberto pelo SME corresponderá a um forte aumento das vendas americanas na Europa. De 4.400 milhões de ECU, o excedente comercial dos Estados Unidos atingirá 22.400 milhões em 1980. Esta sucessão de acordos e tratados dará lugar, em 17 de Fevereiro de 1986, à assinatura do Acto Único Europeu. Para avançar para uma “União Europeia”, a fim de “*prosseguir a obra empreendida com os tratados que instituíram as comunidades europeias*”.

3.- Esta citação é tirada da obra *Le Nouveau Vieux Monde*, de Perry Anderson, historiador britânico.

4.- Poder-se-ia, sim, interpretar neste sentido, não um texto da TCI nem um artigo publicado em *La Tribune des travailleurs*, mas o

seguinte passo de uma crónica publicada em *Informations ouvrières* (nº de), assinado por Yves Ouditou, “O FMI, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia decidem tudo”, afirmação rápida e exagerada, mas mais perto da realidade do que as afirmações de que o sistema capitalista funciona como no século XIX.

5.- Se alguém — por exemplo, o conferencista — tem dificuldade em compreender que a existência de instituições supranacionais não anula a existência de Estados nacionais, talvez uma comparação simples o ajude a perceber. Sempre definimos, e bem, a CES como anexo das instituições da União Europeia que serve para integrar as organizações sindicais. No entanto, as várias confederações que a compõem não deixaram de ser organizações sindicais. Ora, sem o seu concurso, a CES não existiria.

6.- Era de pensar que esta avaliação do Conselho Nacional da Resistência — e, conseqüentemente, do governo de união nacional presidido pelo general de Gaulle — fizesse parte da nossa herança comum. Surge a dúvida, ao ver J. Borensztein, conhecido publicamente como militante da CCI, declarar, por ocasião da comemoração da libertação da Bolsa do Trabalho, em 23 de Agosto de 2016, que “*este acto heróico dos nossos gloriosos maiores foi realizado com a comum convicção de todos esses militantes de irem criar um mundo melhor e mais justo, amplamente apoiado nas reivindicações pacientemente definidas durante a ocupação e cristalizadas no programa do CNR (...). O programa do CNR, tal como as conquistas da Frente Popular, continuam a ser modelos vivos e actuais*”.

É certo que J. Borensztein intervinha em nome de uma organização sindical. Ninguém lhe pedia que apresentasse a análise trotskista do CNR. Mas também nada lhe exigia que reproduzisse a análise dos aparelhos, para quem aquilo que se arrancou em Junho de 1936 não foi resultado da greve geral, mas da generosidade do governo da Frente Popular (que incluía o Partido Radical) e para quem as “conquistas de 1945” não resultaram do pânico da burguesia face ao ascenso revolucionário do proletariado, mas foram, sim, concedidas pelo CNR, ou, na prática, pelo governo de união nacional do general de Gaulle.



Cuba: Após a morte de Fidel Castro

Para um primeiro balanço do “castrismo” (1)

Por Jean-Pierre Raffi

Entre hagiografia, lamentações hipócritas e invectivas odiosas, os comentários que floresceram logo que foi anunciado o falecimento de Fidel Castro partilham um mesmo desdém, uma mesma oposição visceral à revolução.

Pois foi, de facto, uma revolução o que, em finais de Dezembro de 1958, início de 1959, derrubou o regime putrefacto do ditador Fulgencio Batista(2) em Cuba. Um regime que tinha feito de Cuba, com o aval dos sucessivos governos norte-americanos, uma terra de jogo e de prostituição para os americanos ricos, uma colónia americana pilhada pelas multinacionais (ver caixa).

No entanto, esta revolução democrática e anti-imperialista que levou ao poder o «Movimento 26 de Julho» (M-26)(3) não se pode reduzir à imagem romântica da entrada das unidades de guerrilha castristas na Havana a 9 de Janeiro de 1959.

A Havana e todas as outras grandes cidades do país em que o M-26 faz uma entrada triunfal encontram-se há já vários dias paralisadas por uma poderosa greve geral, um levantamento da classe operária cubana, que irá imprimir o seu cunho à revolução que derruba em poucos dias o regime ditatorial de Batista. Os desenvolvimentos desta vão confirmar a teoria da “revolução permanente”: só o proletariado, realizando a unidade da classe operária, do campesinato e das massas laboriosas que constituem a nação, pode, nos nossos dias, levar a cabo as tarefas democráticas e nacionais abandonadas pela burguesia.

E foi precisamente contra este parto – que reuniu num mesmo levantamento revolucionário as reivindicações democráticas burguesas e as reivindicações próprias da classe operária – que o imperialismo e a burocracia de Moscovo se encarniçaram sem descanso.

1959: as massas em revolução derrubam a ditadura pró-americana de Batista

Recuemos três anos, a 1956. A 2 de Dezembro desse ano, Castro, que se encontrava no exílio desde o fiasco do ataque ao quartel de Moncada, tenta regressar clandestinamente a Cuba à cabeça de um pequeno grupo de 82 exilados, entre os quais Che Guevara e alguns sobreviventes de Moncada.

Enquanto a Mafia reina sobre casinos, droga e prostituição, o capital norte-americano controla toda a economia da ilha

Sob a ditadura de Batista, resultante de um golpe de estado (1952) suscitado e apoiado pelo imperialismo americano, Cuba tornou-se no covil da mafia dos Estados Unidos, que controla os casinos e o lucrativo comércio da droga e da prostituição. As multinacionais, norte-americanas na sua maioria, controlam 90% da produção mineira, 90% da distribuição de electricidade e do telefone, 80% dos serviços públicos, 50% dos caminhos de ferro, 40% da produção açucareira e 25% dos depósitos bancários. 47% das terras cultiváveis pertencem a proprietários americanos.

30.000 proprietários fundiários — nem 20% dos agricultores — possuem 70% das terras agrícolas. 78,5% são obrigados a contentar-se com 15% das terras. A cultura da cana do açúcar, principal riqueza agrícola, juntamente com a produção de tabaco, encontra-se nas mãos de 22 grandes proprietários. A família Batista e as cúpulas do exército, pagas para manter a ordem, instauraram uma ditadura feroz, apoiada pelo imperialismo americano.

Ao desembarcarem numa praia da costa oriental da ilha, têm à sua espera o exército de Batista. É um autêntico massacre. Apenas uma escassa dezena dentre eles consegue sobreviver e refugiar-se, com a ajuda dos camponeses, na Sierra Maestra, que se tornará no foco central da guerrilha castrista. No decurso do ano de 1957, este punhado de jovens combatentes multiplica as incursões contra um exército cada vez mais desmoralizado, que não consegue extinguir o foco de resistência. Reflexo da sociedade de que se supõe “braço armado”, o exército de Batista apresenta, na realidade, todos os sintomas de decomposição e apodrecimento daquela. A 9 de Abril de 1958, em resposta ao assassinato de um dos seus dirigentes (Franco Pais) em Santiago, o M-26 apela à greve geral.

Esta, sem preparação séria da direcção castrista e boicotada pelo aparelho do Partido Comunista Cubano, que dirigia a CTC (Central dos Trabalhadores Cubanos), falha.

Mas o regime continua a decompor-se. Vai perdendo progressivamente todos os seus apoios. Os Estados Unidos deixam de lhe fornecer armas e a agência da burocracia do Kremlin, que até então o apoiara, anuncia de repente desejar negociações entre o poder estabelecido e Fidel Castro.

Na Havana, paralisada por uma nova greve geral, os trabalhadores, que desta vez conseguiram submergir as direcções das suas organizações, imprimem uma configuração nitidamente mais proletária ao movimento em curso. Em diversos locais, os trabalhadores começam a ocupar as suas empresas, as suas administrações... Alguns camponeses fazem o mesmo nas terras de que os grandes proprietários se apoderaram, alguns estudantes ocupam as suas universidades.

Começa a caça aos agentes da polícia política, aos assassinos a soldo de Batista, aos cães de guarda dos bordéis e dos casinos, aos corruptos e aos bufos.

A 31 de Dezembro de 1958, enquanto se opera a junção da greve geral com a ofensiva da guerrilha sobre Havana, Batista, privado do apoio de Washington, foge para a República Dominicana e depois para a Espanha de Franco.

Um dos seus braços direitos, o general Cantillo, intenta então um golpe de estado militar para deter o desmoronamento do regime. Por sua vez, Fidel Castro, através da Rádio Rebelde, apela aos trabalhadores das áreas não libertadas a aderirem à greve geral. Milhões de trabalhadores, camponeses e jovens respondem ao apelo.

O regime desmorona-se completamente.

O programa do “M-26”: Um programa democrático e anti-imperialista...

O programa do M-26, que entra triunfalmente em Havana a 9 de Janeiro de 1959, é um programa democrático e anti-imperialista. Na época, Castro define-se a si próprio como um adepto de Lincoln, preconizando a cooperação entre o capital e o trabalho. Em Março de 1959, afirma à revista *US News and World Report* que não encara a possibilidade de qualquer nacionalização. Numa conferência de imprensa realizada em Abril, declara: *“Já disse de forma clara e definitiva que não somos comunistas. As portas encontram-se abertas aos investimentos privados”*.

O governo americano, que até então apoiara e alimentara a brutalidade fascizante do regime de Batista, não está longe de ver em Castro uma alternativa, em última análise aceitável, face à poderosa ascensão das massas sublevadas, que ameaçam os próprios fundamentos do sistema de propriedade privada dos meios de produção em crise. E isto não apenas em Cuba, mas também em todas as partes da América, reserva de caça do imperialismo americano.

Mas o formidável impulso das massas gerado pela queda do regime odiado impõe a Castro e ao M-26 tomar medidas que vão ultrapassar o programa de que eram portadores.

7 de Janeiro de 1959: promulgação da Lei Fundamental da República, que estabelece os fundamentos do novo Estado.

13 de Fevereiro de 1959: forma-se um governo que, naquela etapa, se pode qualificar de governo operário e camponês(4). Fidel Castro torna-se primeiro-ministro. Anuncia, entre as reformas previstas, as que, em matéria de saúde e de educação nacional, fazem, ainda hoje, de Cuba o país da América latina com os melhores sistemas de saúde e ensino. No imediato, procede à nacionalização dos transportes e a uma redução imperativa das rendas de casa.

17 de Maio de 1959, é promulgada uma primeira reforma agrária, que nada tem de “socialista”. Fixa às explorações agrícolas uma superfície mínima de 27 ha e máxima de 402 ha. Trata-se de acabar com os grandes domínios latifundiários. A propriedade privada da terra não é abolida. Os grandes proprietários são indemnizados pelo Estado pelas terras que lhes são confiscadas.

Mesmo assim, esta reforma agrária é inaceitável para os grandes proprietários cubanos e para as companhias americanas que até então monopolizavam a exploração da quase totalidade das terras cultivadas.

26 de Julho de 1959, mais de um milhão de camponeses e operários agrícolas manifestam-se na Havana em apoio a esta reforma, que, no seu espírito, significa: expropriação de todas as terras que pertencem aos grandes proprietários fundiários.

Ao mesmo tempo, porém, para estupefacção geral, Castro impõe como “presidente interino” Manuel Urrutia, jurista conservador, homem dos círculos próximos de Batista. Este governo de inspiração direitista é imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos.

Urrutia usa de imediato a sua nomeação para apelar à convocação de novas eleições. Castro opõe-se-lhe, declarando que a convocação de novas eleições significaria o regresso dos partidos políticos corrompidos e das votações fraudulentas da era Batista.

Duas instâncias do governo afrontam-se em violenta oposição. Cria-se uma situação perigosa para a revolução. Compreendendo instintivamente a amplitude dos perigos que os ameaçam, milhares e milhares de trabalhadores, de jovens e de camponeses concentram-se novamente diante do palácio presidencial, exigindo a demissão do chefe de Estado e manifestando o seu apoio a Castro. Vendo-se isolado, Urrutia demite-se.

Uma vez mais, é a mobilização das massas que salva a revolução. O crédito de Castro e do “M-26” — cujo carácter revolucionário é inegável... não menos inegáveis sendo os seus limites pequeno-burgueses — junto das massas encontra-se então no seu zénite. As repercussões, não apenas em Cuba, mas também no mundo inteiro, são enormes. Em contrapartida, para o imperialismo, a presença deste foco revolucionário a curta distância das suas fronteiras marítimas é intolerável.

Agosto de 1960: em represália contra as medidas cada vez mais agressivas do governo americano e sob a pressão exercida pelas massas, o governo cubano decreta a expropriação e a nacionalização de todas as empresas estrangeiras presentes na ilha. Seguir-se-ão os bancos, em Setembro.

A 15 de Setembro, transpõe-se uma nova etapa na via da socialização. Além da da banca, o governo cubano decide a nacionalização da indústria tabaqueira. E, a 13 de Outubro, a lei transfere para o controle do estado todas as grandes empresas cubanas, nomeadamente as empresas açucareiras, que são substituídas por cooperativas.

Outubro de 1960: pelo seu lado, no decurso da campanha presidencial americana, os candidatos Richard Nixon e John Fitzgerald Kennedy multiplicam as ameaças contra Cuba e, a 19 de Outubro, o Departamento de Estado determina o embargo geral das exportações para a ilha.

3 de Janeiro de 1961: o governo americano rompe as relações diplomáticas com Cuba. John Kennedy, eleito nessa altura contra o candidato republicano Nixon, prossegue esta política.

1961: A tentativa de invasão dita da “Baía dos Porcos”

É neste contexto que estala o caso da chamada “Baía dos Porcos”: o desembarque de mercenários cubanos exilados, dirigido pela CIA, com o objectivo de derrubar o governo castrista.

Em resposta às medidas, todavia modestas, do governo cubano, e sob pressão da United Fruit Co., empresa bananeira que figura entre as sociedades nacionalizadas, o governo americano impõe restrições comerciais e, finalmente, um embargo total à ilha a partir de 1960. Ficam proibidas todas as trocas comerciais entre Cuba e os Estados Unidos.

Em Agosto de 1960, a CIA contacta em Chicago o ramo americano da Mafia, a Cosa Nostra, para lhe propor um

Na manhã de 15 de Abril de 1961, em violação das convenções internacionais, 6 bombardeiros americanos B26, pintados com as insígnias da aviação cubana no intuito de fazer crer de que se tratava de uma rebelião interna e não de um ataque imperialista, bombardeiam simultaneamente os aeródromos da Havana e de Santiago, no Sul. A maior parte dos aparelhos do exército cubano, assim como numerosos aviões civis, são destruídos no solo.

A 16 de Abril, quando do funeral das vítimas desta operação criminoso, Fidel Castro declara pela primeira vez: *“O que os imperialistas não nos podem perdoar é termos feito triunfar uma revolução socialista mesmo debaixo do nariz dos Estados Unidos”*.

No dia seguinte, 17 de Abril, cerca de 1.400 emigrados cubanos treinados e armados pela CIA, com o acordo do novo presidente americano, Kennedy, desembarcam nas praias da Baía dos Porcos, enquanto barcos de guerra americanos patrulham ao largo no intuito de consolidar esta testa de ponte.

A operação tem por objectivo tomar o controle de uma parcela do território para aí estabelecer um “governo provisório”, presumivelmente dirigido por Miró Cardona, ex-primeiro-ministro de Batista. Governo que seria imediatamente reconhecido pelos Estados Unidos e solicitaria e obteria uma intervenção militar americana.

Em tais circunstâncias, que ameaçam a sua própria sobrevivência, Castro e o governo a que preside são obrigados a avançar ainda mais na via da ruptura com o imperialismo. Apela então à formação, em todas as

É então que Castro e Guevara desencadeiam um violento ataque contra o trotskismo e os trotskistas em Cuba

Na revista *La Vérité*(5) nº 522 de Agosto de 1961, num artigo intitulado “Revolução cubana, primeira etapa”, F. Rodriguez recorda que, em Agosto de 1960, *“no congresso do PSP (Partido Socialista Popular, nome que então tinha o PC cubano), o secretário-geral Blas Roca consagra uma parte importante do seu relatório (quando trata dos “inimigos da revolução cubana”) aos trotskistas, que apresenta como provocadores e espíões de Hitler e depois do imperialismo americano. Blas Roca inclui-os, juntamente com os “titistas” e os “anarco-sindicalistas” entre os agentes imperialistas encarregados de atacar a revolução a partir de posições esquerdistas (...). O jornal trotskista é proibido. A 13 de Outubro, Guevara declara ao jornal chileno Última Hora que esta interdição, enquanto medida puramente administrativa, se justifica por não ser “prudente deixar o trotskismo continuar a apelar à subversão”. De seguida, explica que “o trotskismo nasceu em Guantanamo”, perto da célebre base americana, e que esta proximidade geográfica justifica plenamente a medida. Em quatro meses, Guevara passa da polémica à calúnia contra os trotskistas. Só se distingue de Blas Roca por insinuar em vez de afirmar e não falar em Hitler”*.

Não é por acaso que estes ataques contra o trotskismo são desencadeados logo após o falhado desembarque da Baía dos Porcos, que sublevou as massas e imprimiu um novo e formidável impulso à revolução. No quadro da “coexistência pacífica”, que desde Yalta, no pós-guerra, regula politicamente as relações entre o imperialismo e a burocracia do Kremlin, em 1959-1962 Cuba tem de permanecer sob o tacão de ferro de Washington, tal como a Polónia e a Hungria têm, em 1956, de permanecer sob o tacão de ferro de Moscovo. Assim, nada mais urgente para o aparelho estalinista em Cuba do que tentar à viva força fazer refluir a revolução em curso, fazer recuar as massas, restabelecer um aparelho de estado burguês. Nesta ordem de ideias, é necessário desacreditar, caluniar, esmagar toda e qualquer organização que se situe no terreno do trotskismo. O antitrotskismo é o combate contra a revolução proletária. Os especialistas na matéria são incontestavelmente os estalinistas.

Porém, ao mesmo tempo, reflectindo a natureza pequeno-burguesa, instável, dos dirigentes do M-26, Fidel Castro, em discurso pronunciado a 26 de Março de 1962, desfere um violento ataque contra o estalinista Escalente, encarregado de organizar o partido único: *“Escalente converteu o aparelho do partido num ninho de privilégios, de tolerâncias e de favores de todo o género...”*. Embora Escalente fosse imediatamente destituído, por detrás dele vinha o Kremlin e os milhares e milhares de “especialistas” militares ou civis de todo o tipo vindos da URSS. O caso dos mísseis da URSS instalados em Cuba iria, em breve, pôr a nu todas as contradições que esta situação encerrava.

projecto de assassinatos simultâneos de Fidel Castro, Raúl Castro e Che Guevara. Em troca, se a operação fosse bem sucedida e um governo pró-americano recuperasse o controle de Cuba, Washington comprometia-se a devolver-lhe “o monopólio do jogo, da prostituição e da droga”.

idades, bairros, fábricas, oficinas, escritórios e campos, de “comités de defesa da revolução” (CDR) e ao seu armamento, eixo da defesa revolucionária da soberania do povo cubano. Os exilados cubanos, que desembarcaram numa região agrícola cujos habitantes beneficiaram das

distribuições de terras efectuadas pelo governo, não obtêm o apoio esperado. A intervenção dos CDR e do exército regular da nova república aniquilam os invasores, cujos últimos elementos se rendem a 19 de Abril.

Uma vez mais, as massas operárias e camponesas, a juventude de Cuba, levam a revolução mais longe do que estava previsto, infligindo uma profunda derrota ao imperialismo americano. A burocracia estalinista da URSS corre então em socorro deste. É o chamado caso dos mísseis (1962). Perfeita ilustração do que significa a política de “coexistência pacífica”: um acordo contra-revolucionário entre o imperialismo americano e burocracia do Kremlin.

Outubro de 1962: a quem serviu realmente a “crise dos mísseis”?

A crise dos mísseis em Cuba é uma sequência de acontecimentos ocorridos entre 14 e 28 de Outubro de 1962.

No dia 14 de Outubro de 1962, um avião espião americano U-2 revela que a URSS está a instalar mísseis SS-4 com ogiva nuclear em Cuba. São igualmente detectados rampas de lançamento, mísseis, bombardeiros, foguetes e conselheiros soviéticos. Enquanto isso, rumam a Cuba 26 navios russos, transportando ogivas nucleares (operacionalizáveis em dez dias).

O presidente americano, John F. Kennedy, convoca o Conselho Nacional de Segurança e defende uma acção militar directa — apesar de todas as informações sérias revelarem que, na realidade, a URSS dispõe de muito poucos mísseis nucleares estratégicos, de duvidosa fiabilidade (6).

Começa então um guião digno de filme de ficção científica. Faz-se, hora a hora, a dramatização da marcha à guerra nuclear. Imprensa, rádios e televisões seguem a marcha dos submarinos russos em direcção à linha vermelha traçada por Kennedy para marcar o limite além do qual a marinha americana desencadeará o ataque nuclear.

Após quinze dias deste angustiante folhetim, em 27 de Outubro, Khruchthov dá a entender que está pronto a negociar. A 28, através da Rádio Moscovo, dá ordem de desmantelamento das posições dos mísseis. A 29, a URSS anuncia o fim do jogo e faz retirar os seus navios, prometendo igualmente remover todas as suas instalações.

O “compromisso” a que se terá chegado consistiria em os Estados Unidos se comprometerem por escrito a não atacarem Cuba. Claro que de nada valeu. Recorrendo a mil e um artifícios, o imperialismo americano não deixou de exercer um boicote assassino contra o povo cubano, condenando-o a morrer lentamente. Em nenhum momento o povo cubano (em cujas costas todo este caso foi montado) foi consultado, sendo-lhe completamente sonogada a sua soberania. E, na verdade, era esse o verdadeiro objectivo da operação: na impossibilidade de esmagar uma revolução que as massas impulsionavam sem descanso, tratava-se de colocar Cuba sob a tutela da burocracia do Kremlin e da sua agência cubana.

A 26 de Março de 1962, com o acordo de Castro e de todos os dirigentes castristas, a Organização Revolucionária Integrada (ORI), recentemente criada na sequência da fusão do Movimento 26 de Julho de Fidel Castro e do Partido Socialista Popular (nome do PC cubano na época),

transforma-se no Partido Unificado da Revolução Socialista Cubana (PURSC), que, por fim, a 3 de Outubro de 1965, se converte em Partido Comunista de Cuba (PCC).

Este passa a ser o único partido político legal em Cuba. Os candidatos às eleições são autorizados a apresentarem-se perante uma comissão. São, na sua maioria, membros do PCC ou “companheiros de jornada”.

No artigo já citado, intitulado “Revolução cubana, primeira etapa” (*La Vérité* n.º 522) F. Rodriguez polemizava com todos aqueles que “acreditaram ver um início de governo proletário nas juntas de coordenação, ejecucion e inspeccion (JUCEL) instituídas, primeiro na província de Oriente e depois nas diversas províncias, para coordenar as actividades das diversas autoridades, generalizadas por decreto (...). Não se pode excluir que um poder proletário nasça através desses organismos, como de outros, como os CTA ou os comités de defesa, se as massas conseguirem modificar profundamente a sua natureza, impondo-lhes o seu controle. Por enquanto, eles são muito mais instrumentos de controle pelas cúpulas, pelo governo castrista, para prevenir desenvolvimentos não desejados”.

É nesse momento que Che Guevara começa a distanciar-se

É nesse momento que Che Guevara, filho querido da revolução cubana, começa a distanciar-se face ao curso dos acontecimentos.

Em Argel, a 24 de Fevereiro de 1965, em homenagem a Ben Bella, primeiro presidente da Argélia independente, pronuncia o seu último discurso na cena internacional. Declara: “*Não existem fronteiras nesta luta de morte (que opõe trabalhadores e povos ao imperialismo). Não podemos ficar indiferentes ao que se passa em qualquer parte do mundo. A vitória de qualquer país contra o imperialismo é a nossa vitória, tal como a derrota de qualquer país é a nossa derrota*”.

Desfere, então, um ataque frontal contra a burocracia do Kremlin e indirectamente contra a burocracia do governo e do PC cubanos, proclamando: “*Os países socialistas têm o dever moral de pôr termo à sua cumplicidade tácita com os países exploradores do Ocidente*”.

O limite deste ataque reside em Che Guevara em nenhum momento depositar confiança na capacidade da classe operária de conseguir a sua emancipação através da luta de classes. Isso explica que, tal como em 1958-1959, ele vá procurar substituir a luta da classe operária à cabeça do campesinato e das restantes camadas exploradas pela guerra de guerrilhas. Daí as aventuras militares levadas a cabo no Congo e, posteriormente, na Bolívia, onde tentará, em vão, ressuscitar a epopeia “foquista” tal como a vivera em Cuba. Um caminho solitário, no termo do qual encontrará a morte, assassinado a 8 de Outubro de 1967 por comandos do exército boliviano, apoiados pela CIA, que o perseguiram.

1986: o significado do 3.º Congresso do PCC

O 3.º Congresso do PCC, em 1986, realiza-se sob a divisa da “*rectificação das tendências negativas*”. O objectivo anunciado é “*lutar contra as disfunções da sociedade*”.

Na realidade, face à desastrosa situação económica que Cuba conhece, agravada pelo bloqueio que lhe impõe o imperialismo americano e pela sufocante dominação

exercida pela burocracia de Moscovo, as medidas adoptadas esboçam um processo de “*abertura ao mercado*”.

Depois da entrada de Cuba no COMECON (7), a industrialização é abandonada. Cuba deve continuar a ser um fornecedor agrícola, outrora em benefício dos Estados Unidos, agora do bloco de Leste.

Este processo de submissão à burocracia estalinista no plano económico é acompanhado de uma renúncia a qualquer forma de proselitismo, fosse ele, como há muito era, puramente decorativo. Pelo contrário, Castro multiplica as manifestações de alinhamento crescente com a burocracia de Moscovo: em 1968, apoia espetacularmente a invasão da Checoslováquia. Em 1981, condena o combate dos trabalhadores e jovens polacos para se libertarem da opressão da burocracia russa. Em 1989, apoia o massacre da praça Tien An Men perpetrado pela burocracia chinesa.

Em Cuba, acelera-se a política de abertura ao capital americano após a queda da URSS

Em Cuba, este processo de abertura até às últimas consequências da economia cubana ao capital norte-americano, que sob Castro começara prudentemente e depois se tornara cada vez mais aberto, acelera-se após a queda da URSS. Mais ainda sob o governo presidido por Raúl Castro, após a retirada de Fidel Castro, oficialmente por

razões de saúde, de todas as suas funções no aparelho de Estado e no PC Cubano.

Um artigo de Alan Benjamin em *La Vérité* de Março de 2015 salientava em tal matéria:

“Um documento oficial da Casa Branca que visava “definir uma nova orientação para Cuba” reconhecia que “décadas de política de isolamento de Cuba por iniciativa dos Estados Unidos falharam”.

Quanto a Cuba propriamente dita, a declaração da Casa Branca diz claramente que a destruição dos sectores nacionalizados e dos serviços públicos do Estado de Cuba é um dos objectivos chave dos Estados Unidos: “as mudanças de orientação facilitarão aos americanos o fornecimento de formações patronais aos chefes de empresas privadas cubanas e aos pequenos agricultores e oferecer outros apoios que favoreçam o crescimento do nascente sector privado de Cuba. Serão estudadas possibilidades suplementares de propiciar o crescimento do empreendedorismo e do sector privado em Cuba.” O documento da Casa Branca nota igualmente que, sob a direcção de Raúl Castro, Cuba iniciou um determinado número de “reformas económicas” que produziram efeitos positivos. É um referênciã ao despedimento de 137.000 funcionários anunciado pelo governo cubano em Setembro

Antes, durante e depois de 1959, o partido estalinista nunca deixou de ser o instrumento da contra-revolução em Cuba

O actual Partido Comunista Cubano (PCC), fundado em 1965, é o herdeiro de um primeiro Partido Comunista de Cuba, criado em 1920, posteriormente rebaptizado Partido Socialista Popular. A sua política é inteiramente ditada por Moscovo. Ilustrando-se, nomeadamente, durante a ditadura de Batista, de que, até à sua queda, foi um dos principais susténs.

Em Julho de 1961, dois anos após a revolução cubana, forma-se a Organização Revolucionária Integrada (ORI), na sequência da fusão do Movimento 26 de Julho, de Fidel Castro, do Partido Socialista Popular (estalinista) e do Directório Revolucionário 13 de Março.

A 26 de Março de 1962, a ORI transforma-se no Partido Unificado da Revolução Socialista Cubana (PURSC), que acaba por se tornar, em 13 de Outubro de 1965, em Partido Comunista de Cuba (PCC). Para além das denominações sucessivas, está em curso a burocratização e a esclerose estalinista, o abafamento de toda a discussão, a que Che Guevara procurou manifestamente, em vão, opor-se.

O 3.º Congresso do PCC, em 1986, apela a uma “*revolução na revolução*”. O que, na prática, marca uma viragem num sentido ainda mais restauracionista, que se irá acentuar ainda mais após a queda da URSS, em 1991.

No 6.º Congresso do PCC (16 a 19 de Abril de 2011), Raúl Castro, que sucedeu ao seu irmão à cabeça do Partido Comunista e do Estado cubanos, empenha-se com todas as suas forças na consolidação desta linha.

O semanário *Le Point*, que, como seria de esperar, se posiciona do lado da “*contra-reforma*”, destaca nestes termos o que está em jogo: “*O novo burô político do PCC conta 15 membros, três deles novos, contra os 19 anteriores. Entre os novos figura a estrela ascendente do “raulismo”, Marino Murillo, de cinquenta anos, supervisor do programa das reformas económicas e sociais, que irá sem dúvida passar a encarnar a esperança dos partidários das reformas.*

Com um vasto plano de reformas económicas, mas uma direcção do Partido Comunista praticamente inalterada, Cuba fica encostada à parede. O caminho está traçado. Resta ver se o pesado modelo estatista cubano saberá trilhar os caminhos da renovação.

“É tempo de pôr cobro à mentalidade de inércia”, martelou Raúl Castro ao apresentar as 313 reformas económicas adoptadas pelo 6º congresso do PCC, que se concluiu após três dias de trabalhos. (...) “As aberturas, às vezes espectaculares, à economia de mercado são o que chamará a atenção dos meios de comunicação, mas o bom sucesso do plano de reformas dependerá, sobretudo, das medidas de fundo adoptadas pelo congresso”, insistia recentemente o economista cubano Pavel Vidal.

Criação de cooperativas para criar um tecido de PME, autonomia comercial e administrativa mais ampla das empresas do Estado, criação de novas disposições para os investidores estrangeiros, emagrecimento da burocracia: é longa a lista de reformas pesadas a efectuar.

“Há tendência para fazer crer que, com controle, previsão e disciplina, os problemas se hão-de resolver. Ora, tentar aperfeiçoar o que há dezenas de anos nunca funcionou é ir direito ao muro”, considerou Pavel Vidal.

(...) “Exigirei que se realize o que eu ordenei ou inicie em acordo com os organismos superiores”, respondeu-lhe indirectamente Raúl Castro, elevando o tom para denunciar “o imobilismo e o dogmatismo” das instituições cubanas.

Paciente e minucioso, infatigável organizador das estruturas de decisão cubanas, o general Raúl Castro salientou que as evoluções da economia cubana se fariam “ritmadamente, mas sem precipitação”.

O desaparecimento de Fidel Castro vem incontestavelmente baralhar de novo as cartas.

de 2010 (assim como ao levantamento parcial das restrições impostas às empresas privadas) e à lei do investimento estrangeiro adoptada pela Assembleia Nacional de Cuba em 29 de Março de 2014.

A lei sobre o investimento estrangeiro dá a investidores estrangeiros a possibilidade de possuírem 100% das empresas — sem nenhuma restrição em matéria de repatriação de lucros — na maior parte dos sectores económicos de Cuba, bem como significativas isenções fiscais para os novos investidores.

Isso não foi, porém, suficiente para sossegar Washington e as empresas multinacionais. Dizem eles que são precisas mais “reformas”. Uma reavaliação das políticas económicas publicada pelos “representantes dos investidores” Fox Rothschild LLP explica, no sítio *Mondaq Business*: “Enquanto os investidores estrangeiros não puderem contratar e despedir os trabalhadores directamente e pagá-los em moeda convertível, a nova lei sobre o investimento continuará a ser muito vaga e cheia de incertezas” (19 de Agosto de 2014).

Carlos Alonso Zaldiva, antigo embaixador de Cuba em Espanha, avisa que, se nada as fizer parar, estas “reformas” de liberdade do mercado terão consequências desastrosas num país em que “6 dos 11 milhões e meio de cubanos dependem da protecção social na forma de pensões, serviços e produtos subsidiados, enquanto 68% do orçamento da nação é afectado às despesas sociais. Levando em conta esta realidade, são milhões os cubanos que têm toda a razão em temer que novas aberturas ao mercado venham diminuir, senão liquidar completamente, essas despesas sociais. Milhões opor-se-ão às mudanças propostas” (*El País, Espanha, 1 de Janeiro de 2015*).

A morte de Fidel Castro abre uma nova fase da ofensiva que visa liquidar todos os resíduos da revolução de 1959 em Cuba. Não subsiste dúvida de que o imperialismo irá agora tentar levar até às últimas consequências o desmantelamento das conquistas da revolução. Política da reacção a cujo serviço Fidel Castro terá emprestado todo o seu prestígio (8).

Resta, para além da pessoa, que as concentrações de massas que acompanharam as suas obséquias são testemunho do apego dos trabalhadores, da juventude e dos camponeses cubanos à revolução de 1959, de que ele foi um dos artesãos.

Notas:

(1) Esta primeira contribuição para um balanço do castrismo não tem evidentemente a pretensão de pôr um ponto final a uma análise que ainda está em grande parte por completar, nomeadamente revisitando a raiz dos erros que na época a nossa corrente cometeu no que diz respeito à caracterização do que então se passava em Cuba e às tarefas que daí decorriam para a IVª Internacional.

(2) Fulgencio Batista foi levado ao poder por um golpe de Estado em 1952, instaurando um regime de ditadura feroz que beneficiará do apoio do governo americano e da burocracia do Kremlin até à sua queda em 1959.

(3) O Movimento 26 de Julho (M-26) foi criado por Fidel Castro no verão de 1953, reagrupando os sobreviventes do sangrento malogro do ataque ao quartel da Moncada, em 26 de Julho de 1953.

(4) A fórmula do “governo operário e camponês” apareceu pela primeira vez no decurso da revolução russa, em 1917. A importância desta denominação consistia, sobretudo, em pôr em primeiro plano a ideia da aliança, no plano governamental, de trabalhadores e camponeses.

(5) La Vérité foi a revista teórica da IVª Internacional até à crise de 2015, altura em que foi confiscada pelo grupo revisionista que cindiu a Internacional.

(6) A mentira é tão grosseira como a que, mais recentemente, atribuíra ao Iraque as famosas “armas de destruição massiva” como pretexto para a guerra no Iraque, na Síria... que tem transformado o Próximo Oriente num campo de ruínas, um caos de miséria em que as populações sujeitas aos bombardeamentos e atentados tentam fugir e vão morrer no Mediterrâneo.

(7) O COMECON (Conselho de Assistência Económica Mútua), criado por Staline em 1949, era uma organização pretensamente de entreaajuda económica entre diferentes países de Leste. Dissolveu-se com a queda da URSS em 1991.

(8) Deixe-se a Andreu Camps esta apostólica homenagem ao Fidel Castro dos últimos anos, durante os quais, segundo Camps, ele terá sido “em certa medida, uma “consciência crítica” (Informations ouvrières nº 517). Note-se, todavia, que esta posição “pró-castrista”, clássica das organizações pablistas, não é específica a Andreu Camps, parecendo ser hoje partilhada por outros dirigentes do grupo que cindiu a IVª Internacional há dois anos. Pode, assim, ler-se no sítio de O Trabalho, publicação da secção brasileira deste grupo revisionista liquidacionista: “Fidel Castro passará certamente para as gerações futuras como o dirigente que ousou desafiar o imperialismo mais poderoso, confiando na capacidade das massas para fazer a revolução. Um exemplo de luta, apesar das contradições que marcaram a sua trajectória política.” Sem comentários! ●

● CORRESPONDÊNCIAS D'A INTERNACIONAL

Afeganistão

O “Terrorismo” não é um fenómeno exterior à crise do inumano sistema capitalista

Em carta enviada à conferência realizada em Lahore, no Paquistão, a Left Radical do Afeganistão debruça-se sobre a situação na região

O povo do Paquistão é vítima de políticas erradas, da corrupção e de actos de terrorismo do seu governo e, mais, é vítima da guerra e da política de guerra dos Estados Unidos e seus aliados, incluindo o governo paquistanês.

O povo afegão não esqueceu como os sete partidos islamistas fundamentalistas foram edificados e financiados pelo ISI (1) nos anos oitenta, nem como eles assassinaram intelectuais e democratas afegãos, nomeadamente nas cidades de Peshawar e Qetta, de 1980 a 1995.

As próprias autoridades paquistanesas têm confirmado o modo da criação e apoio dos talibãs pelo ex-ministro do interior do Paquistão em 1992. Apesar do seu carácter autocrático e hostil às mulheres, o regime dos talibãs foi reconhecido pelo Paquistão até à sua queda, em 2001.

Sabemos, por conseguinte, que o “terrorismo” não é um fenómeno isolado e externo à crise do sistema inumano que o capitalismo é. Enquanto investirem contra os inimigos dos seus patrões, os terroristas são considerados heróis, mas se se recusam a obedecer-lhes plenamente, consideram-nos terroristas! Esta é a lógica que está por trás da definição de terrorismo que os capitalistas dão.

O governo afegão começou por tentar negar que o Daech estivesse presente em território afegão. Contudo, o Daech demonstrou a sua maléfica presença, decapitando sete civis na província de Zabul, retalhando ao meio um recém-nascido e fazendo explodir por minas 10 aldeãos da província de Nangarhar.

Em 6 de Janeiro de 2017, homens de mão do Daech assassinaram 13 mineiros de carvão por serem xiitas. Hoje, 10 de Janeiro de 2017, mais de 150 famílias juntaram-se para chorar os membros das suas famílias que perderam a vida em atentados suicidas em Kabul, Helmand e Kandahar.

Caros camaradas, enquanto centenas e centenas de milhões de pessoas sofrem fome no Paquistão, no Afeganistão e na Índia, assim como pelo mundo fora, os velhos países imperialistas gastam milhares de milhões de dólares a produzir armas, fazer guerras, conspirar uns contra os outros

e organizar terrorismo. Os trabalhadores e o povo do Afeganistão jamais esquecerão a calorosa generosidade e hospitalidade que o povo paquistanês lhes reservou nestes últimos trinta anos. Os governos com sangue nas mãos não podem representar os trabalhadores e povos do Paquistão, da Índia e do Afeganistão. Sim, os interesses dos dirigentes que estão no poder são diferentes dos dos trabalhadores. Temos que nos unir contra esses dirigentes para instaurar um mundo livre de guerras, de exploração e de opressão. Vivam os trabalhadores e o povo do Paquistão! Viva a solidariedade dos povos do Afeganistão e do Paquistão!

Left Radical of Afghanistan (LRA),
10 de Janeiro de 2017

(1) SI: Serviços de informações dependentes do exército.

Alemanha

Extractos do editorial da *Freie Plattform für Arbeiterpolitik* nº8 de 15 de Janeiro de 2017

A política de ditadura brutal da austeridade sob o regime legal do “travão à dívida” e as leis do mercado interno, assim como a continuação e agravamento da política “da Agenda” de Schröder, só podem alienar os trabalhadores e a juventude.

O ano de 2017 começa como 2016 acabou: com greve na Amazon. O mês de Janeiro é marcado, no entanto, por outras greves e lutas reivindicativas. Em causa o contrato colectivo federal unitário, no caso dos transportadores de dinheiro e valores, e, no sector



privatizado dos transportes de passageiros de proximidade, a igualdade salarial relativamente ao contrato colectivo do sector público. Em Görlitz, os metalúrgicos da Bombardier votam sobre a greve no dia 17 de Janeiro. Entre os trabalhadores dos serviços públicos dos Estados (Länder), preparam-se combates intensos pelos contratos colectivos. Estes colidem

frontalmente com a regra legal de não endividamento aplicável aos Länder. (...)

Há, na Alemanha, 15% de pobres. 20% dos trabalhadores ganham menos de 10 euros/hora. A política da Agenda de Schröder e a sua continuação e agravamento, baixos salários,

contratos a prazo, pobreza, nomeadamente dos velhos, tais são as decisões políticas do “Bloco Central” alemão, como o são as reduções de impostos para os ricos. (...) De 2005 a 2012, a Alemanha pagou mais de 300 mil milhões de euros em juros — quase tanto como o montante do orçamento anual. O nível de endividamento alcançou em 2015 mais de 2 biliões de euros. **Qualquer um entende a alternativa: anular ou pagar até ao último centavo.** (...)

Antes das eleições para a Dieta Federal (Bundestag) de Setembro, haverá eleições para as dietas estaduais. As sondagens apontam a direcção da social-democracia: continuação, em 2017, da sucessão de derrotas de 2016, com perdas de até metade dos votos. (...) Na Renânia-Vestefália, os operários sofreram uma queda abrupta dos salários. Isto teria sido impossível sem o acompanhamento “crítico” desta destruição pelas direcções sindicais. (...)

Ninguém esqueceu a atitude da direcção do SPD quando do conflito salarial das educadoras de infância, cuja fúria contra o boicote dos empregadores municipais se voltou em idêntica medida contra a política do governo do Estado da Renânia-Vestefália, dirigido por H. Kraft (SPD). 21.000 educadoras concentraram-se em Junho de 2015 à frente da dieta estadual, exigindo que Kraft pusesse fim à recusa de se responsabilizar pelas verbas para cobrir o aumento das despesas de funcionamento resultante da reclassificação salarial exigida pelas trabalhadoras. (...) **Os únicos candidatos do SPD que terão os votos dos operários, dos sindicalizados e dos filiados em organizações de juventude que se reclamam do movimento operário são os que se comprometem com uma plataforma de ruptura com o “Bloco Central” e a sua política anti-operária, anti-sindical e anti-social filiada na tradição das directivas de Bruxelas e da Agenda de Schröder, que se baterem para atacar as verdadeiras causas da miséria dos refugiados, dizendo não às intervenções militares do exército alemão no mundo, aos acordos de comércio livre reaccionários das multinacionais, à ditadura da troika, da austeridade e das regras legais de não endividamento.** ●

* Kraft: primeira-ministra da Renânia do Norte-Vestefália, Estado mais populoso da Alemanha. Militante do SPD.

Azânia (África do Sul)

Reconstituída a secção azaniana da IVª Internacional

“O trotskismo não desaparecerá na Azânia: assim o decidiram os participantes na reunião convo-cada pelo CORQI na África do Sul, que juntou militantes trotskistas com intervenção em várias organizações sindicais, políticas e estudantis / juvenis vindos da África do Sul e do Zimbábue, a fim de debater e de reconstituir a defunta secção azaniana da IVª Internacional. Pediram escusa camaradas convidados da Namíbia e do Botswana.”

Assim relatava o nº 3 (Janeiro de 2017) do boletim Black Republic, editado pelos partidários do CORQI, a reunião

ocorrida no dia 7 de Janeiro em Joanesburgo. Militantes vindos de todo o país procederam, por unanimidade, à reconstituição da secção azaniana da IVª Internacional, na presença de uma delegação do Zimbábue e de um camarada do secretariado do CORQI.

Designou-se um comité de organização composto por sete camaradas, encarregado de organizar um congresso da secção no prazo de seis meses. O comité de organização enquadró os seus trabalhos no âmbito do CORQI e da preparação da conferência mundial das secções do CORQI, em Novembro de 2017.

Esta decisão histórica foi justificada pelos camaradas que participaram na reunião. Após a cisão da IVª Internacional do verão de 2015, os militantes da secção azaniana foram mantidos na ignorância das posições em presença na Internacional: não se pôde fazer nenhuma reunião da secção para discutir os vários aspectos da crise e as suas consequências na Azânia. Como o presidente de sessão realçou ao abrirem-se os trabalhos: no mês de Dezembro, vários militantes dirigiram-se ao “coordenador” da secção: *“É lamentável que não tenhamos tido resposta a este pedido. Sendo assim, cabia-nos a nós convocar a reunião pedida.”*

Esta reunião reconstitutiva era tanto mais indispensável quanto uma das principais consequências da crise da IVª Internacional na Azânia foi o desaparecimento programado do Socialist Party of Azania (SOPA), constituído em Março de 1988 a partir de uma ruptura na AZAPO. Marcha para a liquidação do SOPA que se acelerou em 29 de Novembro de 2016, ao ser publicado um “comunicado conjunto dos três presidentes do SOPA, da AZAPO e do BCP”. Esta operação, como realçou um camarada, *“visava tentar destruir as dezenas de anos de combate do trotskismo na África do Sul”*. Ora, como indicou o camarada que fez o relatório sobre a situação na Azânia: *“assistimos hoje na Azânia (África do Sul) a um realinhamento de forças. Os que beneficiaram dos acordos de 1994 (entre os dirigentes do ANC e do Partido Comunista e os dirigentes do Apartheid, NdR) procuram hoje “salvar” o quadro dos acordos de 1994. Assim, o comunicado conjunto publicado pelos três presidentes do SOPA, da AZAPO e do BCP enquadra-se plenamente na operação política “Salvar a África do Sul” (1).*

Pela nossa parte, nós declaramos: pereça a África do Sul para que a Azânia nasça! O massacre dos mineiros negros em Marikana (Agosto de 2012) foi uma “viragem” da situação. Ora, o último congresso da secção fez-se há sete anos em Durban. Depois, não houve nenhum. Quando nos disseram que o SOPA decidira entrar num processo de fusão com a direcção da AZAPO, nós dissemos: não é possível, é preciso que a secção da IVª Internacional se reúna para discutir. Pedimos uma reunião da secção. E declaramos publicamente que não éramos candidatos à liquidação do SOPA nem de nenhuma organização operária.” Contudo, na opinião de muitos camaradas, que o exprimiram em reunião, a tentativa de destruição da IVª Internacional e da sua secção na Azânia falhou: *“a prova disso é*

que estamos aqui”, indicou um camarada. “Nós”, significa representantes da velha geração, ganha ao programa da IVª Internacional quando todos eles eram membros da AZAPO,



nos anos oitenta, lado a lado com representantes das jovens gerações, como os jovens camaradas vindos de Kwazulu, que querem agarrar a política da IVª Internacional.

Daí a importância da publicação regular do boletim *Black Republic*, assim como a ajuda à constituição, pelos camaradas do Zimbabwe, da sua organização, numa situação em que a reforma agrária, imposta pela mobilização das massas negras nos anos 2000, é uma alavanca para a mobilização revolucionária na África do Sul. É isto que explica a brutalidade das sanções imperialistas contra o Zimbabwe e a importância da campanha pelo levantamento imediato das sanções registada na Conferência Mundial de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário (Mumbai, Novembro de 2016). •

(1) “Salvar a África do Sul”: campanha iniciada por ONGs, Igrejas e grandes empresas, que, à lapa de se associar à rejeição da política de Zuma, prepara a “alternância” política ao serviço do imperialismo.

Bélgica

Boletim *Unité-Eenheid*, nº 35, 22 de Dezembro de 2016

Acordo interprofissional (AIP): porquê continuar com o joguinho?

A FGTB (Federação Geral do Trabalho da Bélgica, principal confederação sindical da Bélgica, NdT) acaba de declarar, a propósito das pensões: “O governo mostra uma vez mais que está a gozar com os trabalhadores e as suas condições de trabalho. A sua única preocupação é orçamental. O governo faz uma vez mais a demonstração de que, quando pretende que só 5 a 10% dos trabalhadores se aposentarem aos 67 anos, está a mentir. Com um envelope fechado, é impossível. Será preciso recordar que o aumento da idade legal de aposentação devia ser compensado pelas medidas do ministro Peeters em matéria de “trabalho exequível” e pela consideração da penosidade nas pensões de aposentação? Dois anos mais tarde, nada de concreto

ou promissor se prevê para os trabalhadores.” (com. de 5/12/2016). Com os salários passa-se o mesmo. A CG (FGTB) declara: “E tu, consegues viver com menos ainda? Não? Mas olha que é essa a intenção do governo. O governo está a tornar impossível qualquer negociação salarial nos anos que vêm. (...)” Porquê, então, continuar a afirmar, como o faz a direcção da FGTB, que “o governo, se quiser provar realmente que se preocupa com o mundo do trabalho, tem que encontrar as verbas necessárias para fechar este dossier (o dossier da penosidade)” (...) Para todos os trabalhadores sindicalizados, que há dois anos vêm combatendo a política do governo federal, é perfeitamente claro que não há nada a pedir. **É preciso que o governo saia, é a única solução.** Mais

nada. Em relação ao Acordo Interprofissional (AIP) que há-de definir a margem salarial, o governo está metido em apuros. Demonstrou-se que “os belgas beneficiam de salários menos bons do que os países europeus vizinhos (...)”. O Conselho Central da Economia (organismo em que os sindicatos têm assento) está para publicar o seu relatório oficial sobre a margem salarial. (...) **Porém, o governo Michel não quer tal subida.** Prepara-se para rever a lei de 1996 sobre a competitividade. A nova lei permite-lhe impor um mecanismo corrector preventivo (!). (...)

Para os trabalhadores, a revisão da lei de 1996 e as novas medidas de flexibilidade eram e são inaceitáveis. **A FGTB encontra-se novamente numa encruzilhada:** aceitar o quadro imposto pelo governo e correr o risco de provocar uma crise interna desagregadora, ou defender a sua independência e apelar aos trabalhadores para que se mobilizem para fazer cair o governo, serventário do patronato e aluno super-obediente da União Europeia. •

Estados Unidos

The Organizer, vol. 25, nº 12, Dezembro de 2016

Não desistiremos!

T três meses após a vitória de Trump na eleição presidencial, os trabalhadores que vivem de baixos salários saíram à rua em 320 cidades do país, com os sindicatos, para exigir um salário horário de 15 dólares e o direito de formar um sindicato na McDonald’s e noutras marcas de restauração rápida. Em numerosas cidades, mesmo no sul, entraram em greve pelas suas reivindicações.



As palavras de ordem mais frequentes, repetidas sem interrupção, reflectiam perfeitamente a sua combatividade: “Queremos 15 dólares por hora e diretos sindicais! — Recusamos as deportações — Exigimos o fim dos assassinatos de negros pela polícia — Não desistiremos!” [...] O que igualmente exaspera os trabalhadores é as confederações AFL-CIO

e Change to Win terem dado o seu apoio à candidata de Wall Street e aceitado todas as exigências impostas pelo Partido Democrata (com a cumplicidade de Bernie Sanders) — chegando a recusarem-se a suscitar a questão do sistema de saúde baseado no salário diferido ou da oposição ao Acordo de Parceria Transpacífica (TPP) na Convenção do Partido Democrata, dois assuntos em relação aos quais o movimento sindical tomara posição.

Fazemos todos parte da mesma equipa?

Foi Barack Obama quem tomou a iniciativa de insistir na necessidade de uma “transição amena”, declarando, a 10 de Novembro, “Toda a gente fica triste quando o seu lado perde as eleições.

No entanto, no dia seguinte, devemos lembrar-nos que fazemos todos parte da mesma equipa.” [...]

Fazem, eles fazem todos parte da mesma equipa, a equipa da classe dominante, o 1% que possui, controla e dirige as instituições políticas e económicas do país. A classe operária não faz parte dessa equipa. [...] Nos meios sindicais de esquerda, fala-se muito, nesta altura, da necessidade de “reconquistar” o Partido Democrata, remontando às suas “raízes na classe operária”, contra o domínio da hierarquia do partido. Pretender que o Partido Democrata alguma vez tenha representado os interesses da maioria operária é simplesmente um mito.

[...] **Salvemos a Main Street, NÃO Wall Street!** (1)

Não. Não é possível um partido político representar ao mesmo tempo os interesses dos grandes dirigentes da indústria e da finança (Wall Street) e os interesses da maioria operária (Main Street). São interesses contraditórios. [...]

A direcção do movimento sindical deu o seu apoio ao plano de Obama de consagrar 8.000 milhões de dólares à salvação da Wall Street, a pretexto de ser necessário salvar ao mesmo tempo a Wall Street e a Main Street. Como é evidente, foi a Main Street que apanhou — e foi por essa razão que Trump obteve a maioria dos votos operários nos bastiões industriais sinistrados — enquanto a Wall Street fazia negócios chorudos.

A questão central hoje

A exigência que as eleições de Novembro de 2016 revelam é que nunca foi tão urgente o movimento sindical — e, particularmente, os dirigentes da AFL-CIO e do Change to Win — romper os seus laços de subordinação ao Partido Democrata e construir um partido da classe operária, assente nos sindicatos e nas populações oprimidas. Aquela subordinação representa o obstáculo essencial em que os trabalhadores deste país esbarram. [...] Em nossa opinião, do que precisamos hoje é de um comité nacional de organização — com os sindicatos à cabeça, aliados aos seus parceiros nos movimentos dos negros e latinos — que avance com uma estratégia operária. Um tal comité — segundo o modelo dos Labor Party Advocates — impulsiona evidentemente acções independentes e massivas de resistência, mas o seu objectivo central seria preparar a apresentação de autênticas candidaturas do movimento sindical e das organizações populares às eleições de 2018, nas localidades e estados. •

(1) Main Street: rua principal, a “rua direita”, ou seja, a população, por oposição aos financeiros da Wall Street.

França

Apelo do CFN do POID (1) - 6 de Novembro de 2016

Face à crise generalizada, como parar a decomposição e reverter a marcha dos acontecimentos?

De dia para dia, o país afunda-se numa crise generalizada: crise do Estado, crise política e de decomposição dos partidos institucionais, crise económica, crise social. (...) Toda a gente o sabe... e, apesar disso, tudo continua na mesma, sob a tutela da União

Europeia, cujas instituições, sujeitas ao capital financeiro, há 25 anos que não param de destruir as conquistas sociais e os serviços públicos.

(...) Ora, as medidas que poderiam parar esta decomposição e reverter a marcha dos acontecimentos são universalmente conhecidas. No entanto, nenhum dos governos que se vão sucedendo as toma. Não as toma porque estes governos não querem prejudicar os lucros dos patrões, multinacionais e banqueiros. (...) As medidas são simples e universalmente conhecidas. Basta ler as resoluções adoptadas por numerosas organizações sindicais.



A maior parte exige a revogação do pacto de responsabilidade e das contra-reformas (Touraine, El Khomri, Macron, Peillon-Vallaud-Belkacem, lei NOTRe, ...) que conduzem os nossos hospitais, escolas, colectividades territoriais, serviços públicos e indústria ao desastre... A maior parte das organizações do movimento

operário diz: é preciso parar com isto.

(...) Pela sua parte, o Partido Operário Independente Democrático combate por um governo da classe operária e da democracia capaz de tomar estas medidas de urgência e todas as que a situação reclamar. Porém, para levar à prática tais medidas, não bastará substituir um presidente por outro. (...) De Março a Junho de 2016, o país conheceu, contudo, uma experiência muito diferente. Aos milhões, trabalhadores e jovens tentaram impor, pela greve e pelas manifestações, em unidade com as suas organizações, a retirada da lei El Khomri. Nessa mobilização, esbarraram com numerosos obstáculos, nomeadamente dentro do movimento operário, que não lhes permitiram impor a sua vontade. (...) Neste contexto, 6.383 trabalhadores, militantes e jovens de todas as tendências subscreveram publicamente um apelo pela ruptura com a União Europeia e a Vª República. Reunida com este mandato no dia 5 de Novembro, uma conferência nacional de 507 delegados lançou as bases de um “*movimento nacional pela ruptura com a União Europeia e a Vª República, pela Assembleia Constituinte*”. Objectivo: juntar militantes e trabalhadores de todas as tendências e origens em torno deste objectivo comum, para ajudar todo o povo a abrir o caminho da democracia e da reconquista. •

(1) Apelo do Conselho Federal Nacional do Partido Operário Independente Democrático (POID), que os militantes da Tendência Comunista Internacionalista (CORQI) constroem em França.

Grã-Bretanha

Por um governo do Labour que realize o Brexit defendendo os interesses da classe operária (excertos)

Há seis meses, no dia 23 de Junho de 2016, o povo britânico votou por sair da União Europeia. “*Foi um voto de classe*”, viu-se obrigado a reconhecer o

Financial Times: 75% dos sindicalizados votaram pelo “leave” (sair), assim infligindo uma derrota maior a todos os que, à direita como à esquerda, se submetiam à UE e à sua política destrutiva. A decisão democrática tomada pelo povo deste país é uma vitória das enfermeiras, dos ferroviários, dos milhões de trabalhadores com baixos salários, dos dois milhões de trabalhadores e jovens empregados a contratos “zero horas”, assim como de todos os determinados a defender os seus direitos. (...) Nesta campanha, nós combatemos contra todos os que se põem ao serviço da City de Londres, do FMI, do Banco Mundial. Obtivemos esta vitória a despeito de as direcções dos principais sindicatos e do Labour Party, incluindo Jeremy Corbyn, cuja eleição se estribara no longo combate que no passado travara contra a União Europeia, **apelarem a votar “remain”** (ficar).

(...) O governo actual vai ainda mais longe do que o de Cameron. Quer andar depressa, sabendo que a situação é frágil, em virtude do golpe infligido pelo Brexit. Uma das razões para esta audácia está em as direcções do Labour Party e dos sindicatos não terem combatido pela posição da maioria dos trabalhadores, de abandonar a UE. O movimento operário esteve dividido. A questão, agora, não é voltar ao passado, mas andar para a frente. (...) As principais reivindicações da classe operária são:

- Acabar com a prevaricação, os contratos a zero horas e os salários de miséria. Os contratos de trabalho e os salários devem ser regulados pelos contratos colectivos.
- Abertura das fronteiras aos trabalhadores migrantes, com igualdade de direitos.
- Ao abandonar a UE, dissemos não às pretensas regras orçamentais. É mais do que tempo de acabar com a destruição / privatização do sistema de saúde e do ensino.
- É mais do que tempo de acabar com as escandalosas despesas de armamento. É tempo de o Reino Unido sair da NATO e deixar de participar nas várias agressões e aventuras militares.
- Os caminhos-de-ferro, correios e energia devem voltar ao serviço público.

Que tipo de governo pode pôr em prática estas medidas? Um governo do Labour Party apoiado nos sindicatos. Um governo do Labour Party que leve à prática o mandato dado pelo povo no passado dia 23 de Junho, um governo do Labour Party que se comprometa em satisfazer as reivindicações da classe operária.

Grécia

Ergatika Nea - carta mensal publicada pelos militantes do CORQI na Grécia (Janeiro de 2017)

Que a Grécia saia da União Europeia já!

Faz em Janeiro de 2017 sete anos que o nosso país sofre da aplicação dos memorandos de austeridade da UE e do FMI. Sete anos de aplicação dos memorandos por governos de todas as cores políticas. Sete anos de



ditadura da UE para nos pôr de joelhos! Por isso apelamos a todos, operários e jovens, reformados, desempregados, camponeses, pequenos comerciantes, a todas as camadas da população que — com excepção da minoria de capitalistas que engordam com a crise — sofrem as medidas bárbaras dos memorandos. Não é tempo de dizer: “Sete anos, já chega! Ruptura imediata com a UE e o FMI! Saída da Grécia da UE, já!”? Não deve qualquer organização que se reclame dos trabalhadores fazer sua esta palavra de ordem? Ora, ouve-se por aí, mesmo “à esquerda”, nos sindicatos: “Se a Grécia saísse da UE, seria a catástrofe.” Este pseudo-argumento não tem valor algum, pois a catástrofe já chegou. A catástrofe chama-se sete anos de memorandos. (...) O resultado está à vista: os contratos colectivos desapareceram, a taxa de desemprego ultrapassa 25%. Segundo um relatório do Instituto Hans Böckler, os impostos pagos pelos mais pobres aumentaram 337% entre 2010 e 2015, e os 10% mais pobres perderam, em média, 86% do seu rendimento. Todos os estudos revelam uma duplicação dos homicídios e suicídios. (...). Para nós, ruptura com a UE significa:

- aumentar os salários e as reformas para os níveis anteriores aos memorandos. (...)
- restauração de todos os contratos colectivos anteriores, da legislação laboral (...)
- renacionalização de todas as empresas que foram vendidas ao desbarato e saqueadas, dissolução da comissão de privatização e retorno dos bens à propriedade pública, anulação dos tratados com os “investidores”.
- em conformidade com a nossa tradição de hospitalidade, acolhimento digno de todos os que tiveram de fugir das bárbaras guerras do imperialismo americano e da NATO no Médio Oriente. (...) Todos somos testemunhas. Após a capitulação de Tsipras ante a chantagem da UE e do FMI, deixou de haver margem de manobra para uma “política social”. A mínima medida, como o pagamento de 350 euros aos beneficiários de reformas pequenas, exige restrições noutros sectores ou aumentos de impostos. O que nos dão é-nos tirado dez vezes! (...) As páginas de “Ergatika Nea” estão abertas a todos os militantes que procuram maneiras para ajudar a responder às reivindicações mais prementes da grande maioria da população. Ajudemos a trazer para as nossas organizações a solução: ruptura com a UE. •

Índia

O homem da rua vê-se sem dinheiro no bolso!

A revista *Spark*, para a qual contribuem os militantes do CORQI na Índia, publicou, em Dezembro de 2016, o seu terceiro número. Extractos do editorial.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, anunciava, em discurso televisivo emitido em todos os canais nacionais no dia 8 de Novembro, que, a partir da meia-noite desse mesmo dia, as notas de banco de 500 e 1.000 rupias (6,8 e 13,7 euros) perdiam a validade. As razões que avançou a justificar a decisão eram

pôr cobro à corrupção que reina na Índia e controlar a moeda falsa utilizada pelos terroristas para criar problemas na Índia. Estima-se em 86% da moeda em circulação na Índia a parte representada pelas notas de 500 e 1000 rupias. Esta desmonetização foi lançada há mais de um mês. Qual é a situação real hoje, no terreno?



O homem da rua vê-se sem dinheiro. Há carência geral de notas de banco, especialmente para pequenas quantias. Está em circulação um pequeno número de notas de

2.000 rupias, mas ninguém pode aceitá-las, dada a falta generalizada de notas de menor valor. São os pobres e os assalariados que mais caro pagam esta desmonetização. Enquanto pobres e assalariados ainda hoje fazem bicha diante dos bancos e distribuidores de notas para levantar dinheiro, em parte alguma se vêem ricos e políticos a fazer o mesmo. Enquanto os trabalhadores pobres lutam para conseguir uma nota de 2.000 rupias num dos raros distribuidores de notas que funcionam, os jornais publicam todos os dias reportagens sobre os ricos e abastados, que se passeiam com quantidades maciças de notas de 2.000 rupias acabadas de imprimir. A gente rica do topo da escala tem acesso sem dificuldade a meios ocultos para transformar o seu dinheiro sujo em dinheiro lavado, pondo, assim, em xeque o próprio objectivo da desmonetização.

A classe operária é a classe que mais tem sofrido desde a chegada de Modi ao poder, com a política anti-operária e, hoje, a desmonetização. É urgente que todos os trabalhadores da Índia se unam atrás da bandeira única de um sindicalismo independente, para enfrentarem os desafios dos tempos modernos. A fragmentação dos sindicatos em função das filiações políticas é um obstáculo, frente aos ataques. A demonstrá-lo, o facto de as greves nacionais de Setembro de 2015 e em 2016, se bem que maciças e conseguidas, não terem conseguido nenhum resultado.

Itália

Tribuna Libera, 7 de Dezembro de 2016

Após o referendo de 4 de Dezembro

Declaração do Movimento pela Revogação (5 de Dezembro de 2016)

No dia 4 de Dezembro, trabalhadores, jovens e reformados votaram em massa 'não' no referendo sobre a reforma constitucional proposta pelo governo Renzi. Esta reforma visava acelerar a aplicação dos planos ditados pela União Europeia. O resultado do referendo foi uma vitória da classe operária, reflexo de um movimento profundo estribado na resistência que



procura o caminho de outra política. Ao recusarem a propaganda e todas as pressões da União Europeia, do FMI, de Obama, da imprensa nacional e internacional, os trabalhadores italianos disseram claramente: "Basta da política do governo Renzi!", "Basta da política ditada pela União Europeia!", reflectindo, no terreno eleitoral, a rejeição que haviam manifestado nas greves e manifestações contra o Jobs Act, contra a reforma do ensino, contra os cortes orçamentais no sector da saúde, das pensões, nos serviços públicos.

Face a este resultado, Renzi teve de se demitir. Abriu-se, assim, uma crise política e institucional que tem a sua origem na contradição entre a vontade do povo e a política ditada pela União Europeia. No dia seguinte ao referendo, um editorial do jornal *La Stampa* reconhecia: "É o mesmo povo revoltado que produziu o Brexit... Para relançar a Itália, não basta um novo governo, é preciso respeitar a revolta popular e as suas exigências".

Gentiloni, ministro do governo Renzi, foi nomeado novo chefe do governo. Confirmou quase todos os ministros do governo Renzi, afirmando no seu discurso ao Parlamento: "O governo deve começar por prosseguir a excepcional obra de reformas, inovação e modernização realizada durante os anos do governo Renzi." Que desprezo pela vontade popular! Contudo, desprezar a vontade popular não vai resolver os problemas. Isso mesmo realça o mesmo editorial de *La Stampa*: "Quanto mais as respostas tardarem, mais crescerá a revolta do povo, com consequências imprevisíveis."

Com efeito, o voto 'não' no referendo reflecte uma rejeição e a procura de uma saída política que põe a questão da revogação de todas as leis de destruição de direitos. Por exemplo, os professores e pais formularam já a reivindicação de revogação da reforma do ensino. Foi por essa razão, sem dúvida, que o "novo" governo designou ministra da educação uma ex-sindicalista da CGIL.

Por um lado, o governo procura, como se vê, implicar os sindicatos na aplicação da sua política; por outro, os trabalhadores estão dispostos a apossarem-se dos sindicatos para fazer respeitar a vontade que o referendo reflectiu. Mais do que nunca, a independência dos sindicatos é uma questão central. Nesta situação se reunirá em assembleia geral o *Movimento pela Revogação*, no dia 11 de Janeiro, a fim de tomar iniciativas concretas para ajudar o movimento que quer encontrar uma saída.

Paquistão

Conferência contra a guerra e a exploração em Lahore

Após a conferência de 12 de Janeiro da iniciativa da APTUF, constituído amplo comité para desenvolver iniciativas em favor da paz

A All-Pakistan Trade Union Confederation (APTUF) tomou a iniciativa de apelar a uma conferência nacional contra a guerra, a exploração e o trabalho precário. A central sindical tomou esta responsabilidade, pois cumpre ao movimento operário travar um combate

efectivo pela democracia e pela paz. Foram convidadas numerosas organizações políticas e sindicais, assim como personalidades, advogados, jornalistas. A situação em que se desenrolou a conferência está longe de ser uma situação normal.

Apesar disso, participaram nela 700 delegados, membros da APTUF, mulheres e jovens vindos de todo o Paquistão. Neste nosso país marcado pelos atentados, por estradas perigosas e tensões entre províncias, era extremamente importante conseguirmo-nos reunir. Vieram oradores de todas as províncias, de todos os sectores de actividade.

Apelamos à paz nas relações entre Estados e, muito especialmente, apelamos aos governos da Índia e do Paquistão para que empreendam negociações para resolver os conflitos de maneira pacífica.

Apelamos à paz entre os diferentes grupos étnicos, linguísticos ou religiosos que existem no Paquistão e pedimos respeito pelas minorias e por todas as religiões, a todos se permitindo praticar a sua fé.

Isto quando o extremismo ganha terreno todos os dias. Todos sabemos que foi o imperialismo quem desencadeou a guerra no Iraque e no Afeganistão e destruiu as infra-estruturas de cada um desses países.

Centenas de milhar de crianças, homens e mulheres, inocentes, perderam a vida, e ambos os países estão completamente devastados. O imperialismo internou-se nesses países como um ladrão, com a intenção de controlar as riquezas mineiras e se apoderar do petróleo do Iraque. No entanto, o papel dos países islâmicos durante esta guerra não foi positivo.

Os imperialistas rapaces intervieram no Paquistão através dos ditadores do nosso país e criaram, com os fundamentalistas e os sectários, uma situação de guerra civil. O imperialismo criou os talibãs e pôs-se a financiar em grande escala as suas organizações e grupos jihadistas.

A conferência fez questão de saudar os nossos camaradas indianos que organizaram a conferência de Mumbai. Recordemos que não conseguimos obter vistos para assistir a esta conferência por causa da guerra na fronteira indopaquistanesa e da tensão entre os dois governos.

Os camaradas falaram igualmente das terríveis condições dos assalariados que trabalham à tarefa em vários sectores de actividade no Paquistão.

Os intervenientes condenaram também categoricamente a política governamental de privatização do WAPDA (serviço nacional das águas), da banca e do caminho-de-ferro. A conferência decidiu organizar uma série de acções conjuntas com as organizações de jornalistas, advogados e professores, com os sindicatos, a fim de fazer pressão sobre o governo para ele tomar medidas imediatas para garantir a ordem pública e levar a efeito uma política de instauração da paz no país.

Criou-se um comité encarregado de organizar uma série de acções unidas contra a guerra, a exploração e o trabalho precário. ●

Rússia

Carta da Rússia

A revolução russa de 1917 não foi simplesmente uma revolução de carácter nacional, mas parte integrante da revolução mundial. Era o sentimento da jovem geração de trabalhadores, estudantes e outros que atingiram a idade adulta nos anos vinte do séc. XX. Neste ponto de vista, a derrocada da URSS no final do século passado foi uma grande derrota para o socialismo, para a revolução mundial. As consequências da derrocada da União Soviética foram catastróficas para o movimento operário mundial, para os sistemas de protecção social em todo o mundo. Assim, após a derrocada da União Soviética, o capitalismo cedo perdeu o seu pretensão “rostro humano”. E que encontramos hoje na Rússia, na ex-URSS? Encontramos o retrocesso a um sistema capitalista de tipo colonial, conforme previra Trotsky em 1936 na *“Revolução Traída”*.

Pergunta-se muitas vezes pela diferença entre o actual regime de Putin na Rússia e o regime anterior do presidente Boris Eltsin. Há, evidentemente, diferenças de personalidade entre estas duas personagens. Há trinta e três anos, Eltsin era o grande patrão do Partido Comunista. Putin era, na época, um jovem agente do KGB. Politicamente, porém, é evidente que o regime de Putin de hoje é herdeiro em linha directa do regime de Boris Eltsin que tomou o poder logo a seguir à derrocada da URSS. A destruição dos sistemas de cobertura social na Rússia foi anunciada na época de Eltsin, mas foi Putin, uma vez chegado ao poder, quem organizou progressivamente, passo a passo, a destruição de todas as garantias sociais, sejam as reformas, a saúde, a educação, etc.

A chamada oposição do Partido Comunista no Parlamento russo, dirigida por Gennadi Zyuganov, mantém a tese de que a União Soviética foi destruída de dentro pela “quinta coluna”. Sim, claro. A questão, porém, é: “quem era essa quinta coluna”? Extraterrestres que aterraram na União Soviética? Não. Esses traidores eram todos altos dirigentes do partido, nascidos e educados dentro do aparelho do partido.

É preciso, pois, olhar de novo para os compromissos podres entre o imperialismo e a burocracia do partido soviético e tirar lições. É uma longa história. Começou com a revolução espanhola, na época do comité pela não intervenção na revolução espanhola, oficialmente aprovado por Staline em 1936. Saiba-se igualmente que esses compromissos podres são consequência directa da teoria do “socialismo num só país” e da degenerescência do Estado operário na União Soviética.

É evidente que o sistema de privilégios da burocracia na União Soviética só se pôde estabelecer após o extermínio físico de várias gerações de velhos bolcheviques que haviam participado na Revolução de Outubro, durante os anos que ficaram conhecidos como os do “grande terror”, em 1937 e 1938. É um facto: 90% dos delegados ao 17º congresso do Partido Comunista soviético convocado em 1934 foram executados e fisicamente exterminados pela polícia secreta de Staline em 1937-38. Temos de voltar atrás uma e outra vez, assimilar as lições da Revolução de Outubro. Ser-nos-á útil a todos para avançarmos. ●

As “Teses de Abril” (7 de Abril de 1917)

“A hora do bolchevismo soará; há-de-se ver que a nossa linha é justa.

Os oprimidos virão a nós, porque a guerra no-los trará...”

J.-P. Raffi

No dia 3 de Abril de 1917, quando Lenine assentava de novo os pés em solo russo, fazia já três anos que a guerra devastava a Europa, semeando morte e miséria em ambos os lados da linha de frente.

A revolução eclodiu na Rússia.

Massas de centenas e centenas de milhares de homens, mulheres, jovens levantaram-se contra essa guerra que não é sua, é a guerra dos banqueiros, dos *trusts*, das bolsas e dos governos imperialistas.

Instala-se um “governo revolucionário provisório” após o colapso do regime czarista. Poder-se-ia chamar a esse governo, por antecipação, governo de “frente popular”. Entretanto, o país enche-se de sovietes (conselhos operários, camponeses e de soldados), reflectindo a vontade das massas em luta de desenvolver a sua própria representação, o seu próprio órgão de poder.

Lenine vai encontrar o seu partido, o POSDR, completamente enfeudado ao governo, de costas para as massas e para as suas aspirações revolucionárias: a terra, a paz, a liberdade...

Na sua *História da Revolução Russa*, Trotsky reintegra neste contexto a chegada de Lenine a Petrogrado, nesse dia 3 de Abril de 1917, e a estupefacção em que o seu discurso mergulha não apenas os dirigentes mencheviques, mas também os seus próprios camaradas bolcheviques.

Escreve Trotsky:

“Logo que chegaram a Petersburgo (no início de Março de 1917, um mês antes de Lenine), o membro da redacção do órgão central no estrangeiro Kamenev, o membro do Comité Central Staline e o deputado à Duma Muranov, também ele retornado da Sibéria (para onde foram exilados pelo czarismo, NdR), afastam a antiga redacção do Pravda (jornal

do POSDR), demasiado “à esquerda”, e, estribados nos seus problemáticos direitos, (tomam) conta do jornal logo a 15 de Março. No artigo programático da nova redacção, declarava-se que os bolcheviques iriam apoiar resolutamente o governo provisório “na medida em que este combatesse a reacção e a contra-revolução.” Sobre a questão da guerra, os novos chefes não eram menos categóricos: enquanto o exército alemão obedecesse ao seu imperador, o soldado russo devia “manter-se firme no seu posto, responder a cada bala com outra bala e a cada obus com outro obus”. “Não fazemos nossa a inconsistente palavra de ordem “Abaixo a guerra!”. A nossa palavra de ordem é exercer pressão sobre o governo provisório para forçá-lo... a fazer uma tentativa para dispor todos os países beligerantes a abrirem imediatamente negociações...”

Até lá, porém, cada um permanece no seu posto de combate!” Ideias e fórmulas totalmente dentro do espírito de defesa nacional. O programa de pressão sobre o governo imperialista a fim de “dispô-lo” a processos de actuação pacífica era o programa de Kautsky na Alemanha, Jean Longuet em França, MacDonald em Inglaterra, mas nada que ver com o programa de Lenine, que apelava ao derrube da dominação imperialista.(...)

A descrição da reunião oficial que decorreu na chamada salão “imperial” da estação da Finlândia é uma página muito viva dos vários, maciços tomos das memórias de Sukhanov. “No salão imperial surgiu, ou melhor aconteceu, Lenine, com chapéu de coco, o rosto fechado e um magnífico ramo de flores na mão. Detendo a corrida a meio da sala, plantou-se à frente de Chkheidze como se tivesse esbarrado num obstáculo totalmente inesperado.

Foi então que Chkheidze, sem perder o ar aborrecido, pronunciou o seguinte “cumprimento”, que obedecia não só ao espírito, não só à letra, mas ao próprio tom de uma lição de moral: “camarada Lenine, em nome do soviete de Petrogrado e de toda a revolução, congratulamo-nos com a sua chegada à Rússia... Contudo, cremos que a principal tarefa da democracia revolucionária, neste momento, é de defender a nossa revolução de todos os ataques que possam ser desferidos contra ela, tanto do interior como do exterior...”

esperamos que prossiga estes objectivos conosco.” Chkheidze calou-se. Ante esta saída inesperada, fiquei sem palavras... Lenine, porém, sabia perfeitamente como se havia de comportar frente a tudo isto. Tinha a atitude de um homem imune a tudo o que se passava à sua volta: olhou para um lado e para o outro, perscrutou rostos, levantou até os olhos para o tecto do salão “imperial”, ajeitando o ramo de flores (que destoava completamente do conjunto da sua pessoa). Em seguida, virando já completamente as costas à delegação do Comité Executivo, “respondeu” nos seguintes termos: “Queridos camaradas, soldados, marinheiros e trabalhadores, tenho o prazer de saudar em vós a revolução russa vitoriosa, de vos saudar como vanguarda do exército proletário mundial... Não está longe a hora em que, respondendo ao apelo do nosso camarada Karl Liebknecht, os povos virarão as armas contra os seus exploradores capitalistas... A revolução russa que realizastes abriu uma nova era. Viva a revolução socialista mundial!...”

Sukhanov tem razão, — o ramo de flores destoava da fisionomia geral de Lenine, estorvava-o sem dúvida e incomodava-o como objecto incongruente no grave contexto dos acontecimentos. Além de que Lenine não gostava de flores em ramo. Mas ainda mais constrangido se devia ele sentir com a recepção oficial, hipocritamente moralizante, num salão de aparato da estação. Chkheidze valia mais do que o seu discurso de acolhimento. Tinha um pouco medo de Lenine. Mas tinham-no, com certeza, convencido de que ia ser preciso chamar à ordem aquele “sectário” logo de princípio. A completar o discurso de Chkheidze, que demonstrava o lamentável nível da direcção, um jovem oficial das tripulações da frota, falando em nome dos marinheiros, teve a bela ideia de fazer votos por que Lenine se tornasse membro do governo provisório. Foi assim que a Revolução de Fevereiro, frouxa, prolixa e ainda ingénua, acolheu um homem vindo com a intenção de lhe imprimir vontade e pensamento. As primeiras impressões de Lenine agravaram de imediato a preocupação que trazia, provocando-lhe um sentimento de protesto dificilmente contido. O melhor era despachar-se e arregaçar as mangas. Ao desviar o apelo, de Chkheidze para os marinheiros e soldados, da defesa da pátria para a revolução internacional, do governo provisório para Liebknecht, Lenine mais não fazia, na estação, que um pequeno ensaio de toda a sua política futura.

Não obstante, esta revolução sem jeito adoptou à primeira, e firmemente, o dirigente no seu meio. Os soldados exigiram que Lenine tomasse lugar num dos carros blindados, só lhe restando obedecer. A noite que caía deu ao cortejo um carácter particularmente imponente. Com as luzes dos outros carros blindados apagadas, as trevas eram perfuradas pela luz clara do farol do carro em que seguia Lenine. A projecção de luz destacava da escuridão das ruas agitados grupos de operários, soldados, marinheiros, aqueles mesmos que, embora tendo realizado a maior das insurreições, tinham deixado o poder fugir-lhes entre os dedos. A banda militar foi forçada a parar de tocar várias vezes em pleno trajecto, para dar a Lenine a oportunidade de repetir, com variações, o discurso proferido na estação, para um auditório sempre renovado.” O triunfo foi brilhante — diz Sukhanov — e até bastante simbólico”.

No palácio de Kzesinska, estado-maior bolchevique, no ninho forrado a cetim da bailarina da corte — justaposição que deve ter divertido a ironia sempre desperta de Lenine — os cumprimentos recomeçaram. Era demais. Lenine aguentou as torrentes de elogios como um peão impaciente aguenta a chuva debaixo de um portão. Sentiu que era sincera a alegria pela sua chegada, mas o júbilo grandiloquente irritava-o. O próprio tom das felicitações oficiais parecia-lhe imitado, afectado, numa palavra, decalcado da democracia pequeno-burguesa declamatória, sentimental e falsa. Via que a revolução, ainda com as suas tarefas e caminhos por determinar, já tinha instituído a sua cansativa etiqueta. Sorria com bonomia zangada, olhando para o relógio e, provavelmente, não se coibiria de bocejar de vez em quando. Mal o eco das palavras da última arenga havia parado de soar, já o insólito recém-chegado derramava sobre o seu auditório uma cascata de ideias apaixonadas, muitas das quais ressoavam como chicotadas.

(...) A principal impressão, mesmo entre os mais próximos de Lenine, era precisamente a de susto. Todas as fórmulas habituais que, em um mês, tinham, ao que parecia, através da repetição sem fim, adquirido solidez inabalável, explodiam agora uma atrás da outra diante do auditório. A curta réplica de Lenine na estação, desferida por sobre a cabeça do envergonhado Chkheidze, desdobrou-se aqui num discurso de duas horas, dirigido directamente aos quadros bolcheviques de Petrogrado.

(...) Os cálculos de Lenine eram mais profundos. Não eram elementos que cirandassem no salão, era um pensamento humano que os elementos não intimidavam, que se esforçava por compreendê-los para melhor os dominar. Mas pouco importa: a impressão passa com força.

“Ao chegarmos, os meus camaradas e eu — dizia, segundo Sukhanov, Lenine —, pensei que nos levassem directamente para a fortaleza de São Pedro e São Paulo. Ora, acontece que estamos muito longe dela. No entanto, não vamos perder a esperança de lhe continuar a escapar e de evitá-la.” Enquanto, para outros, o desenvolvimento da revolução equivalia à consolidação da democracia, para Lenine, a perspectiva mais imediata era dar entrada na fortaleza de São Pedro e São Paulo. Dir-se-ia humor negro. Só que Lenine não estava para piadas, e a revolução ainda menos.

Sukhanov queixa-se: “Rejeitou a reforma agrária pela via legislativa, tal como todo o resto da política do soviete. Proclamou a confiscação organizada da terra pelos camponeses, sem demora... fosse qual fosse o poder de Estado”.

“Não precisamos de república parlamentar, não precisamos de democracia burguesa, não precisamos de nenhum governo a não ser o dos soviets de deputados operários, soldados e operários agrícolas!”

Lenine afastava-se, enquanto isso, claramente da maioria soviética, punha-a no campo adversário. “Naquela altura, não era precisar mais para dar vertigens aos ouvintes!”

“Só a esquerda de Zimmerwald preside à defesa dos interesses do proletariado e da revolução mundial — exclama Sukhanov, traduzindo com indignação as ideias de Lenine. Os outros, são sempre os mesmos oportunistas, que proferem palavras bonitas, mas, na realidade,... traem a causa do socialismo e das massas operárias”.

“Ele atirou-se sem hesitar às táticas anteriormente praticadas pelos grupos dirigentes do partido e por alguns camaradas antes da sua chegada”, acrescenta Raskolnikov à narrativa de Sukhanov. “Estavam presentes os militantes mais responsáveis do partido. Porém, também para eles, o discurso de Ilich era uma autêntica revelação. Traçava um Rubicão entre a táticas da véspera e a tática do novo dia.” (...)

No dia seguinte, Lenine apresentou ao partido uma breve exposição escrita das suas ideias, que se tornaria num dos mais importantes documentos da revolução, com o nome de “teses de 4 de Abril”. As teses exprimiam pensamentos simples em termos simples e acessíveis a todos. A república que surgiu da Revolução de Fevereiro não é a nossa república, a guerra que ela trava não é a nossa guerra. Para os bolcheviques, a tarefa é derrubar o governo imperialista. Contudo, este mantém-se graças ao apoio dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques, que se apoiam na confiança das massas populares. Estamos em minoria. Nestas condições, está fora de questão um acto de força da nossa parte. Devemos ensinar as massas a não confiarem nos conciliadores e partidários da defesa nacional.” Devemos explicar pacientemente. “O sucesso de tal política, imposta por todas as circunstâncias, é garantido e há-de-nos levar à ditadura do proletariado, há-de, portanto, levar-nos além do regime burguês. Queremos romper completamente com o capital, publicar os seus tratados secretos e chamar os trabalhadores do mundo a romperem com a burguesia e liquidarem a guerra. Estamos a começar a revolução internacional. Só o sucesso dessa revolução consolidará a nossa e assegurará a passagem ao regime socialista. (...)

Do plano da falaz objectividade atrás da qual se abrigavam os capituladores da política, Lenine transpunha toda a questão para o plano subjectivo. O proletariado não tomara o poder em Fevereiro, porque o partido dos bolcheviques não estivera à altura das tarefas objectivas e não pudera impedir os conciliadores de expropriarem politicamente as massas a benefício da burguesia. (...)

E mesmo assim, com toda a ousadia da sua influência revolucionária, inflexivelmente determinado a romper até com antigos partidários do seu pensamento e camaradas de combate que fossem incapazes de ir ao compasso da revolução, o discurso de Lenine, cujas partes são, todas elas, bem equilibradas entre si, está impregnado de um realismo profundo e um senso infalível da massa. Só que era precisamente por isso que devia parecer irrealista aos democratas que patinavam à superfície.

Os bolcheviques são uma pequena minoria nos soviets, e Lenine medita sobre a tomada do poder. Se não é espírito aventureiro?! Não havia sombra de dúvida na forma de Lenine pôr a questão. Nem por um minuto fecha os olhos à existência de uma “honestá” mentalidade de defesa nacional entre as grandes massas. Sem se dissolver nelas, tão-pouco está disposto a agir nas suas costas. “Não somos charlatães — lança, antecipando objecções e acusações futuras —, devemos basear-nos unicamente na consciência das massas. Se tivermos de ficar em minoria, não faz mal. Vale a pena renunciar por um tempo a uma posição de direcção, não podemos ter medo de ficar em minoria.” Não ter medo de

ficar em minoria, mesmo sozinho, como Liebknecht contra cento e dez! Tal é o fio condutor do discurso (...)

“O verdadeiro governo é o soviets dos deputados operários ... No soviets, o nosso partido está em minoria. Nada a fazer! Resta explicar, pacientemente, com perseverança, sistematicamente, a aberração da tática deles. Enquanto estivermos em minoria, realizamos um trabalho de crítica, para subtrair as massas à impostura. Não queremos que as massas acreditem na nossa palavra. Não somos charlatães. Queremos que as massas se afastem dos seus erros pela experiência”. Não temer ficar em minoria, não para sempre, mas temporariamente. A hora do bolchevismo soará. “Há-de-se ver que a nossa linha é justa... Os oprimidos virão a nós, porque a guerra no-los trará. Para ele, não há outra saída.”

Nos dias que se seguem, Lenine volta à carga, elabora, nas sucessivas reuniões que faz com os quadros, os militantes do partido, os delegados aos soviets ...

Em 7 de Abril, apresenta, em seu próprio nome, no que se convencionou chamar “Teses de Abril”, a síntese das suas posições, que comenta rapidamente assim:

“Só tendo chegado a Petrogrado na noite de 3 para 4 de Abril, claro que, na reunião de 4 de Abril, eu só podia apresentar um relatório sobre as tarefas do proletariado revolucionário em meu próprio nome, com as reservas associadas à minha falta de preparação.

A única coisa que eu podia fazer, para facilitar o meu trabalho e o dos adversários de boa-fé, era preparar argumentos escritos. Li-as e transmiti-as ao camarada Tsereteli. Li-as muito devagar e em duas ocasiões: primeiro, na reunião dos bolcheviques, em seguida na dos bolcheviques e mencheviques.

Aqui apresento estas teses, que são pessoais, simplesmente acompanhadas de brevíssimas notas explicativas; desenvolvi-as em muito maior pormenor no meu relatório.”

As "Teses de Abril" (7 de abril de 1917)

1

Não se pode tolerar a mínima concessão ao “defensismo revolucionário” na nossa atitude em relação à guerra, que, da parte da Rússia, mesmo debaixo do novo governo de Lvov e companhia, continua incontestavelmente a ser uma guerra de banditismo imperialista, dado o carácter capitalista deste governo.

O proletariado consciente só pode dar o seu consentimento a uma guerra revolucionária, que efectivamente justificaria o defensismo revolucionário, se estiverem reunidas as seguintes condições: a) passagem do poder para o proletariado e para as camadas pobres do campesinato, próximas do proletariado; b) renúncia efectiva, não verbal, a toda a anexação; c) ruptura total, real, com os interesses do capital.

Dada a inegável honestidade de amplos sectores da massa de partidários do defensismo revolucionário que só admitem a guerra por necessidade e não com fins de conquista, e sabendo que eles são enganados pela burguesia, importa esclarecê-los sobre o seu erro com especial perseverança, paciência e cuidado, explicar-lhes o laço indissolúvel que existe entre o capital e a guerra imperialista, demonstrar-lhes que é impossível terminar a guerra com uma paz

verdadeiramente democrática e não imposta pela violência sem derrubar o capital.

Organizar a mais ampla propaganda deste ponto de vista no exército combatente.

Confraternização.

②

O que há de original na actual situação na Rússia é a *transição* da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia em resultado da insuficiente consciência e organização do proletariado, para a *sua segunda etapa*, que há-de dar o poder ao proletariado e às camadas mais pobres do campesinato.

Esta transição caracteriza-se, por um lado, por um máximo de possibilidades legais (a Rússia é hoje, de todos os países beligerantes, o mais livre do mundo); por outro, pela ausência de coerção sobre as massas e, finalmente, pela confiança inconsciente das massas no governo dos capitalistas, piores inimigos da paz e do socialismo.

Esta situação original exige que saibamos adaptar-nos às condições *especiais* de trabalho do Partido no meio da incontável massa proletária que acaba de despertar para a vida política.

③

Nenhum apoio ao Governo Provisório; demonstrar a falsidade absoluta de todas as suas promessas, nomeadamente as que dizem respeito a renunciar a anexações. Desmascará-lo, em vez de “exigir” — o que é inadmissível, porque é semear ilusões — que este governo, governo de capitalistas, *deixe* de ser imperialista.

④

Reconhecer que o nosso partido está em minoria e não passa actualmente de uma pequena minoria na maior parte dos sovietes de deputados operários face ao bloco de todos os elementos oportunistas pequeno-burgueses que caíram sob a influência da burguesia e alastram essa influência ao proletariado. Estes elementos vão dos socialistas-populistas e dos socialistas-revolucionários ao Comité de Organização [1] (Chkheidze, Tsereteli, etc), a Steklov, etc, etc.

Explicar às massas que os sovietes de deputados operários são a *única forma possível* de governo revolucionário e que, portanto, a nossa tarefa, enquanto este governo se deixar influenciar pela burguesia, só pode ser *explicar* pacientemente, sistematicamente, obstinadamente às massas os erros de sua tática, partindo essencialmente das suas necessidades práticas.

Enquanto estivermos em minoria, aplicamo-nos em criticar e explicar os erros cometidos, enquanto afirmamos a necessidade de transferir todo o poder para os sovietes de deputados operários, de modo que as massas se desembarquem dos seus erros pela experiência.

⑤

Não uma república parlamentar — voltar a ela depois dos sovietes de deputados operários seria um retrocesso —, mas uma república dos sovietes de deputados operários, trabalhadores agrícolas e camponeses, no país inteiro, de baixo até cima.

Abolição da polícia, do exército [2] e do corpo de funcionários.

O ordenado dos funcionários, eleitos e revogáveis a qualquer momento, não deve exceder o salário médio de um bom operário.

⑥

No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os sovietes de deputados de operários agrícolas.

Confiscação de todas as terras dos latifundiários.

Nacionalização de *todas* as terras no país, postas à disposição dos sovietes locais de deputados de trabalhadores agrícolas e camponeses. Formação de sovietes de deputados dos camponeses pobres. Transformação de todas as grandes herdades (aprox. 100 a 300 hectares, tendo em conta as condições locais e outras, por decisão dos organismos locais) em explorações-modelo sob o controlo dos deputados de operários agrícolas, a operar em nome da colectividade.

⑦

Fusão imediata de todos os bancos do país em um único banco nacional controlado pelos sovietes de deputados operários.

⑧

A nossa tarefa *imediate* não é “introduzir” o socialismo, mas apenas passar de imediato para o *controlo* da produção social e da distribuição dos produtos pelos sovietes de deputados operários.

⑨

Tarefas do Partido:

1. convocar sem demora o congresso do Partido;
 2. modificar o programa do Partido, principalmente:
 - a. quanto ao imperialismo e à guerra imperialista,
 - b. quanto à atitude para com o Estado e a nossa reivindicação de um “Estado-comuna” [3],
 - c. emendar o programa mínimo, que envelheceu;
 3. Alterar o nome do partido. [4]
10. Renovar a Internacional.

Tomar a iniciativa da criação de uma Internacional revolucionária, uma Internacional contra os *social-chauvinistas* e contra o “centro” [5].

Para o leitor entender por que razão tive de contemplar especialmente, como caso absolutamente excepcional, o “eventual caso” dos adversários de boa-fé, convido-o a comparar estas teses com a seguinte objecção do Sr. Goldenberg: Lenine “plantou a bandeira da guerra civil no meio da democracia revolucionária” (citado no nº 5 da *Edinstvo* [6]! do Sr. Plekhanov).

Não é uma verdadeira pérola?

Escrevo, declaro, repiso: “Dada a inegável boa-fé de amplos sectores da massa de partidários do defensismo revolucionário.... e sabendo que eles são enganados pela burguesia, importa esclarecê-los sobre o seu erro com *especial* perseverança, paciência e cuidado...”

Veja-se agora como estes senhores da burguesia, que se dizem social-democratas, que não fazem parte nem de *amplos* sectores nem da *massa* de apoiantes do defensismo, expõem a minha posição com toda a calma: “A bandeira (!) da guerra civil (de que não se diz uma palavra nas teses, de que não se diz uma palavra no relatório!) é plantada (!)” “no meio (!!)

da democracia revolucionária ...”
O que quer isto dizer? Em que difere isto da propaganda dos extremistas? da *Russkaya Volia* [7]?

Escrevo, declaro, repiso: “Os soviets de deputados operários são a *única forma possível* de governo revolucionário e, portanto, a nossa tarefa só pode ser de *explicar* pacientemente, sistematicamente, obstinadamente às massas os erros de sua tática, partindo essencialmente das suas necessidades práticas ...”

No entanto, determinada espécie de opositores apresenta as minhas ideias como apelo à “guerra civil dentro da democracia revolucionária”!!

Ataquei o governo provisório por não ter fixado um prazo próximo, nem prazo nenhum, para a convocação da Assembleia Constituinte e se ter limitado a promessas. Apliquei-me em demonstrar que, sem os soviets de deputados operários e soldados, a convocação da Assembleia Constituinte não ficava garantida e era impossível ela ser bem sucedida.

E dizem-me adversário da mais rápida convocação possível da Assembleia Constituinte!!!

Eu qualificaria essas expressões de “delirantes” se décadas de luta política não me tivessem ensinado a considerar a boa fé dos adversários como algo bastante excepcional.

No seu jornal, o Sr. Plekhanov qualificou o meu discurso de “delirante”. Muito bem, Sr. Plekhanov! Ora veja você como a sua polémica é torpe, inábil e pouco perspicaz. Se pronunciei um discurso delirante durante duas horas, como puderam centenas de ouvintes aguentar o meu delírio? Isso não faz sentido, nenhum sentido.

É claro que são muito mais fáceis as exclamações, injúrias e gritaria do que tentar contar, explicar, recordar *como* Marx e Engels analisaram a experiência da Comuna de Paris em 1871, 1872, 1875 e o que disseram da *natureza* do Estado necessário ao proletariado.

O ex-marxista Sr. Plekhanov provavelmente não se quer lembrar do marxismo.

Citei Rosa Luxemburgo, que, no dia 4 de Agosto de 1914 [8], qualificou a social-democracia alemã de “cadáver mal-

cheiroso”. Ora, os senhores Plekhanov, Goldenberg e companhia “indignam-se... por quem? - pelos chauvinistas alemães, qualificados de chauvinistas!

Como eles se enterram, estes pobres sociais-chauvinistas russos, socialistas nas palavras, chauvinistas nos factos.

Publicado no dia 7 de Abril de 1917 no “Pravda”, nº 26

[1] Ou seja, a substituição do exército permanente pelo armamento de todo o povo. (*Nota de Trotsky*)

[3] Ou seja, o Estado prefigurado pela Comuna de Paris. (*Nota de Trotsky*)

[4] Substituindo-se o nome de “social-democracia” por Partido Comunista, ao terem os chefes oficiais da social-democracia (“defensistas” e “kautskistas” hesitantes) traído o socialismo em *todo* o mundo, passando para o lado da burguesia. (*Nota de Trotsky*)

[5] Usa-se o termo “centro” para a tendência da social-democracia internacional que oscila entre os chauvinistas (=“defensistas”) e os internacionalistas, ou seja, Kautsky e companhia na Alemanha, Longuet e companhia na França, Chkheidze e companhia na Rússia, Turati e companhia na Itália, MacDonald e companhia na Grã-Bretanha, etc. (*Nota de Trotsky*)

[6] *Edinstvo* (Unidade). Diário de que Plekhanov era editor. Publicado de Março a Novembro de 1917 e depois de Dezembro de 1917 a Janeiro de 1918.

[7] *Russkaya Volia* (Vontade Russa): Diário subsidiado pelos grandes bancos, publicado de Dezembro de 1916 a Outubro de 1917. Lenine considerava-o um dos jornais burgueses mais infames.

[8] Ao votar os créditos de guerra, em 4 de Agosto de 1914, a social-democracia alemã mudara-se para o lado da ordem burguesa. A esquerda social-democrata opôs-se ao voto no grupo parlamentar, mas respeitou a disciplina de voto, submetendo-se, assim, temporariamente ao aparelho.



Japão

Sair dos dias sombrios do século vinte e um!

O movimento comunista anti-estalinista no Japão e o seu combate revolucionário

Liga Comunista Revolucionária Japonesa (JRCL, Fracção Marxista Revolucionária)

A *Internacional*, revista do CORQI, publica no seu número 5 o documento que os camaradas da Liga Comunista Revolucionária Japonesa (JRCL, Fracção Marxista Revolucionária) nos enviaram com pedido de publicação. Embora não partilhe necessariamente, na sua totalidade, os pontos de vista manifestados neste documento, a redacção da *Internacional* submete-o à reflexão dos seus leitores como contribuição para a discussão internacional sobre as tarefas da vanguarda.

Este ano marca o centésimo aniversário da revolução russa. Contudo, vinte e cinco anos após a queda da URSS, o mundo está impregnado da angústia da classe operária, e as massas laboriosas ainda não se libertaram das cadeias do capital. Nós, JRCL (Liga Comunista Revolucionária Japonesa), batemo-nos pela reversão completa deste sombrio período que é actualmente o século vinte e um e temos uma responsabilidade enquanto vanguarda proletária mundial. A redacção dá-nos a oportunidade de darmos a conhecer o nosso ponto de vista, os nossos combates e os nossos objectivos.

Entrechocam-se os egoísmos dos Estados: o mundo entra numa nova era

O mundo de hoje sofre mudanças drásticas e turbulências. Donald Trump, vociferando que é preciso devolver a grandeza à América (*"Make America Great Again"*), apresta-se a tomar posse como presidente dos Estados Unidos. Diz que vai dar prioridade absoluta aos interesses nacionais da América em todas as medidas previstas, a fim de fazer do exército americano o mais poderoso do mundo (*"the world's strongest"*). Em substituição da concepção convencional dos imperialistas americanos que consiste em dizer que a América está à cabeça da "comunidade internacional" pela "liberdade e pela democracia" universal, ele faz de "primeiro, a América" (*"America first"*) novo princípio de

Estado. A "grande América" que preconiza procederá por "acordos" bilaterais com outros países, de modo que os interesses americanos possam ser os beneficiários exclusivos. Ao abrigo do seu poderio nuclear, "o mais forte do mundo", esta América brande um cacete de ferro, fará pressão e ameaçará o resto do mundo para atingir os seus fins, recorrendo se for preciso a acções militares unilaterais. Tudo isso será posto em prática a fim de "reconstruir uma grande América".

Ele adopta uma postura hostil para com a China de Xi Jinping, que se agarra ao seu princípio de "uma China" e ao seu domínio do mar da China meridional (que a China considera seus "interesses críticos"); quanto à Rússia de Putin, ele rompe com a linha dura de Obama, como se vê na sua tolerância da ocupação russa da Crimeia.

Esta viragem política para com a China e a Rússia incitará a China a adoptar uma posição intransigente, disparando um conflito entre as duas potências. Isto poderá mudar a actual estrutura de base do mundo, caracterizada pela confrontação entre o imperialismo americano e a China, aliada da Rússia.

Trump queixa-se que a América é vítima das outras economias por causa dos "acordos de comércio livre". Berra "contra a globalização" e visa à "retirada da parceria transpácifica", aumentando fortemente as pautas aduaneiras. Enquanto manda os monopólios industriais anularem a deslocalização das suas fábricas para o estrangeiro, anuncia um gigantesco investimento na construção de infra-estruturas e outras obras públicas. Tal política económica e industrial significa não apenas a rejeição da política de Obama, mas também da política republicana convencional desde Ronald Reagan, isto é, "menos Estado" e "comércio livre". (Claro que o resultado será cavar o défice financeiro americano). Quando diz que "a América não pode ser o polícia do mundo", o futuro presidente está a fazer pressão sobre os governos japonês e sul-coreano e sobre os Estados membros da NATO para que eles financiem mais as tropas americanas estacionadas no exterior e aumentem os seus próprios orçamentos militares. Ante a hostilidade aberta de Trump com a China, o governo de Xi Jinping apoderou-se de um submersível militar americano não tripulado, mobilizando as suas forças navais ao largo das Filipinas. Com esta acção de provocação, Xi avisa que, se a nova administração americana fizer uma política hostil, a China lançará mão de acções militares.

Face à América de Trump, o governo chinês redobra esforços para alcançar o poderio militar do imperialismo americano com o seu plano estratégico que visa promover a China ao grau de “superpotência do século vinte e um”, “pelo regresso à grande nação chinesa”. A China aumenta a sua capacidade nuclear, recentra-se nas forças navais e na força espacial com a ajuda de tecnologias militares importadas da Rússia.

Por outro lado, a Rússia de Putin observa as maquinações de Trump, o declínio da União Europeia e os seus desacordos internos quanto às sanções económicas contra a Rússia. Aproveitando-se da situação, Putin começa a aproximar-se de Trump no intuito de conseguir o levantamento das sanções, que têm prejudicado a economia russa, e para conter a expansão das forças da NATO para leste. Putin, que se autoproclama o “Ivan o Terrível” da nossa época, tem a ambição de recuperar a esfera de influência russa, que entende ter sido roubada pelas potências imperialistas ocidentais, e relançar a Rússia como “grande potência”. Olhe-se para a situação da Síria! Vendo que Trump considera “inútil” para a América a enorme despesa que esta tem com o Próximo Oriente e tolera a intervenção russa, Putin permite-se perpetrar todos os horrores para salvar o regime de Bachar El Assad, seu único parceiro na região. Quantos actos de barbárie continuam a ser cometidos em Alepo e noutras cidades e aldeias?

Após a decisão do Brexit, a Europa è sacudida por correntes nacionalistas que se reforçam, proclamando “Não aos Imigrantes!” e “Fora da União Europeia!”. Estas correntes espreitam mesmo a oportunidade de se apoderarem do governo ou de entrarem nele, em França, nos Países Baixos, na Alemanha e noutros países. A União Europeia está à beira da desintegração.

O governo japonês dirigido por Shinzo Abe enfrenta um dilema no meio das turbulências internacionais. A única maneira que tem de travar o ascenso da China é reforçar a nova aliança militar do Japão com o imperialismo americano; mas o Japão terá que pagar somas enormes enquanto obedecer às ordens de Trump. Apesar deste dilema, ele, à maneira de cãozinho da América com o Tratado de Segurança de Coleira, implora ao novo “dono” que não lhe tire a coleira, prometendo pagar mais.

O mundo de hoje entrou numa fase de desordens, em que os imperialistas americanos e outros chefes de Estado prosseguem abertamente os seus interesses nacionais egoístas uns contra os outros. Estamos à beira de uma crise que poderá fazer estalar uma terceira guerra mundial.

O que está por trás destas drásticas mudanças

O advento de Trump ao poder, insistindo em “primeiro, a América”, pelo “regresso a uma grande América”, é indicativo de que a potência imperialista da América está em declínio, agonizando no leito de morte.

Após a queda da URSS em 1991, o imperialismo americano tornava-se na “única superpotência”, dando livre curso à sua arrogância e brutalidade para dominar o resto do mundo. Por esta razão, em particular, foi preciso que sofresse uma derrota na sua guerra de agressão no Afeganistão e no Iraque ante a emergência da resistência anti-americana do povo muçulmano.

O “Estado Islâmico”, nascido no Iraque e na Síria, como os milhões de refugiados que inundam a Europa, não são mais do que o produto da barbárie do imperialismo americano nas

suas guerras genocidas contra o povo muçulmano em nome da “guerra contra o terror”. O que ficou a marcar o declínio da “única superpotência” foi o ataque do 11 de Setembro ao Pentágono e ao World Trade Center por muçulmanos radicais, em 2001.

A JRCL anunciou de imediato que era “o início do fim do domínio yankee”. Há quinze anos já, prevíamos o declínio histórico do imperialismo americano e apeláramos à classe operária do mundo para que se levantasse e batesse por “uma reversão completa desta sombria época do século vinte e um”. Encorajámos as lutas de massas contra as guerras imperialistas de agressão no Afeganistão e no Iraque, em solidariedade com o povo muçulmano que combatia os invasores americanos.

O imperialismo americano está podre até às fundações, sofrendo da doença mortal do capitalismo. As multinacionais, tal como o capital monopolístico globalizado, têm desenvolvido as suas nefastas actividades além-fronteiras no intuito de encontrar mão-de-obra mais barata. Deslocalizando fábricas para o estrangeiro, os monopólios industriais despediram operários nos seus países ou substituíram-nos por trabalhadores imigrantes mal pagos. Muitos operários perderam, conseqüentemente, os seus empregos ou vêem-se obrigados a trabalhar por salários mais baixos.

Não é só: os capitais financeiros incharam desmesuradamente, representando quatro vezes a economia real. Ganham amplitude através de jogos monetários, graças às “medidas de flexibilidade quantitativa monetária” adoptadas pelo governo para salvar a burguesia da crise financeira. Este capitalismo “de casino”, prosseguindo sem limites o crescimento dos capitais financeiros, criou um fosso cada vez mais fundo entre ricos e pobres, proprietários e não proprietários.

O que subjaz à vitória de Trump, à tendência à emergência de “mini-Trumps” e à linha da União Europeia, que a leva à desintegração, é a divisão de classe engendrada por este capitalismo “de casino” e pela globalização do capital. Esta divisão entre ricos e pobres é a mesma que a divisão “clássica” existente no século XIX.

O capitalismo padece da sua doença mortal. Não obstante, as classes dominantes dos países capitalistas podem sobreviver, investindo contra as massas operárias, aproveitando-se da actual fraqueza da luta de classes. Trump e os mini-Trumps fazem campanha debaixo de bandeirolas “não aos imigrantes” e “contra a globalização”, alimentando a cólera dos povos afectados pela pobreza, no intuito de se apoderarem do governo.

As vanguardas revolucionárias e a classe operária são ainda débeis. Por essa razão, a classe operária está presa na armadilha da perda de referências ideológicas, devendo encontrar maneira de romper com esta situação humilhante. A sua cólera manifesta-se em campanhas nacionalistas ou manifestações cívicas primárias.

Mesmo os trotskistas europeus parecem ter perdido as referências ideológicas, dissolvendo-se em campanhas cidadãs. Para romper com esta situação, é imperativo relançar a unidade da classe operária além-fronteiras e, nessa base, organizar uma luta internacional. A JRCL está determinada a ocupar a primeira linha. A palavra de ordem da luta deve ser “anti-imperialismo, anti-estalinismo”.

A ofensiva neo-fascista do governo japonês dirigido por Abe e a luta de trabalhadores, militantes e estudantes contra essa ofensiva

Pelo meio de todas estas turbulências mundiais, o dirigente imperialista japonês Shinzo Abe reafirma a sua determinação em reforçar a aliança militar com o imperialismo americano e fazer do Estado japonês uma potência militar capaz de barrar o ascenso da China.

O seu governo isolou-se do resto da Ásia. A sua parceira sul-coreana, Park Geun Hye, foi expulsa da presidência por uma vaga de contestação. A aliança militar tripartida Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul está abalada nas suas fundações. A tentativa de Obama de ganhar os membros da ASEAN (Associação dos Estados do Sudeste Asiático) para uma rede capaz de fazer frente à China malogrou-se igualmente, quando as Filipinas, dirigidas por Duterte, se deixaram seduzir pelo governo chinês. O governo japonês é o único que tem a intenção de seguir a América imperialista de Trump, que pretende edificar “a potência militar mais forte do mundo”.

Sob pressão do governo americano, Abe está decidido a construir uma nova base da marinha americana em Henoko, na ilha de Okinawa, reprimindo brutalmente os trabalhadores, estudantes e habitantes locais, que há muito se batem contra esta base. O Japão é o único país que sofreu um bombardeamento nuclear; não obstante, em Dezembro, o governo Abe votou, com os Estados Unidos, contra a resolução das Nações Unidas que proibia as armas nucleares. O objectivo estratégico de Abe é reformar a actual Constituição do Japão, onde se encontra consagrada a “renúncia à guerra” e “a recusa de manter um potencial bélico”.

A política de “flexibilidade quantitativa monetária”, dita “Abenomics”, faliu. Para compensar este revés, Abe preconiza uma política chamada de “reforma do trabalho”. Copiando as orientações políticas dos partidos da oposição, o governo está a elaborar uma série de medidas do tipo “a trabalho igual, salário igual” e “regras aplicáveis ao alargamento do horário de trabalho”. Estas medidas baseiam-se na supressão dos aumentos de salários e no agravamento das condições de emprego, ligadas a cortes dos orçamentos sociais. O objectivo é satisfazer a vontade do capital de aumentar a produtividade e explorar os trabalhadores até à medula.

No entanto, a aristocracia trabalhista que controla a direcção da Confederação Sindical do Japão (Rengo) participou voluntariamente no conselho realizado pelo governo em favor da “reforma do trabalho” a convite de Abe. Está a ajudar o governo a fazer a sua “reforma”, contrária à classe operária. Insiste, inclusive, na necessidade de “discutir” a revisão da Constituição de mão dada com Shinzo Abe. Abandonando qualquer aparência de dirigente sindical, ajuda activamente o governo e a burguesia em numerosos domínios, entre os quais o recomeço das operações de equipamento nuclear, a promoção da indústria de fabrico de munições, o aumento da produtividade e a supressão dos aumentos salariais.

O Partido Comunista Japonês dá igualmente mostras da pior degenerescência enquanto partido estalinista convertido à social-democracia. Os seus dirigentes abandonaram inclusivamente a orientação política do partido que

preconizava “a dissolução progressiva das forças armadas enquanto entidade anticonstitucional”, achando que tal política os impede de encorajar a “cooperação com os eleitores conservadores” e uma aliança com o resto da oposição parlamentar. Chegaram a propor uma nova “reforma” das forças armadas, convertendo-as numa força “exclusivamente destinada à defesa”.

Uma degenerescência desta gravidade dos dirigentes do movimento actual de oposição impede a classe operária de despertar para a sua própria consciência de classe. O individualismo que atomiza a classe apoderou-se deles. Isso permite as ofensivas do governo neofascista de Abe.

A situação é semelhante à que reinava na véspera da segunda guerra mundial. Mesmo a liberdade de imprensa é limitada. Os sindicatos dos professores enfrentam repressão, falsamente acusados de ministrar um “ensino cheio de preconceitos ideológicos”. Outros sindicatos e associações independentes de estudantes enfrentam igualmente investidas que visam destruí-los.

Apesar desta situação desfavorável, nós, JRCL, travamos os combates de massas, que compreendem as lutas contra a guerra, contra a construção da base militar americana na ilha de Okinawa e contra a reforma da Constituição, assim como o combate dos trabalhadores contra as leis laborais reaccionárias, superando a deformação parlamentar da luta pelos dirigentes existentes, como o Partido Comunista Japonês (JCP), que procura uma “coligação parlamentar dos partidos de oposição”. Por entre estas lutas, apelamos às massas para que construam uma frente única antifascista baseada na unidade da classe operária, para derrubar o governo neofascista.

Quanto ao movimento estudantil, a secção estudantil do Partido Comunista Japonês quase desapareceu. Só o *Zengakuren*, dirigido pela JRCL, apoia o movimento das associações estudantis e círculos culturais das cidades universitárias de todo o país, apesar da repressão do governo e das autoridades universidades reaccionárias. Frente às numerosas dificuldades (entre elas, a actual tendência dos estudantes para se perderem nas “realidades virtuais” do ciberespaço), os camaradas estudantes fazem todos os possíveis por, em unidade, agrupar os estudantes activos debaixo da bandeira do “movimento estudantil revolucionário”, sem deixar de criticar as campanhas municipais “livres de ideologias” que aparecem e desaparecem como espuma (em 2016, no quinquagésimo aniversário do primeiro ensaio nuclear francês na Polinésia, delegados do *Zengakuren* foram convidados para ir a Tahiti, onde se juntaram aos desfiles).

Na frente operária, os camaradas trabalhadores batem-se pela organização da luta das massas nos locais de trabalho, apesar da repressão da aristocracia do *Rengo* e contra as deformações parlamentares dos dirigentes sindicais do Partido Comunista Japonês. Fazem igualmente todos os possíveis por organizar secções sindicais nos locais de trabalho onde as não há. Os trabalhadores estão actualmente sob a influência da propaganda nacionalista da classe dirigente e da linha de “cooperação entre os trabalhadores e a direcção” da aristocracia, tendo, portanto, tendência para perder o espírito de revolta unida contra as ofensivas capitalistas e ceder ao individualismo. Encorajando-os a contrariar essa tendência, os camaradas

trabalhadores batem-se pela organização independente da classe operária. Nestas batalhas constantes, a JRCL ocupa agora a vanguarda da luta de classes no Japão como verdadeiro partido revolucionário da classe operária.

Avançar sob a bandeira do anti-imperialismo, anti-estalinismo

O capitalismo padece hoje de uma doença mortal. Contudo, a debilidade relativa da luta da classe operária permite-lhe sobreviver. A causa histórica desta realidade humilhante radica na destruição da URSS de Staline pela direcção do Partido Comunista da União Soviética de Gorbachov (PCUS), pretensamente a fim de “desideologificar”, acabando por enterrar a Rússia revolucionária. Para que a classe operária construa o seu próprio futuro, é imperativo afrontar o novo estalinismo, tomar consciência da sua natureza antimarxista e formar um movimento comunista revolucionário anti-estalinista.

O movimento comunista anti-estalinista foi criado por Kan'ichi Kudora. Em 1956, quando a revolução eclodiu na Hungria e foi reprimida pelo Estado burocrático da URSS, Kuroda honrou o seu compromisso comunista, dando a cara. Integrando os apelos dos trabalhadores húngaros assassinados pelo exército russo, interveio pela criação de um movimento comunista anti-estalinista, o que nenhum outro comunista no mundo fez. Desde então, nunca deixou de dirigir a nossa organização. Desde a morte do nosso fundador, há dez anos, temo-nos batido pelo desenvolvimento do movimento comunista revolucionário no Japão, conservando o legado do que foi criado e desenvolvido.

Em oposição às inúmeras mensagens da burguesia, que, após a queda da URSS, visavam acreditar o “fim do comunismo” e o “xeque ao marxismo”, nós desvendámos as mentiras do estalinismo, que se qualificava de “socialismo”, explicando claramente que, para a classe operária, o marxismo de Marx é o espírito da sua luta, a filosofia do seu combate prático e a labareda da sua libertação. Gorbachov estigmatizou o comunismo de “utopia imatura”, fazendo tábula rasa da revolução russa. Nós denunciámos a sua infâmia e apelámos à classe operária do mundo para que extirpasse pela raiz as causas da degenerescência e queda da URSS, isto é, o estalinismo. Nós batemo-nos por fazer reviver o marxismo de Marx, encorajando, assim, a classe operária a tomar consciência da sua classe e a reforçar a sua unidade.

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels declaravam: “Que as classes dirigentes tremam à ideia de uma revolução comunista. Proletários de todos os países, uni-vos!”. Esta declaração marcou a passagem essencial na história “da era moderna para a era contemporânea”. Esta mudança essencial foi, na realidade, materializada pela revolução da classe operária russa em 1917, dirigida por Lenine e Trotsky. Porém, Staline e o partido que dominou fabricaram a ideologia errada do “socialismo num só país”, deformando, desse modo, a Rússia soviética. Ele deformou e traiu também a luta de classes no mundo. Esta URSS de Staline, autoproclamada “terra natal da classe operária”, afundou-se há vinte e cinco anos após um número infinito de crimes. A classe operária deve, não obstante, tomar consciência das mentiras do estalinismo, que ela continua a assimilar ao “socialismo”. Embora sofra “das guerras e da pobreza” impostas pelos governos e pela burguesia, a classe operária deixa-se ir à deriva, sem bússola, numa situação de “desideologificação”, convencida de que “o comunismo morreu”.

Por isso dizemos: a esquerda revolucionária do mundo inteiro deve conduzir a classe operária à sua libertação com base numa estratégia de revolução mundial “anti-imperialista, anti-estalinista”.

Apelamos à classe operária e às massas laboriosas do mundo inteiro que querem erradicar a guerra, a pobreza e a opressão para tomarem consciência do sentido histórico da revolução russa e reavivarem o seu espírito no mundo de hoje.

Unamo-nos sob a bandeira revolucionária do anti-imperialismo e do anti-estalinismo! Batamo-nos para fazer do século XXI o século dois da revolução mundial do proletariado!

1 de Janeiro de 2017

A obra de Kuroda em inglês compreende: *Gorbachev's Nightmare, What is Revolutionary Marxism?, Stalinism, Socialism, Praxiology* (o último existe também em russo), *Kuroda's Thought on Revolution, Studies on Marxism in Postwar Japan* e *Dialectic of Society*.

É possível obtê-los, encomendando-os a Akane Books: <http://www.akanebooks.com/english>

Sítio da JRCL-RMF : <http://www.jrcl.org/english/e-top.htm>

A Internacional, revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assino A Internacional por 6 números : 24 euros

Apelido, nome:

Endereço

Endereço electrónico

Cheques à ordem de Réveil ouvrier, 34 rue Villiers-de-l'Isle-Adam, 75020 Paris

A Internacional

publica-se em versão inglesa, portuguesa, alemã, espanhola e francesa.



